



# EUROJUST

Relatório Anual 2015



Criminal justice across borders

# Eurojust supports national authorities in the efficient coordination of investigations and prosecutions of serious and organised cross-border crime

© Eurojust, 2016

Esta publicação abrange o período de 1 de janeiro 2015 a 31 de dezembro de 2015

Catalogue number: QP-AA-16-001-PT-N

ISBN: 978-92-9490-038-8

ISSN: 2443-6615

DOI: 10.2812/19535

*Para pedidos de informações:*

Telephone: + 31 70 412 5000

E-mail: [info@eurojust.europa.eu](mailto:info@eurojust.europa.eu)

Sítio Web: [www.eurojust.europa.eu](http://www.eurojust.europa.eu)



# Relatório Anual 2015

O Relatório Anual Eurojust 2015 foi traduzido da versão original em Inglês  
para Português

# Índice



14



26



54

Preâmbulo.....	7
Síntese.....	9
<b>Breve síntese sobre a Eurojust.....</b>	<b>13</b>

## 1. Instrumentos da Eurojust

1.1	Reuniões de coordenação da Eurojust.....	15
1.2	Centros de coordenação da Eurojust.....	16
1.3	Sistema de Gestão de Casos da Eurojust.....	17
1.4	A Eurojust e as EICs .....	18

<b>Cronograma: eventos do ano .....</b>	<b>24</b>
---	-----------

## 2. Os casos da Eurojust

2.1	Casos da Eurojust em áreas de criminalidade prioritária .....	27
2.1.1	Terrorismo .....	28
2.1.2	Cibercriminalidade .....	32
2.1.3	Imigração clandestina.....	34
2.1.4	TSH (Tráfico de Seres Humanos) .....	35
2.1.5	Fraude.....	37
2.1.6	Corrupção.....	39
2.1.7	Tráfico de drogas.....	40
2.1.8	Crime organizado contra a propriedade perpetrado por GOCM.....	42
2.2	Assistência da Eurojust noutros campos de atividade criminal.....	44

2.2.1	Branqueamento de capitais .....	44
2.2.2	Infrações PIF.....	44
2.2.3	Pirataria marítima.....	44
2.2.4	Crime ambiental.....	45
2.2.5	Proteção das crianças.....	45

2.3	Os parceiros da Eurojust.....	46
-----	-------------------------------	----

2.3.1	Cooperação com a Europol.....	46
2.3.2	Cooperação com a OLAF.....	46
2.3.3	Cooperação com Estados terceiros.....	47

<b>Operação Vertigo: um olhar mais detalhado.....</b>	<b>54</b>
---	-----------

## 3. Desafios e boas práticas

3.1	Conflitos de jurisdição.....	57
3.2	Retenção de dados .....	59
3.3	Entregas controladas .....	60

<b>O foco do ano: Congelamento, confisco e recuperação de ativos .....</b>	<b>62</b>
--	-----------

## 4. A Administração da Eurojust

4.1	Apoio ao trabalho operacional e estratégico.....	67
4.2	Pessoal e orçamento .....	69
4.3	Comunicação externa .....	69
4.4	Novas instalações .....	70





## 5. A Eurojust e as redes de profissionais

5.1	Rede Judiciária Europeia.....	73
5.2	Rede de Peritos das EICs.....	73

5.3	A Rede Genocídio .....	75
5.4	Fórum Consultivo .....	75

	<b>Tema: Avaliação e perspectivas futuras.....</b>	<b>78</b>
--	--	-----------

	Acompanhamento das Conclusões do Conselho.....	81
--	--	----

## Gráficos e números

Eurojust fights serious, cross-border organised crime .....	4
Casos Eurojust 2002 – 2015.....	10
Casos Bilaterais/Multilaterais 2011 – 2015.....	10
Casos Bilaterais/Multilaterais por Estado-Membro .....	11
Estados-Membros Requerentes/Requeridos .....	11
Eurojust at work in 2015.....	12
Reuniões de Coordenação .....	15
Estados terceiros, parceiros da UE e organizações internacionais envolvidos em reuniões de coordenação.....	16
Centros de Coordenação .....	17
28 Eurojust National Coordination Systems .....	18
Uma EIC pode lidar com mais do que um tipo de crime .....	19
Financiamento das EICs por Estado-Membro, dezembro 2009 - dezembro 2015.....	21
Eurojust and joint investigation teams.....	22
Áreas de criminalidade prioritária da Eurojust.....	28
Envolvimento de Estados terceiros, parceiros da UE e organizações internacionais em casos da Eurojust .....	48
Eurojust cooperation with third States .....	49
Principais tipos de criminalidade em casos envolvendo Estados terceiros .....	51
Os dez Estados terceiros mais visados em casos da Eurojust .....	52
Casos por Magistrados de Ligação 2011 – 2015.....	53
Casos de MDE.....	61
Eurojust organigram.....	67
Funding joint investigation teams .....	74
Casos ao abrigo do Artigo 13 .....	79

# Eurojust fights serious, cross-border organised crime

Early involvement of Eurojust facilitates the coordination of investigations and prosecutions. Eurojust enables effective and efficient cooperation between Member States' competent national authorities in bringing criminals to justice.



## Eurojust supports EU Member States by:

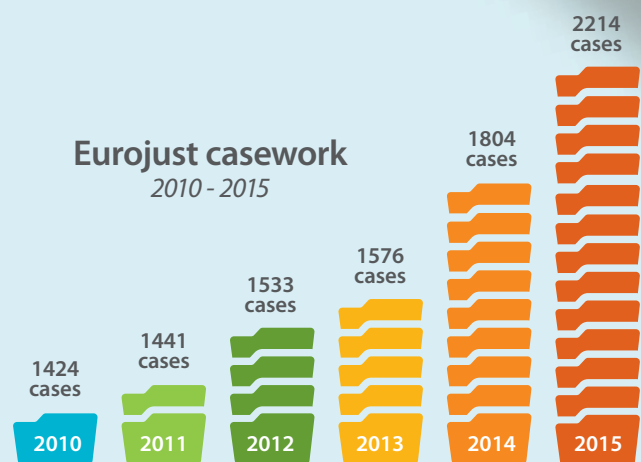


Coordinating cross-border investigations and prosecutions; assisting with conflicts of jurisdiction and gathering of evidence



Facilitating execution of EU legal instruments, such as the European Arrest Warrant (EAW), confiscation and freezing orders, setting up joint investigation teams (JITs), and more

## Eurojust casework 2010 - 2015



# Acrónimos e abreviaturas

CBRN-E	Explosivos e substâncias químicas, biológicas, radioativas e nucleares.
CMS	Sistema de Gestão de Casos
COSI	Comité Permanente da Segurança Interna
CP	Coordenação Permanente
CTE	Combatentes terroristas estrangeiros
EIC	Equipa de Investigação Conjunta
EIO	Pedido de Investigação Europeia
EMPACT	Plataforma Multidisciplinar Europeia contra as Ameaças Criminais
EPPO	Procuradoria Europeia
GCO	Grupo de Criminalidade Organizada
GCOI	Grupo de criminalidade organizada itinerante
IVA	Imposto sobre valor acrescentado
JSB	Instância Comum de Controlo da Eurojust
LoR	Carta Rogatória
MDE	Mandado de Detenção Europeu
MLA	Auxílio Judiciário Mútuo
MPJM	Monitorização Judicial da Pirataria Marítima («Maritime Piracy Judicial Monitor»)
MTIC	Fraude intracomunitária de «operadores fictícios» (Missing Trader Intra-Community)
NCBC	Confisco sem ação penal
NSP	Novas Substâncias Psicoativas
OPC	Crime organizado contra a propriedade
PAO	Plano de Ação Operacional
PIF	Proteção dos interesses financeiros da União Europeia
REFJ	Rede Europeia de Formação Judiciária
RJE	Rede Judiciária Europeia
SNCE	Sistema Nacional de Coordenação da Eurojust
SOCTA	Avaliação da Ameaça da Criminalidade Organizada Grave
TCM	Monitorização de Condenações por Terrorismo
TE-SAT	Relatório sobre a Avaliação do Terrorismo e suas Tendências
TFUE	Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia
TSH	Tráfico de seres humanos

## *A Decisão do Conselho da Eurojust*

A Decisão do Conselho, de 28 de fevereiro de 2002, relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade, alterada pela Decisão 2009/426/JAI do Conselho, de 16 de Dezembro de 2008, relativa ao reforço da Eurojust, é adiante designada por «Decisão Eurojust». Está disponível uma [versão consolidada](#) da Decisão Eurojust, preparada pelo Secretariado Geral do Conselho, apenas para efeitos de informação.

As estatísticas sobre os casos da Eurojust incluídas neste relatório foram produzidas com base em dados recolhidos do CMS (Sistema de Gestão de Casos). Os números foram extraídos em 14 de janeiro de 2016 e refletem os dados disponíveis ao momento. Dada a natureza dinâmica dos casos, é possível que haja discrepâncias com os números previamente reportados.



A cooperação simplificada e interativa promove, para além dos resultados operacionais, a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo e a construção da confiança mútua entre as autoridades nacionais competentes na União Europeia.



## Preâmbulo

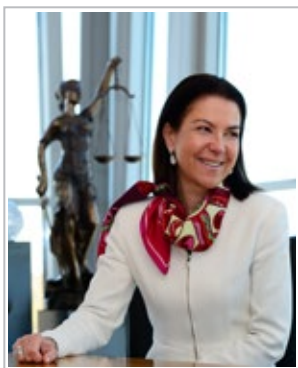
É com grande satisfação que vos apresento o 14º Relatório Anual, que fornece uma perspectiva dos casos Eurojust e das atividades estratégicas na luta contra as formas graves de criminalidade transfronteiriça, bem como do desenvolvimento organizacional da Eurojust à luz das expectativas dos Estados-Membros, de um enquadramento legislativo em mudança e de restrições orçamentais.

O ano de 2015 não foi exceção. Os casos da Eurojust continuam a crescer a cada ano. Os Estados-Membros requereram assistência em 2.214 casos, o que representa um aumento de 23 % por comparação com 2014. Estas estatísticas confirmam que o trabalho da Eurojust é necessário, reconhecido e valorizado. Mais uma vez, este crescente envolvimento de Estados terceiros em casos da Eurojust demonstra a natureza sem fronteiras da criminalidade.

É também visível uma notável tendência para o aumento do recurso a reuniões de coordenação da Eurojust e aos centros de coordenação. O conceito das equipas de investigação conjuntas está também a tornar-se cada vez mais familiar para os Estados terceiros e é notório um crescente envolvimento desses Estados terceiros nas EICs com o apoio da Eurojust. Esta cooperação simplificada e interativa promove, para além dos resultados operacionais, a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo e a construção da confiança mútua entre as autoridades nacionais competentes na União Europeia.

A nível estratégico, a Eurojust assinala o valor acrescido das reuniões de redes de procuradores especializados, tais como os correspondentes nacionais da Eurojust para assuntos de terrorismo e os pontos de contacto das Redes de Especialistas das EICs. A Cibercriminalidade, como fenómeno criminal em expansão, representa uma outra área em que se sentiu a necessidade de uma rede de procuradores especializados. O intercâmbio de desafios e boas práticas, por exemplo na recolha de provas e em conflitos de competência jurisdicional, tem levado a resultados concretos: estabelecimento de pontes, consolidação de conhecimentos e convicções bem estruturadas.

Concorrendo com as prioridades estabelecidas nas Agendas Europeias sobre Segurança e Migração e tendo em conta os ataques terroristas e a atual crise de migração sem precedentes, a Eurojust assinala em 2015 um significativo aumento de casos de terrorismo, cibercriminalidade e de imigração ilegal. O combate a fenómenos criminais e estruturas criminosas em crescimento requer uma abordagem multidisciplinar e fortes parcerias entre as Agências de Justiça e as Agências de Assuntos Internos e uma cooperação reforçada com os Estados terceiros. A nomeação de um especialista



da Eurojust em cibercriminalidade para trabalhar em estreita colaboração com o EC3, o recém-nomeado Magistrado de Ligação para a Suíça e uma rede em expansão de pontos de contacto judiciais nos Estados terceiros, constituem certamente passos importantes na direção certa.

Os grupos de crime organizado financiam a sua existência com os lucros substanciais das suas atividades criminosas e os proveitos dessa atividade são branqueados e re-injetados na economia legal. Privar os criminosos dos lucros da sua atividade criminosa é consequentemente uma eficaz medida para abalar essas estruturas de criminalidade. Por esse motivo, em 2015 a Eurojust focou-se no congelamento, confisco e recuperação de ativos, delineando desafios e um possível avanço através da harmonização de leis e práticas.

A Eurojust congratula-se com os resultados da avaliação externa independente da Eurojust, que complementam as recomendações dos Estados-Membros da sexta ronda de avaliações mútuas. O Colégio assumiu uma abordagem proactiva para melhorar os serviços da Eurojust, as estruturas internas e os métodos de trabalho, ao mesmo tempo que se congratulou com o feedback positivo dos exercícios de avaliação.

A Eurojust segue com grande interesse o processo legislativo relativo ao seu novo Regulamento e contribui para o debate com base na sua experiência. E claro que a Eurojust também tem vindo a observar os progressos que se referem ao seu parceiro, Europol, e do futuro novo interveniente no panorama da cooperação judicial e policial da UE, a Procuradoria Europeia. Estamos confiantes, com base na complementaridade de mandatos conferidos pelos legisladores da UE, que serão alcançadas sinergias na prática que permitirão à Eurojust explorar todo o seu potencial.

A cada novo ano espera-se mais da Eurojust e nunca menos. No entanto, em 2016, pela primeira vez, as limitações orçamentais começaram a ter impacto no trabalho da Eurojust. Ainda assim, com os deficits a serem corrigidos conjuntamente com as autoridades orçamentais da UE, a Eurojust estará em melhor posição para otimizar a alocação de recursos ao seu trabalho operacional, criar prioridades dentro das restrições orçamentais e assegurar as melhorias de eficiência necessárias para atender às crescentes expectativas de todos os intervenientes nos próximos anos.

Pessoalmente, foi para mim uma grande honra a minha reeleição como Presidente da Eurojust pelo Colégio. Ao trabalhar em conjunto com os meus Vice-Presidentes e os meus colegas do Colégio, estou confiante que a Eurojust irá continuar a crescer como centro de especialização jurídico e judiciário.

**Michèle CONINSX**  
*Presidente da Eurojust*

## O Colégio da Eurojust de Membros Nacionais 2015



Michèle Coninsx, Belgium



Kamen Mihov, Bulgaria



Lukáš Starý, Czech Republic



Jesper Hjortenbergh, Denmark



Klaus Meyer-Cabri, Germany



Raivo Sepp, Estonia



Frank Cassidy, Ireland



Nikolaos Ornerakis, Greece



Francisco Jiménez-Villarejo, Spain



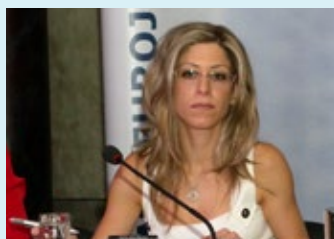
Frédéric Baab, France



Josip Čule, Croatia



NM for Italy not appointed in 2015



Katerina Loizou, Cyprus



Gunārs Bundzis, Latvia



Laima Čekelienė, Lithuania



Olivier Lenert, Luxembourg



László Venczl, Hungary



Donatella Frendo Dimech, Malta



Han Moraal, Netherlands



Gabriela Hornbeck, Austria



Mariusz Skowroński, Poland



António Cluny, Portugal



Daniela Buruiană, Romania



Malči Gabrijelčič, Slovenia



Ladislav Hamran, Slovak Republic



Piia Vottonen, Finland



Leif Görts, Sweden

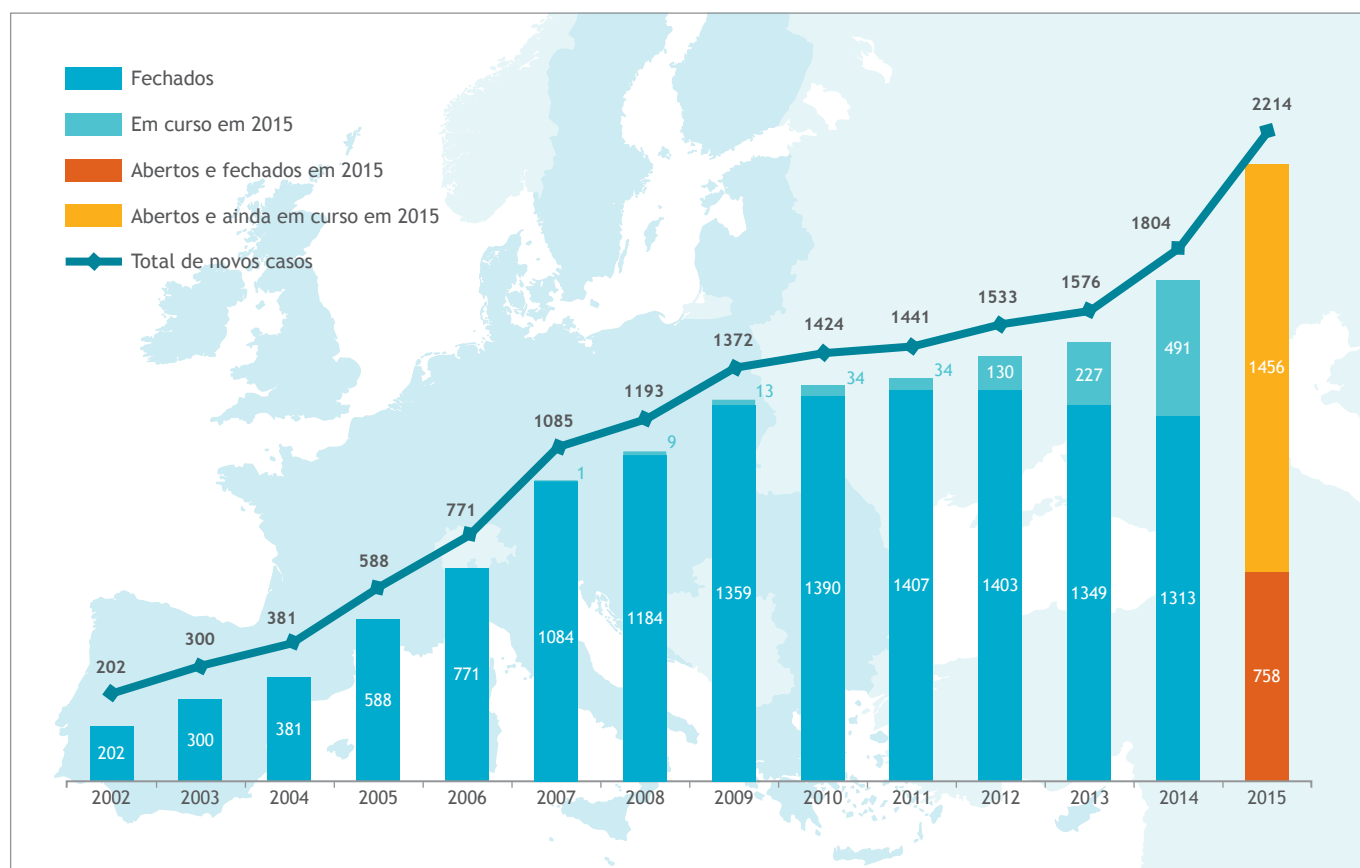


Frances Kennah, UK

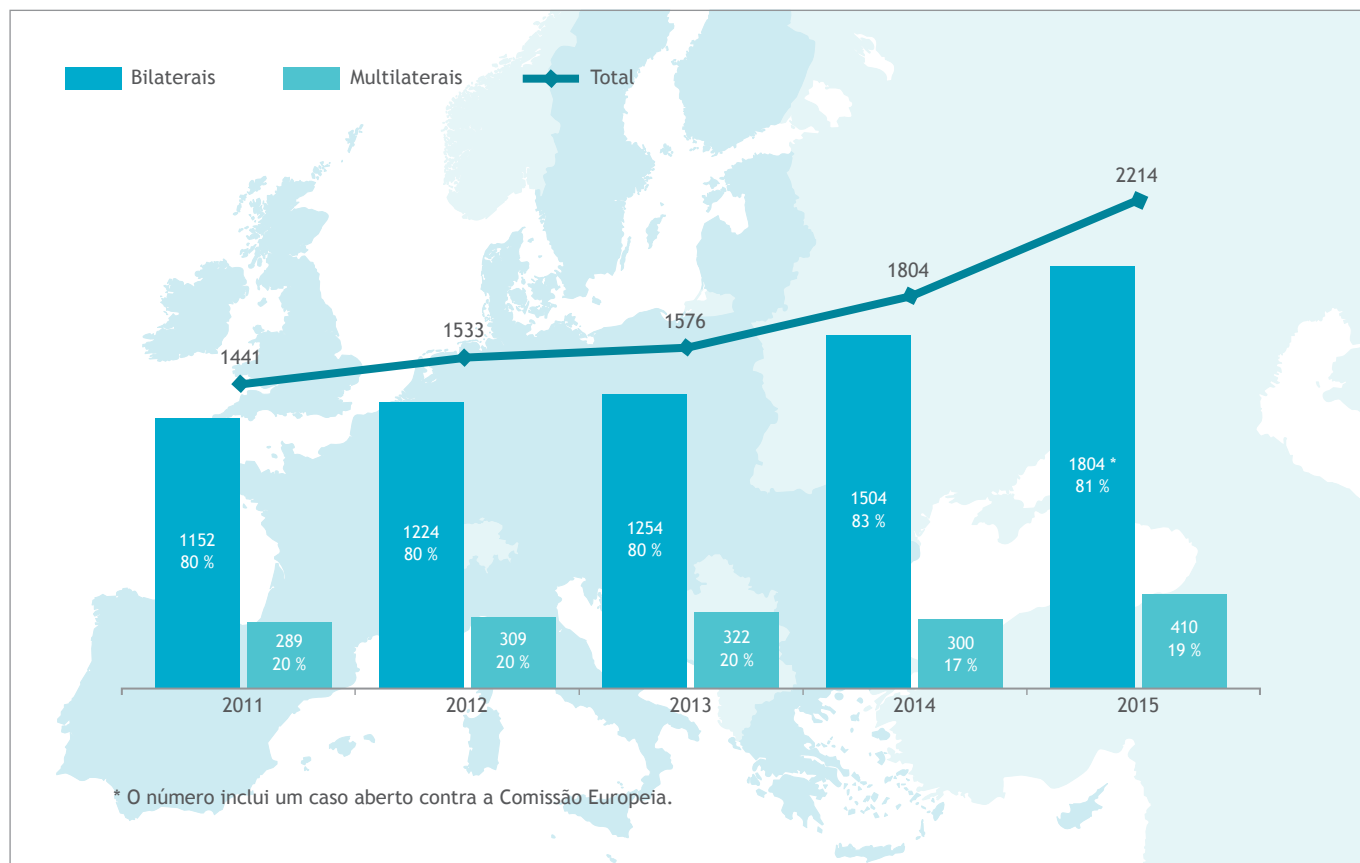


- ▶ O **número de casos** em que foi solicitada a assistência da Eurojust teve um aumento de 23 %, de 1.804 casos em 2014 para 2.214 em 2015. Os **Estados terceiros** estiveram envolvidos em 208 casos.
- ▶ Houve um aumento de **Casos** no que se refere a: cibercriminalidade, imigração ilegal, TSH, corrupção e GOCM.
- ▶ Verificou-se um aumento na utilização de Instrumentos de Coordenação: **reuniões de coordenação** (274, um aumento de 39 % face a 2014) e **centros de coordenação** (13).
- ▶ Aumentou a participação em reuniões de coordenação da EUROPOL (99), OLAF (5) e Estados terceiros (67).
- ▶ A Eurojust apoiou 120 **EICs**, das quais 46 foram constituídas de novo, e deu apoio financeiro a outras 68 EICs. Formou-se a primeira EIC com o OLAF, e voltou a notar-se um aumento no envolvimento de Estados terceiros.
- ▶ A assistência da Eurojust foi solicitada na execução de **Mandados de Detenção Europeus** em 292 ocasiões.
- ▶ A Eurojust destacou para o EC3 um **perito judicial em cibercriminalidade** e reconheceu a necessidade de se estabelecer uma **rede de juízes e procuradores para a cibercriminalidade**.
- ▶ A Eurojust deu apoio aos **Hotspots (Pontos Críticos)**, formou um **grupo de trabalho temático sobre imigração clandestina** e assinou uma Carta de Entendimento com a EUNAVFOR MED.
- ▶ A Eurojust realizou um **seminário estratégico** sobre conflitos de competência jurisdicional e um workshop sobre retenção de dados em combinação com as reuniões do **Fórum Consultivo**.
- ▶ Reuniões da Eurojust **em 2015**:
  - reunião estratégica e reunião tática anual sobre terrorismo
  - reunião tática e reunião *ad hoc* sobre cibercriminalidade
  - reunião estratégica sobre TSH
  - reunião sobre pirataria marítima
  - reunião sobre cooperação judiciária em grandes eventos desportivos
  - seminário estratégico, *A aplicação do MLA e dos Acordos de Extradicação entre a UE e os EUA*
- ▶ A Eurojust **publicou em 2015**:
  - *Monitorização de Condenações por Terrorismo*
  - Terceiro relatório sobre *Combatentes Terroristas Estrangeiros*
  - Sumário do Segundo relatório sobre *Combatentes Terroristas Estrangeiros*
  - *Manual do CBRN-E*
  - Relatório sobre a *condenação do TSH para efeitos de exploração laboral*
  - Relatório sobre o *Impacto da regulamentação da condenação de casos de NPS (Novas Substâncias Psicoativas)*
  - *Relatório sobre Questões processuais e legais relacionadas com GCOIs (Grupos de Criminalidade Organizada Itinerantes)*
  - *Monitorização Judicial da Pirataria Marítima, Questão #2*
  - Guia de Boas Práticas em relação a grandes eventos desportivos
  - *Relatório de Casos da Eurojust em conflitos de competência jurisdicional 2009-2014*
  - *Relatório sobre a experiência da Eurojust na recuperação de ativos*
- ▶ Em 2015 a Eurojust focou-se em **conflitos de competência jurisdicional, retenção de dados e entregas controladas**.
- ▶ O **orçamento da Eurojust** para 2015 foi de 33.818 milhões de euros. A execução orçamental foi de 99.86 %.
- ▶ O **Relatório Final da EY** (Ernst & Young) sobre a *Avaliação da Decisão do Conselho da Eurojust e as atividades levadas a cabo pela Eurojust* foi emitido e tornado público em 30 de junho.

## Casos Eurojust 2002 - 2015

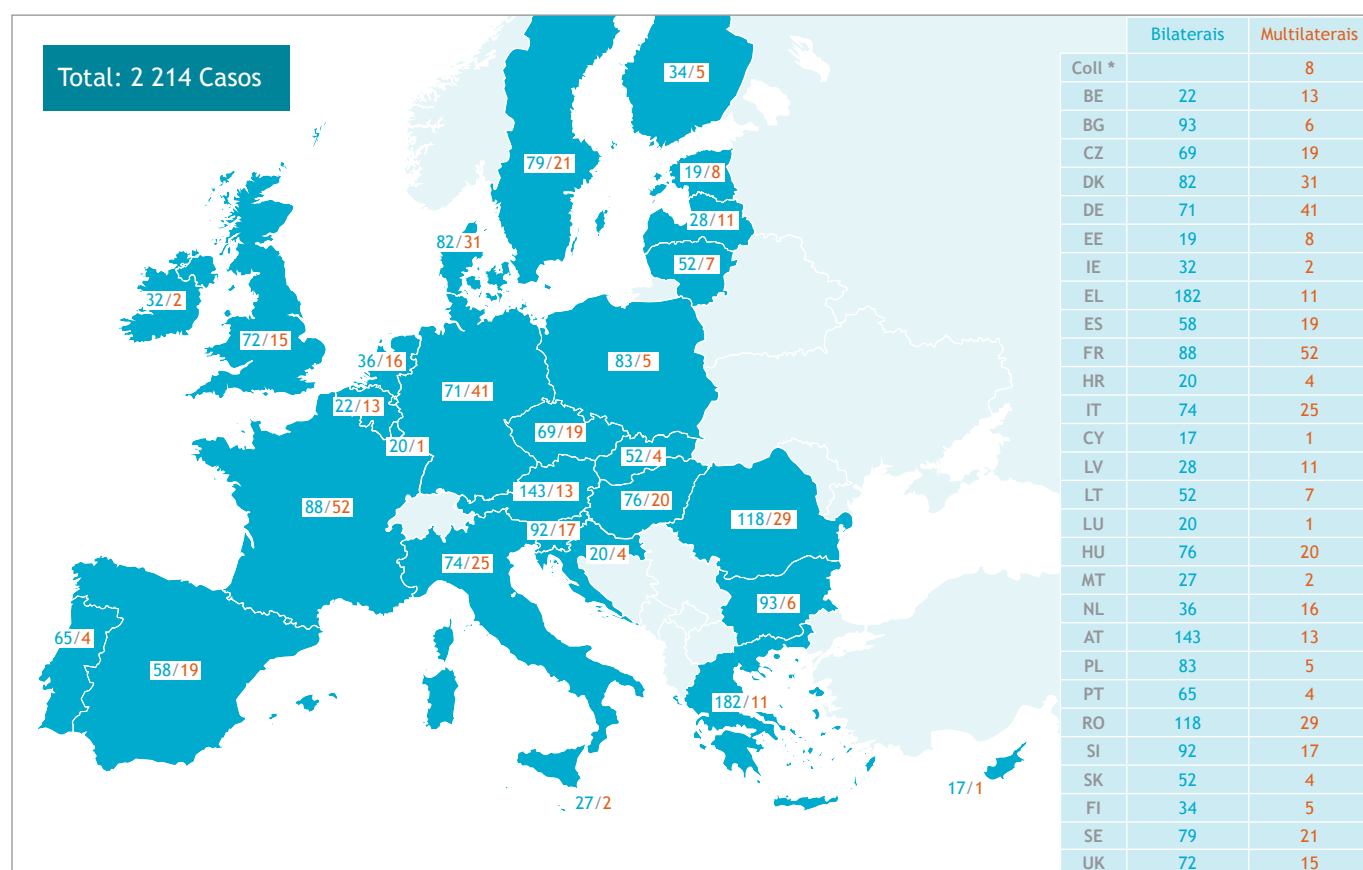


## Casos Bilaterais/Multilaterais 2011 - 2015

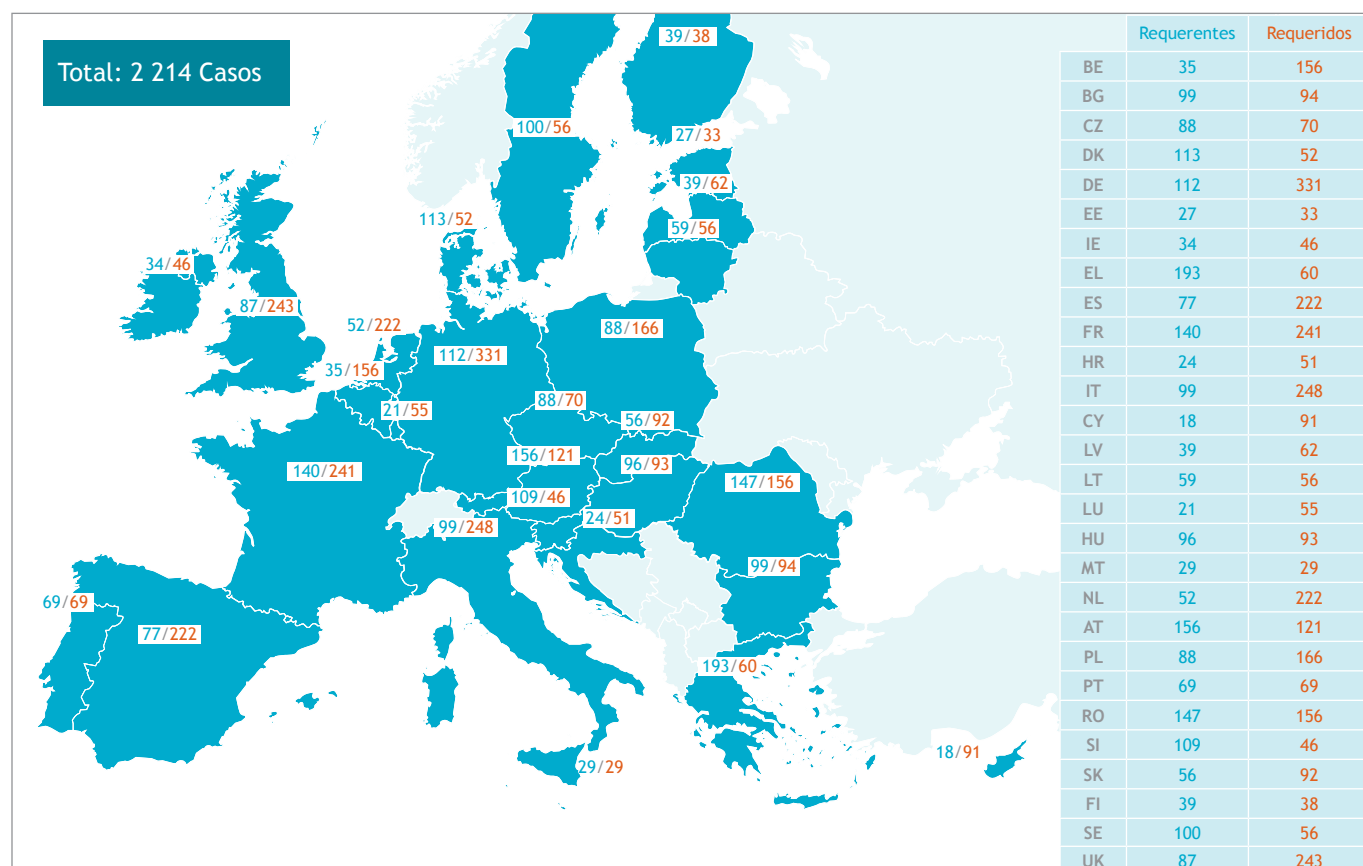




## Casos Bilaterais/Multilaterais por Estado-Membro



## Estados-Membros Requerentes/Requeridos



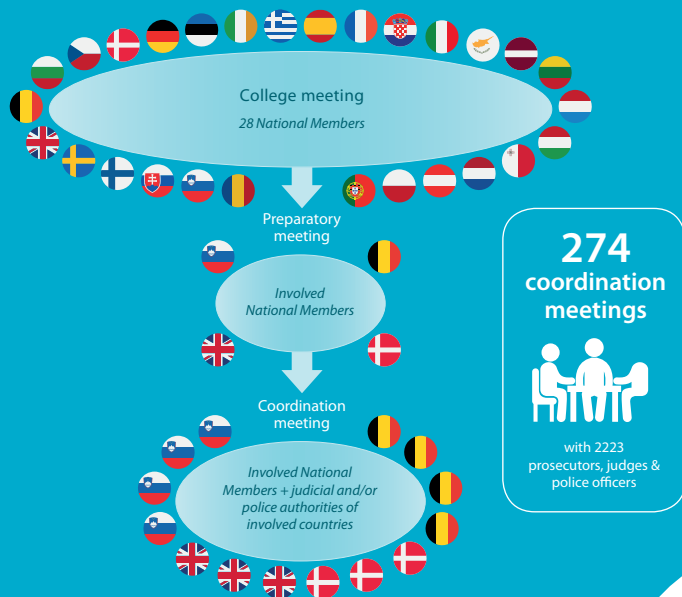
# Eurojust at work in 2015

Eurojust's core business is to assist the competent authorities of EU Member States when they deal with serious cross-border organised crime

1

## Judicial coordination meetings

Bringing together judicial and law enforcement authorities from Member States and third States.



2

## Joint investigation teams (JITs)

Carrying out criminal investigations in one or more of the involved countries.



24/7  
availability

## Execution of European Arrest Warrants



3

## Coordination centres

Coordination centres enable coordination and real-time transmission of information in serious cross-border crimes among national authorities during action days.

13  
Eurojust  
coordination  
centres were  
held in 2015



Gathering evidence correctly is important for successful future court proceedings

# Eurojust at a glance

## O que é

A Eurojust é a Unidade de Cooperação Judiciária da União Europeia. Como organismo da União Europeia criado em 2002, o objetivo da Eurojust é estimular e melhorar a coordenação das investigações e procedimentos penais e a cooperação entre as autoridades competentes dos Estados-Membros em relação às formas graves de criminalidade transfronteiriça, particularmente da criminalidade organizada.

A pedido de um Estado-membro, A Eurojust pode também auxiliar investigações e procedimentos penais relativos a um determinado Estado-Membro e um Estado terceiro, se tiver sido celebrado um acordo de cooperação entre a Eurojust e esse Estado terceiro, ou se existir um interesse essencial na prestação dessa assistência.

A pedido de um Estado-membro ou da Comissão, a Eurojust pode também auxiliar nas investigações e procedimentos penais relativos apenas a esse Estado-Membro e à Comunidade.

## Quem?

O Colégio da Eurojust é composto por 28 Membros Nacionais que são juízes, procuradores ou agentes policiais de competência equivalente, destacados por cada Estado-Membro. Os Membros Nacionais estão sediados na Eurojust em Haia.

A maioria dos Membros Nacionais são assistidos por um Adjunto e/ou um Assistente. A Eurojust é apoiada por uma administração e acolhe os Secretariados da Rede Judiciária Europeia (a RJE), da Rede de Peritos das Equipas de Investigação Conjuntas (a Rede de EICs) e da Rede Europeia de Pontos de Contacto relativa às pessoas responsáveis por genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra (a Rede Genocídio).

Além disso, a Noruega, a Suíça e os EUA destacaram também para a Eurojust Magistrados de Ligação. O número total de pessoas a trabalhar na Eurojust em 2015, incluindo os membros do Colégio, era de 349.

## Como?

As funções e poderes chave da Eurojust incluem a resposta aos pedidos de assistência das autoridades nacionais competentes dos Estados-Membros. Por seu turno, a Eurojust poderá solicitar aos Estados-Membros que iniciem uma investigação penal relativamente a uma situação específica. Os Membros Nacionais cumprem o mandato da Eurojust coordenando o trabalho das autoridades dos respetivos países em todas as fases da investigação criminal e do processo penal.

## Reuniões de Coordenação

As reuniões de coordenação são uma ferramenta única e eficaz na cooperação judiciária. Põem em contacto as autoridades judiciárias e policiais dos Estados-Membros e de Estados terceiros, e permitem operações bem informadas e orientadas em casos de criminalidade transfronteiriça. Durante as reuniões de coordenação, podem ser resolvidas as dificuldades jurídicas e práticas resultantes das diferenças legais existentes entre os 30 sistemas jurídicos da União Europeia.

## Centros de Coordenação

Os centros de coordenação desempenham um papel altamente relevante nas operações, promovendo apoio em tempo real durante os dias de ação conjunta, e permitindo a coordenação e acompanhamento imediato de apreensões, detenções, buscas domiciliárias ou a empresas, decisões de apreensão e depoimentos de testemunhas.

## Equipas de Investigação Conjunta

A Eurojust fornece financiamento e apoio especializado para a constituição e as necessidades operacionais das EICs. Uma EIC é uma equipa de juízes, procuradores e autoridades policiais. Estabelecidas por um período fixo e com uma finalidade específica, por meio de um acordo escrito entre os Estados envolvidos, as EICs permitem que as investigações criminais sejam levadas a cabo de modo muito mais eficaz num ou mais dos Estados envolvidos.

## Relações externas

O trabalho da Eurojust é baseado em relações institucionalmente consolidadas com uma série de parceiros. Com base nesses acordos, desenvolve-se uma cooperação particularmente estreita com as autoridades nacionais e as instituições e parceiros da UE: a Comissão Europeia; a Europol; o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF); a Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (Frontex); o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (o EMCDDA); a Academia Europeia de Polícia (CEPOL); a Rede Europeia de Formação Judiciária (a REFJ); a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (a ADF); a Força Naval da União Europeia - Mediterrâneo (EUNAVFOR MED) e com organismos internacionais: INTERPOL, a Rede Ibero-americana de Cooperação Jurídica internacional (IberRed) e o Gabinete das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

A Eurojust assinou ainda acordos de cooperação com o Liechtenstein, a Suíça, a antiga República Jugoslava da Macedónia, os EUA, a Noruega, a Islândia e a Moldávia.



# Instrumentos da Eurojust



## 1.1 Reuniões de coordenação da Eurojust

Tendo sido realizadas num notável número de 274 vezes – um aumento de mais de 39 % em comparação com 2014 – as reuniões de coordenação mantêm firmemente a sua posição como o instrumento operacional mais frequentemente utilizado pela Eurojust. As autoridades judiciais e policiais dos Estados-Membros, e também de Estados terceiros, reuniram-se quase todos os dias úteis durante 2015 na Eurojust, em Haia, para promover a cooperação judiciária em matérias penais.

Um caso trazido recentemente à Eurojust é primeiro apresentado ao Colégio pelo respetivo Membro Nacional, e é então tomada a decisão de se o caso deve ser registado como um caso Eurojust (numa designada Reunião de Nível I). Numa segunda fase, os Gabinetes Nacionais da Eurojust em causa reúnem-se para analisar as questões a serem resolvidas, de modo a assegurar a cooperação e coordenação judiciárias nesse caso específico e planejar a forma mais adequada de agir em seguida (a designada Reunião de Nível II). Posteriormente, se necessário, organizam-se uma ou mais reuniões de coordenação com a participação dos representantes das autoridades nacionais judiciais e policiais diretamente envolvidas no caso.

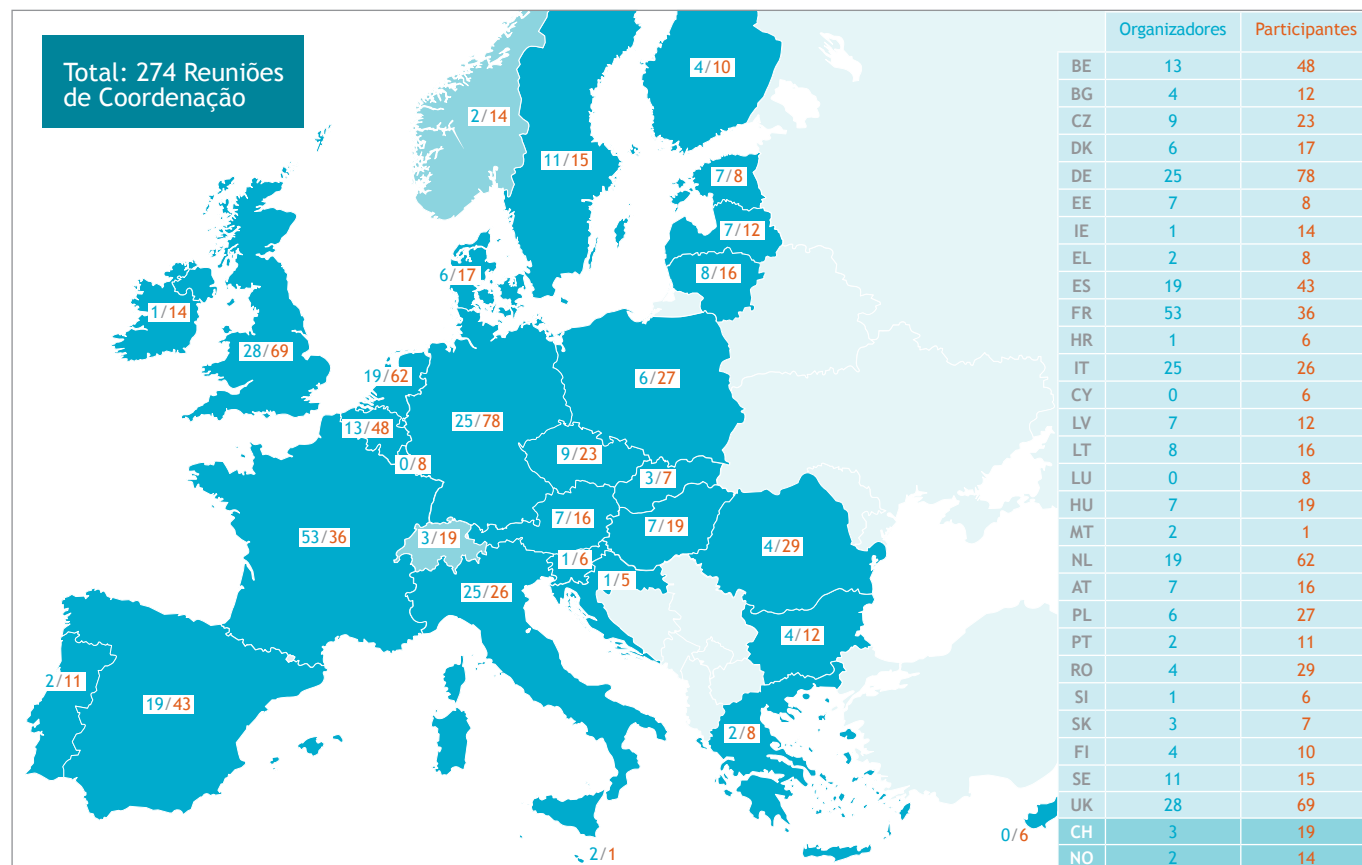
As reuniões de coordenação são concebidas para facilitar o intercâmbio de informações, identificar e implementar

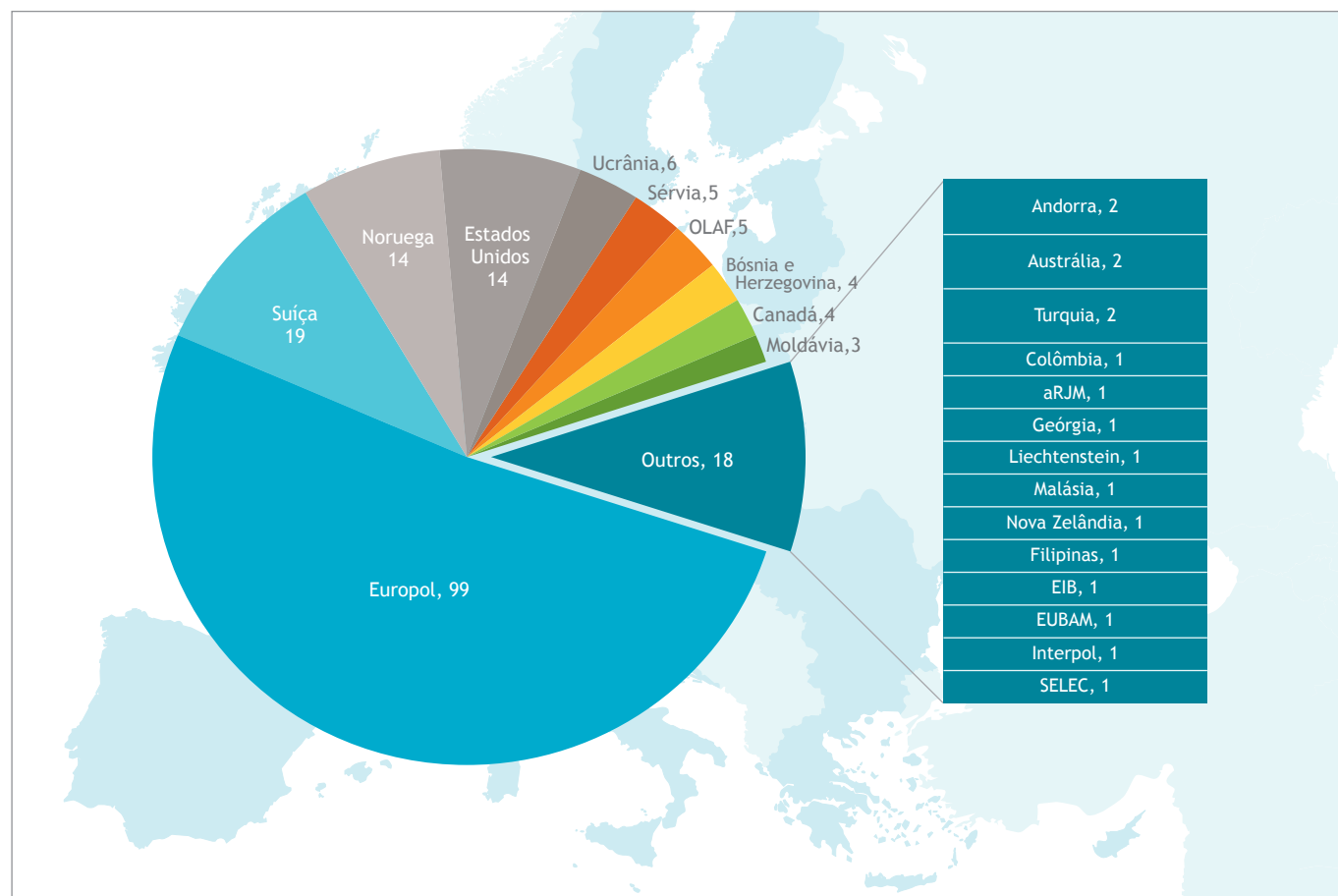
meios e métodos para apoiar a execução de pedidos de MLA e medidas coercivas (por exemplo, mandados de busca e mandados de detenção), coordenar as investigações e processos em curso e detetar, prevenir ou resolver conflitos de competência jurisdicional, questões relacionadas com *ne bis in idem* e outros problemas legais e probatórios.

Os casos tratados durante as reuniões de coordenação em 2015 cobriram todas as principais áreas de crime grave transfronteiriço organizado, com a burla e fraude, o tráfico de drogas e o branqueamento de capitais sendo os mais frequentes.

Das 274 reuniões realizadas em 2015, a França (53), o Reino Unido (28), a Alemanha e a Itália (ambas com 25) foram os países que organizaram o maior número. De entre os Estados-Membros que participaram mais frequentemente destacaram-se a Alemanha (78), o Reino Unido (69) e a Holanda (62). A Suíça (19), a Noruega (14) e os EUA (14), todos representados na Eurojust através dos seus Magistrado de Ligação, lideraram o grupo de Estados terceiros que participaram nas reuniões de coordenação realizadas em 2015, grupo que inclui ainda a Ucrânia (6) e a Sérvia (5), bem como a Bósnia e Herzegovina e o Canadá (ambos com 4). A Europol frequentou 99 e o OLAF 5 reuniões de coordenação.

### Reuniões de Coordenação





## 1.2 Centros de coordenação da Eurojust

A Eurojust manteve 13 centros de coordenação em 2015, o que representa um crescimento em comparação com os 10 em 2014 e 7 em 2013.

Esta tendência confirma o reconhecimento e valorização deste instrumento de coordenação operacional pelas autoridades judiciárias e policiais dos Estados-Membros na luta contra a criminalidade grave transfronteiriça na Europa.

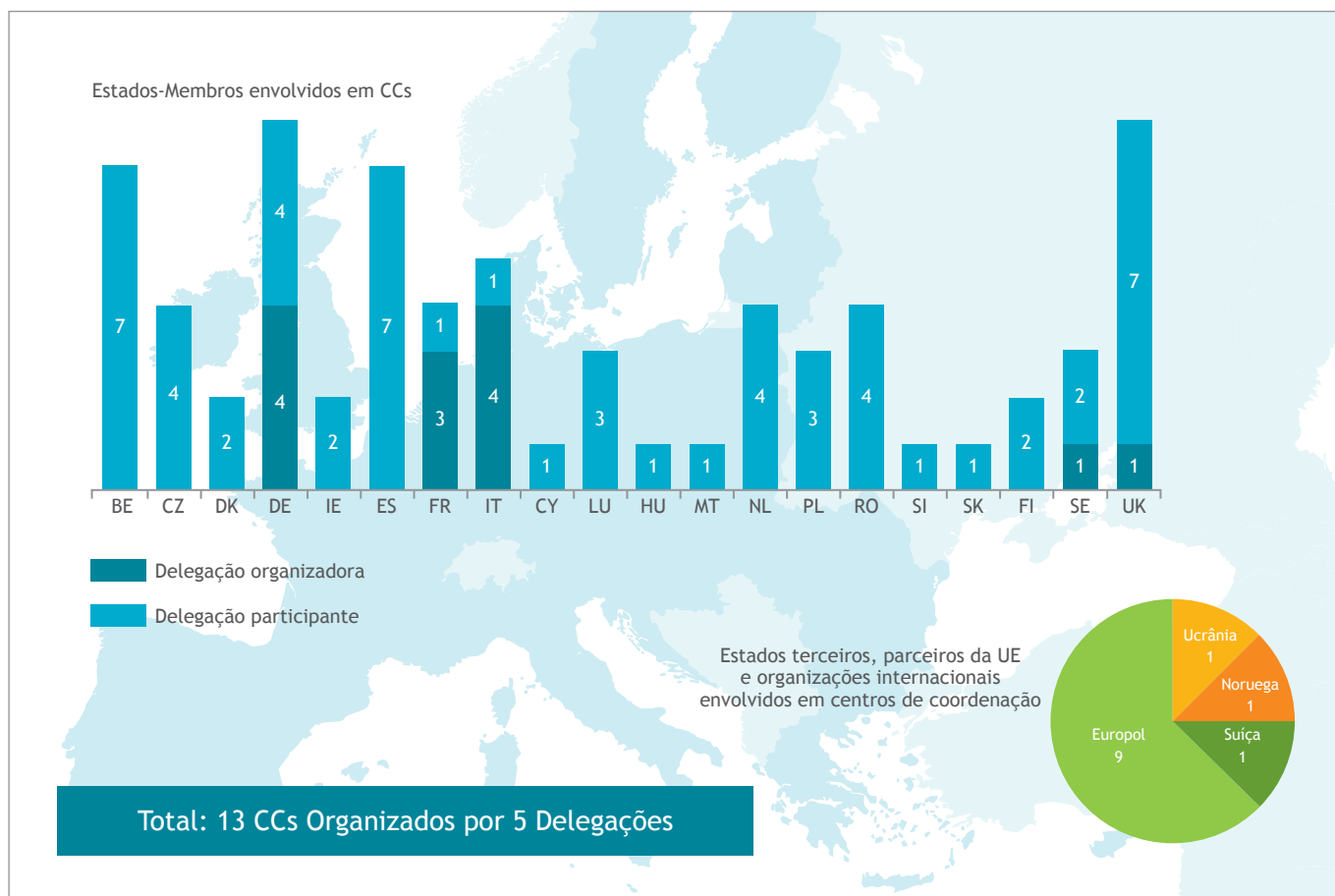
Os centros de coordenação da Eurojust facilitam o intercâmbio de informações em tempo real entre autoridades judiciárias e permitem o apoio direto para a execução coordenada e simultânea de, *inter alia*, mandados de prisão, buscas e apreensões em diferentes países.

Os treze centros de coordenação foram organizados pela Alemanha (4), Itália (4), França (3), Suécia (1) e Reino Unido (1). Estes dias de ação conjunta beneficiaram da participação ativa de outros Estados-Membros, Estados com magistrados de ligação na Eurojust como a Suíça e a Noruega, Estados terceiros (por exemplo, a Ucrânia numa ocasião) e Europol (5).

Estas ações tiveram como alvo uma ampla gama de tipos de crime, incluindo burla e fraude, cibercriminalidade, branqueamento de capitais, imigração ilegal e TSH, bem como – pela primeira vez – terrorismo.

Os centros de coordenação são particularmente adequados para solucionar casos complexos com dias de ação multilateral em grande escala. Numa ocasião, no ano passado, foram criados três centros de coordenação no mesmo caso de fraude de IVA. O caso abrangeu mais de 200 medidas transfronteiriças. Participaram autoridades Nacionais De 15 Estados-Membros e a EUROPOL (*ver mais abaixo* Operação Vertigo: Um olhar mais detalhado).

Foi criado um centro de coordenação no âmbito de um caso grave de fraude fiscal e escrituração contabilística na Suécia. Entre as lições aprendidas, foi identificada a necessidade de novas orientações sobre os procedimentos a seguir em relação à emissão de MDEs na Suécia para a Autoridade Sueca para Crimes Financeiros, que foram elaboradas pelo Gabinete Sueco na Eurojust.



## 1.3 Sistema de Gestão de Casos da Eurojust

As atividades operacionais da Eurojust são apoiadas através de uma base de dados sob medida – o CMS – que foi concebida para armazenar e processar dados relacionados com os casos, bem como para facilitar o controlo da conformidade com a regulamentação para o processamento de dados pessoais.

Em 2015, foram desenvolvidas e publicadas duas versões atualizadas do CMS para melhorar as capacidades operacionais e a facilidade de utilização. Estas atualizações simplificam o processo de configuração interna de novos perfis usando as funcionalidades do sistema existente em vez de depender de desenvolvimento externo. Tal recurso é importante, porque prevê a possibilidade de gerir o acesso ao CMS por diferentes grupos de utilizadores de um modo mais flexível e, como tal, oferece suporte à implementação de ligações dos membros da ENCS de cada Estado-Membro ao CMS, tal como previsto pelo Artigo 12. da Decisão do Conselho da Eurojust.

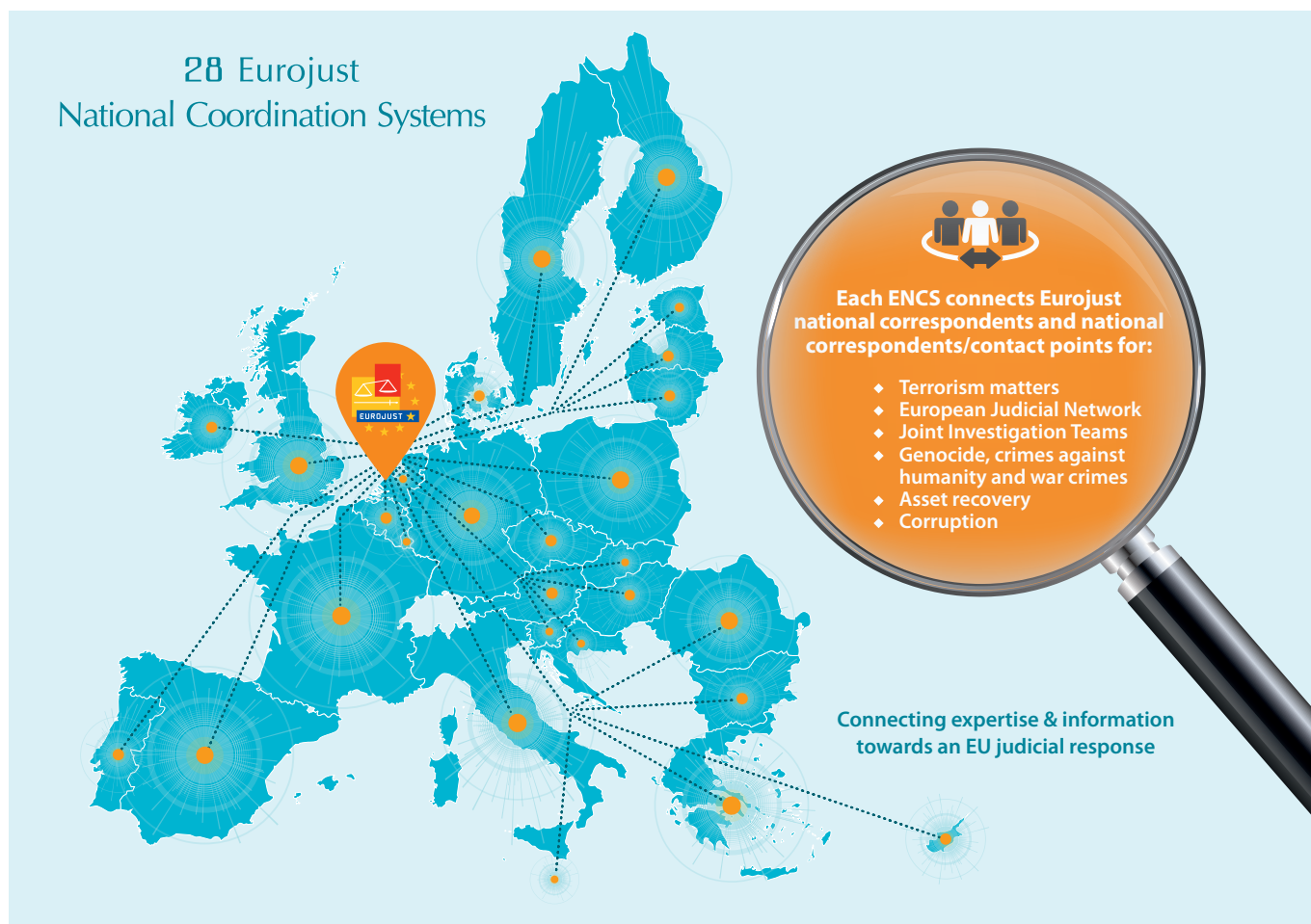
Em 2015, ficaram operacionais as ligações de rede seguras com Espanha e o Luxemburgo, elevando para 13 o número total dos Estados-Membros com conectividade de rede segura com a Eurojust. Para além disso, a mais recente versão do CMS trouxe uma atualização importante

para permitir a gravação das decisões dos Membros Nacionais com base no Artigo 19º. das *Regras de procedimento sobre o tratamento e proteção de dados pessoais na Eurojust* (Regras de proteção de dados da Eurojust).

Em março de 2015, o Colégio da Eurojust trouxe à discussão uma avaliação dos primeiros seis meses da aplicação efetiva de uma sua Decisão de junho de 2014 sobre a introdução de dados no CMS, cujo objetivo é definir padrões comuns de introdução de dados e um método uniforme de trabalho aplicáveis a todas as Delegações Nacionais da Eurojust. Cinco Delegações Nacionais concordaram em participar em mais um teste e transmitir ao Colégio as lições aprendidas.

Em 2015, o Colégio prestou especial atenção à melhoria da introdução de dados no CMS e à aplicação do artigo 19º. das regras de proteção de dados da Eurojust para garantir a total conformidade e implementar as recomendações feitas pela JSB no relatório que se seguiu à visita inspetiva em janeiro de 2015. O relatório da JSB e as ações de acompanhamento da Eurojust às recomendações do relatório foram discutidas pelo Colégio numa reunião plenária, em setembro de 2015, com a participação da JSB.

## 28 Eurojust National Coordination Systems



## 1.4 A Eurojust e as EICs

A Eurojust consolidou o seu papel fulcral nas EICs, tanto em termos de suporte ao seu estabelecimento e funcionamento como na recolha de conhecimentos.

Em 2015, 120 EICs foram apoiadas pelos Membros Nacionais da Eurojust, 46 das quais foram formadas recentemente em 2015.

Os principais tipos de crime investigados pelas 46 recém-formadas EICs foram o branqueamento de capitais, burla e fraude, participação em organização criminosa, TSH, tráfico de drogas e crimes cibernéticos.

Nos termos do artigo 13.º(5). da Decisão Eurojust, os Estados-Membros assegurarão que os Membros Nacionais sejam informados da constituição de EICs e dos resultados do trabalho de tais equipas. Com respeito a esta diretiva, a Eurojust recebeu 17 notificações em 2015.

Os Casos da Eurojust confirmam o crescente envolvimento de Estados terceiros em EICs que já se tinha observado em 2014. No total, 11 EICs envolvendo Estados terceiros foram apoiadas pela Eurojust, sete das quais foram estabelecidas em 2015. Um número crescente de

Estados terceiros consideram atualmente as EICs como um instrumento eficaz para a cooperação, incluindo, *inter alia*, a Sérvia, a Bósnia e Herzegovina e a Suíça (*consulte a subsecção 2.3.3*).

Para extrair os ensinamentos adquiridos, a Eurojust – juntamente com a Rede de Peritos em EICs e o seu Secretariado (ver secção 5.2 abaixo) – continuou a promover e facilitar a avaliação das EICs, através da utilização do [formulário de avaliação de EICs](#). Este formulário, inicialmente lançado em 2014, foi disponibilizado no site da Eurojust em 2015, juntamente com conselhos práticos sobre a forma de conduzir a avaliação. Foram realizadas reuniões dedicadas de avaliação na Eurojust ou em Estados-Membros com o apoio da Eurojust.

O resultado dessas avaliações confirma o uso extensivo de EICs pelos profissionais como uma ferramenta eficiente e eficaz para coordenar processos e investigações transfronteiriças.

Num número significativo de casos, as EICs são estabelecidas entre mais que dois Estados – que não são necessariamente Estados vizinhos – e apoiam a investigação de uma vasta gama de tipos de crime.



A flexibilidade desta ferramenta, especialmente para apoiar a comunicação informal e a troca de informações e provas, é amplamente reconhecida pelas autoridades nacionais competentes. Quando se utiliza uma EIC, a participação dos Membros destacados – operando fora do seu País de origem – é vista como benéfica para a eficiência da investigação.

Numa grande maioria dos casos, as EICs também parecem facilitar uma abordagem comum para a interação com os meios de comunicação sobre os resultados da investigação.

Entre os desafios identificados, as diferenças de prazos de processos internos – por razões legais ou práticas – podem impedir o funcionamento de uma EIC, por exemplo, se um dos parceiros tem de deixar a EIC antes de serem cumpridas as necessidades de cooperação de outros.

Em termos de boas práticas, dado que as EICs frequentemente coexistem com os MLA, particularmente para Estados que não aderem à EIC, os profissionais confirmam que a existência de uma EIC fornece vantagens na execução atempada do pedido para os Estados requeridos, bem como na partilha entre os parceiros da EIC das provas recolhidas por via de MLA.

Dado que a experiência com as EICs está a crescer, considerou-se útil uma avaliação das ferramentas desenvolvidas nos primeiros anos da sua implementação (O

Manual das EICs, Plano de Ação Operacional das EICs) para verificar se ainda respondem totalmente às necessidades dos profissionais. .

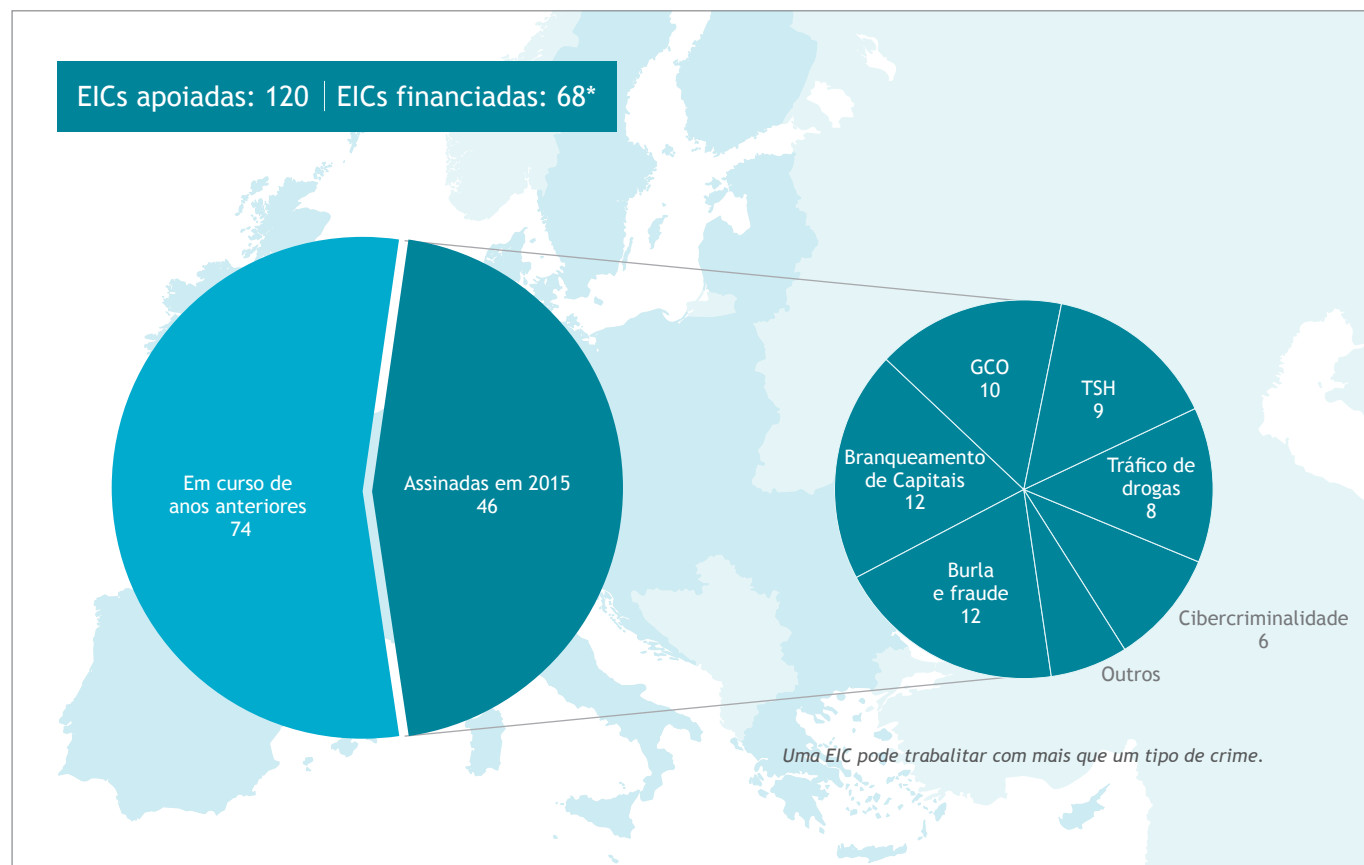
Esta avaliação constituiu o principal tema da reunião anual dos peritos em EICs, que teve lugar na Eurojust em 11 e 12 de junho de 2015. [As conclusões](#) do encontro dão uma clara orientação no sentido de modernizar as ferramentas da EIC e melhorar o seu acesso pelos profissionais. Os peritos concordaram que a versão existente do acordo de modelo das EIC é ainda suficientemente adequada e flexível, concluindo que uma revisão de fundo não é uma prioridade. Os peritos também foram de opinião que o Manual das EICs deve ser exaustivamente atualizado para incorporar as lições aprendidas.

O Plano de Ação Operacional das EICs, que muitas vezes não é usado na prática, deve ser substituído por regimes de planeamento mais informais, por exemplo, as conclusões das reuniões de coordenação.

### Financiamento das EIC pela Eurojust

A Eurojust tem continuado a financiar as EICs. Em 2015, o papel fundamental da Eurojust no apoio a operações das EICs através do seu programa de financiamento foi confirmado pela receção de 144 candidaturas a financiamento (alguns pedidos relacionados com a mesma EIC, para operações distribuídas por períodos de ação subsequentes).

*Uma EIC pode lidar com mais do que um tipo de crime*



Foi dado apoio financeiro a 68 EICs (através de um ou vários subsídios), 36 dos quais receberam financiamento pela primeira vez em 2015. O orçamento da Eurojust alocado ao financiamento das EICs em 2015 foi de 500.000 euros.

Desde 2014 que o financiamento de EICs também pode abranger despesas de Estados terceiros. Seguindo a tendência observada nos casos da Eurojust, em 2015 foram recebidas 13 candidaturas a financiamento de EICs envolvendo tanto a UE como Estados terceiros.

Foi introduzido um novo formulário de candidatura em 2015 que se caracteriza por permitir uma mais fácil submissão dos pedidos, tais como listas drop-down, funcionalidades de

cálculo e controle incorporado de tetos orçamentais. O âmbito das ações financiadas foi alargado de modo a poder cobrir os custos decorrentes do seguimento da EIC, desde que tais custos estejam diretamente ligados às atividades da EIC, como as reuniões de seguimento organizadas para examinar as provas recolhidas pela EIC, os custos de tradução dos elementos de prova recolhidos pela equipa, ou a tradução de uma sentença lavrada num dos Estados envolvidos.

Para além disso, o Colégio da Eurojust aprovou um projeto que inclui o desenvolvimento de ferramentas on-line para a apresentação dos pedidos de financiamento e uma base de dados para processar informação relacionada com a EIC.

### **Casos Ilustrativos**

Uma investigação Francesa revelou uma fraude organizada em sede de IVA na venda de veículos em segunda mão, bem como branqueamento de capitais. Os crimes foram cometidos por um grupo de indivíduos franceses a operar em Espanha. Os carros eram vendidos por fornecedores alemães aos revendedores franceses através de uma série de transações intermediárias fictícias entre empresas francesas, espanholas, romenas, italianas e portuguesas, com base em faturas falsas, para evitar o pagamento de IVA.

O caso foi levado à Eurojust pelas autoridades francesas, após o que foi realizada uma reunião de coordenação para discutir o estado corrente das investigações e otimizar a cooperação entre as autoridades envolvidas. A Eurojust serviu como intermediário para facilitar a execução de várias solicitações de MLA entre França e Espanha, o que foi crucial dado que o processo em Espanha estava pendente.

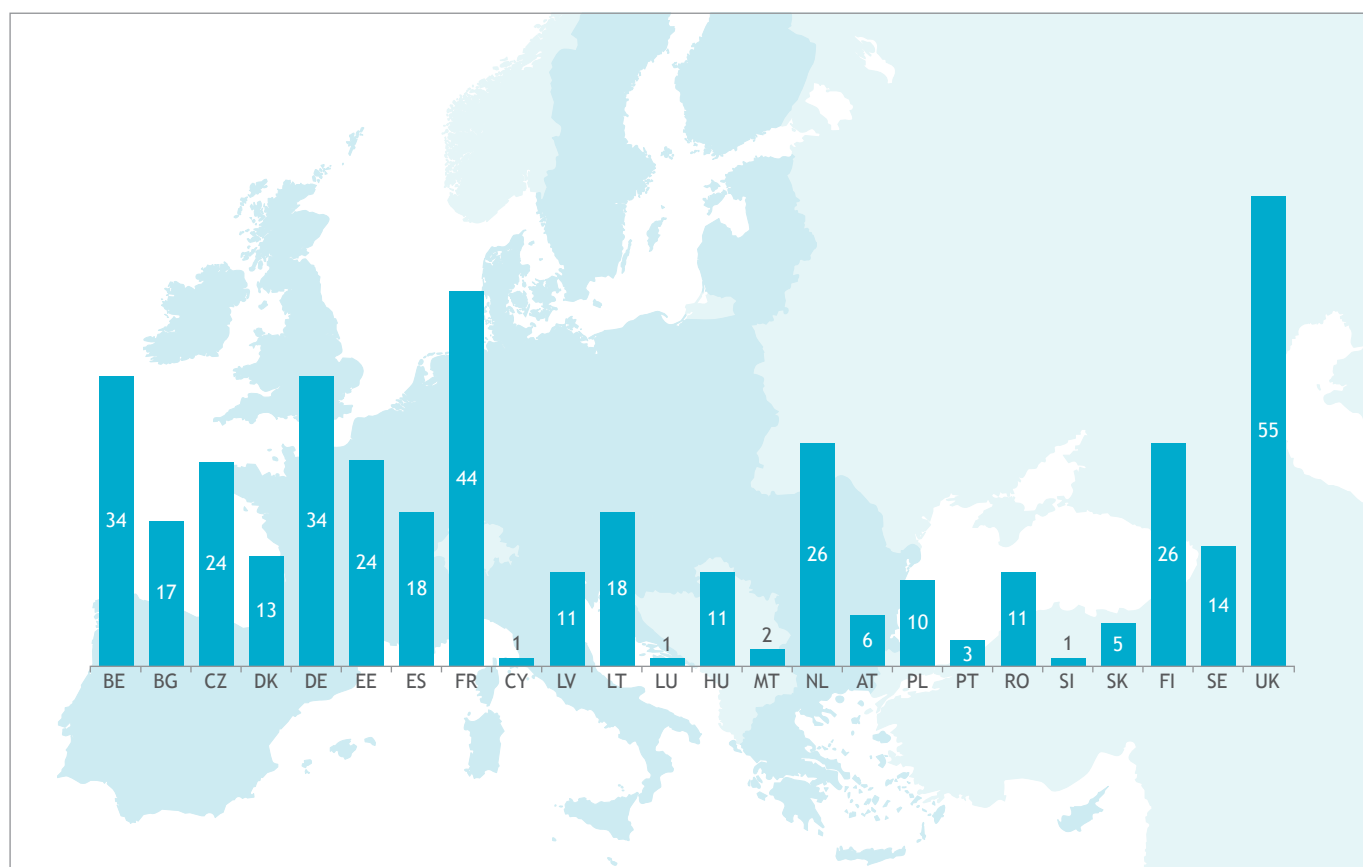
A análise das informações trocadas entre os participantes revelou alguns obstáculos legais, particularmente uma potencial questão de *ne bis in idem*, devido a uma sobreposição de visados na França e na Espanha. Para evitar um conflito de competência jurisdicional numa fase posterior do processo, foi necessária a coordenação em matéria de denúncias futuras e do âmbito dos processos nacionais. Face a estes obstáculos, a França e a Espanha assinaram um acordo de EIC em junho de 2014 para facilitar a cooperação e a troca de provas.

Como resultado das intensas investigações e da maior cooperação entre os participantes da EIC, as ações conjuntas contra a rede foram realizadas por autoridades policiais em Espanha e França em janeiro de 2015, apoiadas por um centro de coordenação na Eurojust. Vinte e nove suspeitos foram presos em Espanha e dois em França. Inúmeros documentos foram apreendidos durante as buscas, revelando um valor estimado de 20 milhões de euros em branqueamento de capitais.

Encorajados pelo sucesso desta primeira ação, foi solicitado apoio da Eurojust para o prolongamento da EIC, que serviu para simplificar o intercâmbio de provas no sentido de preparar o processo judicial futuro. Durante uma reunião de coordenação, os membros da EIC concordaram com a transferência de processos de Espanha para França referentes aos crimes de branqueamento de capitais e participação em organização criminosa. A Espanha deveria focar-se nos crimes de fraude fiscal.

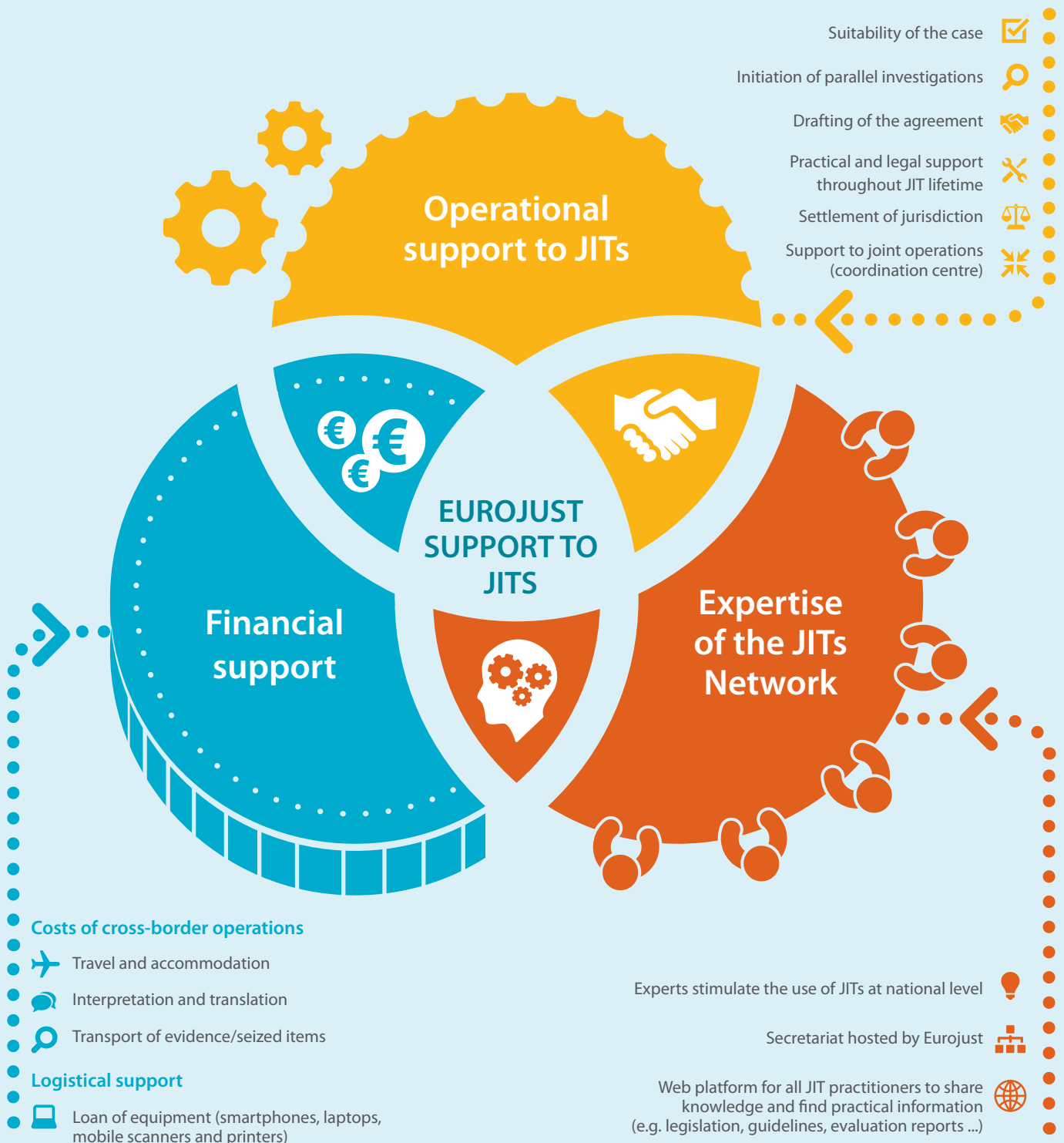
Para apoiar o processo francês, os participantes concordaram que os investigadores franceses poderiam viajar até Espanha para examinar as provas recolhidas na investigação espanhola. As autoridades francesas concordaram em ajudar os seus homólogos espanhóis organizando uma videoconferência para entrevistar duas pessoas indiciadas e detidas em França.

As autoridades nacionais obtiveram resultados importantes na fase anterior ao julgamento dos respetivos processos através do uso efetivo destas ferramentas de cooperação judiciária: reuniões de coordenação, um centro de coordenação e uma EIC.



# Eurojust and joint investigation teams

Eurojust plays a central role in the setting up and running of joint investigation teams (JITs), including judicial and legal expertise, financial support, follow-up to JIT activities and building up know-how.







Visita à Eurojust da Sr.ª Věra Jourová, Comissária para a Justiça, Consumidores e Igualdade de Género



Reunião com Embaixadores dos Estados-Membros da União Europeia e de Estados terceiros



Visita à Eurojust da Procuradora Geral dos EUA, Loretta Lynch e Seminário UE-EUA sobre a aplicação do MLA e dos acordos de extradição



# 2015

## Cronograma de



**2 de março Haia**

A Sr.ª D.ª Maria Schnebli é destacada para a Eurojust como primeiro Magistrado de Ligação para a Suíça



**20 de maio Haia**

Reunião sobre pirataria marítima



**4-5 de junho Haia**

Seminário estratégico sobre *Conflitos de jurisdição* e Fórum Consultivo, sob a Presidência da UE pela Letónia



**5 de junho Haia**

A Sr.ª Věra Jourová, Comissária para a Justiça, Consumidores e Igualdade de Género, visita a Eurojust

JANEIRO

FEVEREIRO

MARÇO

APRIL

MAIO

JUNHO

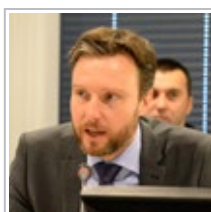


**16-17 de abril Haia**

Reunião estratégica sobre Tráfico de Seres Humanos

**21 de abril Haia**

A Sr.ª Michèle Coninsx é reeleita Presidente da Eurojust pelo Colégio



**22-23 de abril Haia**

18ª. reunião da Rede Genocídio



**11-12 de junho Haia**

11º encontro anual dos especialistas das EICs



**17-18 de junho Haia**

Reunião sobre *Cooperação judiciária em grandes eventos desportivos*

**24-25 de junho Haia**

Reunião tática e estratégica sobre *Terrorismo*

**29-30 de junho Riga**

44º Encontro plenário dos CNE



**15 de setembro Haia**

*A honorável Loretta Lynch, Procuradora Geral dos EUA, visita a Eurojust*



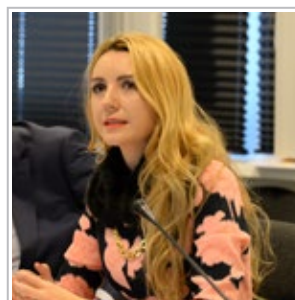
**23 de setembro Haia**

*Reunião com Embaixadores dos Estados-Membros da União Europeia e de Estados terceiros*



**18-19 de novembro Luxemburgo**

*45º Encontro plenário dos CNE*



**25 de novembro Haia**

*Reunião sobre Cibercriminalidade: No sentido de uma Rede Judiciária de Cibercriminalidade*

**JULHO**

**AGOSTO**

**SETEMBRO**

**OUTUBRO**

**NOVEMBRO**

**DEZEMBRO**



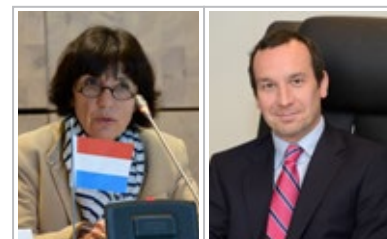
**1 de julho Haia**

*O Sr. Lodewijk Van Zwieten, Especialista da Eurojust em Cibercriminalidade para o EC3, assume funções*



**1 de outubro Roma**

*Assinatura da Carta de Entendimento com a EUNAVFOR MED*



**10-11 de dezembro Haia**

*Workshop sobre retenção de Dados e Fórum Consultivo sob a Presidência Luxemburguesa da UE*



**1 de julho Haia**

*Reunião tática sobre Cibercriminalidade: territorialidade no ciberespaço e admissibilidade da prova*



**8-9 de outubro Haia**

*Seminário UE-EUA sobre A aplicação do MLA e dos Acordos de Exatidão entre a UE e os EUA*

**21-22 de outubro Haia**

*19ª. reunião da Rede Genocídio*





Os casos da Eurojust





A Eurojust participou em 42 reuniões da EMPACT e contribuiu ativamente para as atividades realizadas em 2015 no âmbito dos Planos de Ação Operacionais (PAOs) em todas as áreas prioritárias de criminalidade do âmbito da EMPACT: a facilitação da imigração ilegal; o TSH; contrafação de mercadorias; fraudes nos impostos especiais de consumo e de MTIC; heroína, drogas sintéticas e cocaína; tráfico ilícito de armas de fogo; OPC; e cibercriminalidade. .

No contexto dos PAOs de 2015, a Eurojust participou em diversos cursos da CEPOL, nos quais fez apresentações sobre o seu trabalho em várias áreas de criminalidade, tais como tráfico de drogas (cocaína e heroína). Além disso, a Eurojust participou ativamente no desenvolvimento, preparação e elaboração dos PAOs para 2016.

Em consonância com a posição comum sobre a participação da Eurojust em PAOs adotada pelo Colégio em 2013, a Eurojust contribuiu, na qualidade de (co)líder ou participante, em 49 ações desenvolvidas para aumentar a coordenação de investigações e procedimentos penais dentro dos PAOs. Tais ações consistiram ou em contribuir com dados para relatórios de informação especializada, ou em identificar alvos de alto valor ou GCOs, ou em apoiar investigações e procedimentos penais.

A Eurojust também apoiou atividades dos PAOs para aumentar o número de investigações financeiras em diversas áreas prioritárias da EMPACT.

A Eurojust participou nas ações de PAOs para criar ou despertar a sensibilização, nomeadamente através da identificação das necessidades de formação para juizes e procuradores, em áreas de prioridade da EMPACT como a cibercriminalidade. A Eurojust apoiou as atividades para identificar pontos de contacto judiciais nos Estados terceiros relevantes em áreas de prioridade da EMPACT.

A Eurojust foi líder de atividade nos PAOs implementados na área da heroína, drogas sintéticas e cocaína e colíder nas ações destinadas a identificar e tratar as lacunas jurídicas nas áreas de prioridade do OPC.

Finalmente, a Eurojust esteve associada às atividades operacionais realizadas no âmbito dos subprojectos ETUTU (para identificação das vítimas nigerianas de tráfico e obter informação especializada a partir delas) e TSH chinesa (concebido para ter como alvo a criminalidade chinesa

ligada ao tráfico de seres humanos) realizadas no âmbito da área de criminalidade prioritária da EMPACT - TSH.

### Agenda Europeia sobre Segurança

A Agenda Europeia sobre Segurança dá prioridade para 2015-2020 ao terrorismo, cibercriminalidade e ao crime organizado, como áreas interligadas, com uma forte dimensão transfronteiriça, em que a ação coordenada da UE, incluindo ao nível judiciário, seja necessária.

A Agenda Europeia sobre Segurança estabelece os pilares de ação da UE, incluindo um melhor intercâmbio de informações e uma maior cooperação operacional. O papel da Eurojust é particularmente realçado em quatro áreas de atividade: (i) prestar assistência aos Estados-Membros em solicitações complexas de MLA envolvendo países fora da União Europeia, especialmente através da rede de pontos de contacto da Eurojust; (ii) ter total envolvimento nas atividades do Centro Europeu Anti Terrorismo (ECTC) da Europol para melhorar a coordenação de investigações e procedimentos penais; (iii) oferecer maior perícia e assistência às autoridades nacionais quando conduzem investigações financeiras; e (iv) continuar a facilitar o intercâmbio das boas práticas e a identificar os desafios enfrentados na recolha e uso de e-provas em investigações e procedimentos penais de crimes na Internet.

### Agenda Europeia sobre Migração

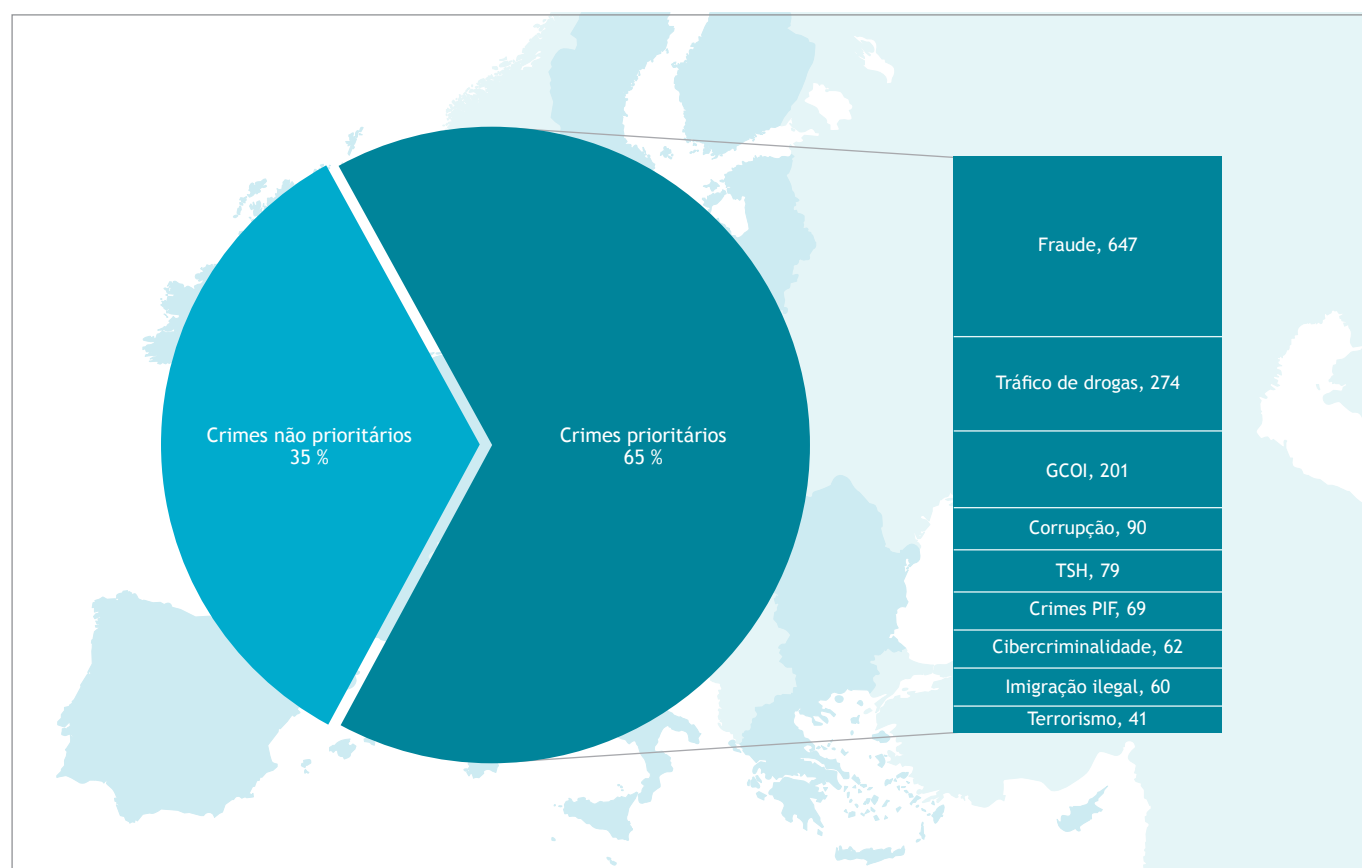
A Agenda Europeia sobre Migração complementa a Agenda Europeia sobre Segurança definindo os planos da Comissão Europeia quer para ações legislativas quer para não legislativas em matéria de migração. A Agenda Europeia sobre Migração e o Plano de Ação da UE contra a Migração Ilegal identifica a luta contra a imigração clandestina como uma prioridade da UE e procura transformar as redes de imigração clandestina de operações de “baixo risco e alto proveito” em operações de “alto risco e baixo proveito”.

Antecipa-se um papel-chave para a Eurojust, juntamente com a Europol, na ajuda aos Estados-Membros no desmantelamento das redes de tráfico e contrabando. Para além disso, a Eurojust foi solicitada para definir um grupo temático sobre o tráfico de migrantes, reforçar a cooperação entre procuradores e dar mais realce à MLA, apoiar as EICs na área de migração clandestina, participar em Hotspots (Pontos Críticos), contribuir para o trabalho da Equipa Operacional Conjunta (JOT) Mare e facilitar o intercâmbio das boas práticas e desafios na recolha e uso de e-provas em casos de tráfico de migrantes.

## 2.1 Casos da Eurojust em áreas de criminalidade prioritária

As prioridades operacionais da Eurojust refletem substancialmente as da União Europeia na luta contra a criminalidade grave e organizada, conforme determinado pelo Conselho da União Europeia. Enquanto organização

que é orientada pela procura, as prioridades da Eurojust também incluem certos tipos de crimes que não foram definidos como prioridades no ciclo de políticas da UE, nomeadamente a corrupção e o terrorismo.



## Estatística Global

Criminalidade prioritária	Casos		Reuniões de coordenação		EICs	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Terrorismo	14	41	4	15	2	3
Cibercriminalidade	42	62	15	19	6	11
Imigração clandestina	32	60	10	20	9	9
TSH	71	79	12	32	18	21
Fraude	560	647	60	76	32	34
Corrupção	55	90	9	10	4	4
Tráfico de drogas	283	274	52	57	31	25
GOCMs	128	201	13	21	13	13

### 2.1.1 Terrorismo

O ano de 2015 foi marcado por um aumento no número de ataques terroristas planeados ou realizados em solo Europeu e o reconhecimento da ameaça global colocada pelos FTFs (Combatentes Terroristas Estrangeiros). As atividades operacionais e estratégicas da Eurojust no domínio da

luta contra o terrorismo refletiram a necessidade de reforçar a capacidade dos Estados-Membros de lutar contra o terrorismo de uma forma eficaz e coordenada comum.

Os dados coligidos referentes a casos em 2015 confirmam que os Estados-Membros contam cada vez mais com o apoio da Eurojust para abordar e resolver questões de

cooperação judiciária em casos complexos de terrorismo. O número de casos registados em 2015 (41) é quase o triplo dos contabilizados em 2014. A Eurojust organizou 15 Reuniões de coordenação envolvendo delitos relacionados com terrorismo, o que é quase quatro vezes o número de 2014, e três EICs mantinham-se ativas. Para além disso, a Eurojust organizou o primeiro centro de coordenação num caso de terrorismo. A maioria dos casos de terrorismo abertos na Eurojust foram da Bélgica, França e Itália. Os países mais frequentemente solicitados no âmbito de casos de terrorismo foram a Bélgica, a França e o Reino Unido.

Registou-se um significativo aumento nas informações compartilhadas com a Eurojust sobre processos e condenações por infrações de terrorismo, em conformidade com a Decisão 2005/671/JAI do Conselho. Houve partilha de informações com a Eurojust sobre processos de infrações terroristas em 104 ocasiões, em comparação com as 30 de 2014. De forma similar, o número de processos judiciais concluídos, participados à Eurojust, e relacionados com terrorismo aumentou de 180 em 2014 para 217.

As informações trocadas com a Eurojust incluem ligações a outros casos relevantes, solicitações de MLA e respetiva execução. O aumento regular da partilha de informações de

### ***Reunião estratégica sobre terrorismo***

Em 25 de junho, foi realizada a 11<sup>a</sup> reunião estratégica anual dos correspondentes nacionais da Eurojust para assuntos de terrorismo. A Comissão Europeia apresentou as prioridades identificadas na Agenda Europeia sobre Segurança e destacou a importância do envolvimento da Eurojust em iniciativas a nível da UE na luta contra o terrorismo e na abordagem da radicalização.

A apresentação foi seguida de um painel de discussão sobre a evolução do quadro jurídico nacional e da UE na luta antiterrorismo e de uma atualização das sub-etapas na luta antiterrorismo da Eurojust desenvolvidas para uso profissional. Tais sub-etapas são o *TCM*, o *Manual do CBRN-E*, o *MPJM* e o *Memorando sobre o Financiamento do Terrorismo*.

A Eurojust também procedeu a uma análise em detalhe de uma decisão judicial belga envolvendo uma rede de recrutamento de FTF. Essa análise, considerada pelos profissionais como muito útil e inspiradora, foi separadamente publicada como documento do Eurojust de acesso restrito e compartilhada com os correspondentes nacionais da Eurojust para questões de terrorismo.

### ***Casos Ilustrativos***

Desde 2007, uma organização terrorista intitulada Rawti Shax ou Didi Nwe (o “novo rumo” ou ‘em direção à montanha’) tem vindo a ser investigada em vários países europeus, incluindo a Itália, a Suíça e a Alemanha. Esta organização configura uma evolução do Ansar Al Islam, que está cadastrado pela ONU como uma organização terrorista filiada da Al-Qaeda, e cujo líder foi detido na Noruega por fazer repetidas ameaças de morte contra políticos noruegueses. O principal objetivo do Rawti Shax é o de derrubar de forma violenta o atual governo curdo iraquiano e substituí-lo por um califado regido pela lei Islâmica da Sharia.

A investigação italiana encontrou provas de que o Rawti Shax está enraizado na Europa, com células que comunicam e operam através da Internet, e com uma estrutura principalmente ativa na Alemanha, Suíça, Reino Unido, Finlândia, Itália, Grécia, Suécia, Noruega, Iraque, Irão e Síria. À medida que o grupo evoluiu, tornou-se mais ativo no apoio logístico e financeiro para recrutamento de FTFs destinados a serem enviados para a Síria e Iraque, e também com a intenção de os treinar para o futuro conflito no Curdistão.

A Eurojust tem vindo a apoiar as atividades de cooperação judiciária internacional neste caso desde 2011. Para facilitar o intercâmbio de informações entre as autoridades competentes e a execução dos pedidos de MLA, foram organizadas duas reuniões de coordenação pela Eurojust. Durante as reuniões de coordenação, a estrutura e o funcionamento desta organização terrorista foram sendo progressivamente revelados e os Estados-Membros envolvidos discutiram a estratégia judicial e a resposta comum mais eficiente.

Ao longo de vários meses em 2015, uma extensa quantidade de informações, provenientes da investigação italiana, foi sendo analisada pela Eurojust para identificar os aspetos mais importantes para os Estados-Membros envolvidos, com vista a organizar um dia de ação comum. Uma das reuniões de coordenação foi usada para a preparação da ação comum, para discutir questões relacionadas com a execução das medidas judiciais solicitadas, incluindo a identificação das autoridades competentes e a formulação de MDEs, procedimentos



de extradição, etc. Para assegurar a execução atempada dos vários pedidos de MLA, foram revistos os requisitos técnicos e legais de tais solicitações.

Durante o dia de ação comum em novembro de 2015, foi criado um centro de coordenação na Eurojust. Um total de 13 líderes suspeitos e vários membros do Rawti Shax foram detidos na Itália, na Noruega e no Reino Unido. Dez das pessoas detidas foram acusadas de terrorismo internacional, de acordo com a lei italiana. Para além disso, as autoridades da Itália, Alemanha, Noruega, Suíça e Reino Unido conduziram buscas a 26 instalações e apreenderam itens, incluindo documentos e dispositivos eletrónicos. Alguns dos suspeitos não puderam ser localizados, porque se crê que terão viajado para o Médio Oriente (Síria e Iraque) para se juntarem a organizações jihadistas (nomeadamente a ISIS e al-Nusra) como FTFs.

A assistência da Eurojust neste caso irá continuar em 2016, tendo em vista os procedimentos em curso da rendição de três indivíduos do Reino Unido e os pedidos de extradição à Noruega. Como um dos suspeitos presos na Noruega é um cidadão norueguês, que, portanto, não será sujeito a extradição, este suspeito será julgado na Noruega (sob o princípio de *aut dedere aut iudicare*). Para salvaguardar o êxito de processos contra este e outros suspeitos, está prevista uma maior cooperação judiciária.

forma atempada e sistemática facilita o trabalho da Eurojust ao fornecer uma visão geral dos desafios e boas práticas relacionadas com processos penais e condenações por infrações referentes a terrorismo e enriquece a análise da Eurojust sobre as respostas judiciais ao terrorismo, partilhadas com os Estados-Membros através da TCM - *Monitorização de Condenações por Terrorismo*. Além disso e no seguimento das Conclusões do Conselho sobre a resposta da justiça criminal à radicalização que conduz ao terrorismo, a Eurojust estaria em condições de monitorizar o uso de alternativas à ação penal e detenção e assim contribuir para o desenvolvimento da política criminal em matéria de FTFs.

A rede de correspondentes nacionais da Eurojust para assuntos de terrorismo serve como principal ponto de contacto para facilitar a cooperação judiciária e garante que a informação relativa a processos penais e condenações de terrorismo é compartilhada com a Eurojust. A rede de correspondentes nacionais, em atividade desde 2005, consiste em pelo menos

um representante designado por cada Estado-Membro, bem como pontos de contacto designados pela Noruega, os Estados Unidos e, desde setembro de 2015, a Suíça.

O terceiro relatório da Eurojust, *Combatentes Terroristas Estrangeiros: As Perspetivas da Eurojust sobre o Fenómeno e a Resposta da Justiça Criminal* (classificado como Informação Restrita da UE), foi produzido em novembro de 2015. O relatório foi apresentado na reunião do Conselho de JAI de 3-4 de dezembro de 2015, com recomendações para abordar os desafios nas investigações e processos penais e fazer pleno uso dos instrumentos de coordenação da Eurojust nos complexos casos transfronteiriços envolvendo FTFs.

O relatório desenvolve as conclusões e recomendações contidas nos dois relatórios anteriores da Eurojust sobre FTFs, datados de novembro de 2013 e de novembro de 2014, integrando as contribuições dos profissionais recebidas entretanto em resposta ao questionário de acompanhamento da Eurojust sobre a resposta judicial aos FTFs, que foi enviado em março de 2015 a todos os correspondentes nacionais da Eurojust para assuntos de terrorismo, assim como aos Magistrados de Ligação na Eurojust da Noruega, Suíça e EUA. No início de 2015 já tinha sido publicado um documento da Eurojust de acesso restrito, com um resumo das principais conclusões do segundo relatório da Eurojust sobre FTFs de novembro de 2014.

No ano passado, a Eurojust participou ativamente em muitas das discussões e iniciativas realizadas a nível da UE para identificar possíveis formas de fortalecer a resposta judicial ao terrorismo. Em diferentes fóruns, o Presidente da Eurojust destacou a necessidade de uma abordagem abrangente, comum a toda a UE, integrando uma vasta gama de políticas multidisciplinares, mecanismos e instrumentos de melhoria da eficiência das respostas nacionais ao fenómeno dos FTF.

### O Manual do CBRN-E

O *Manual do CBRN-E* fornece aos profissionais da EU suporte jurídico especializado multissetorial para investigações e processos penais relacionados com crimes transnacionais (CBRN-E) envolvendo produtos químicos, biológicos, radiológicos, nucleares e explosivos. Fornece uma visão geral da legislação mais relevante a nível da UE e a nível Internacional aplicável às substâncias CBRN-E, bem como organismos, sistemas e bases de dados supranacionais na área dos CBRN-E.

O *Manual do CBRN-E* é atualizado regularmente. A sua quarta edição foi produzida em junho de 2015.



### Reunião tática sobre terrorismo

Em 24-25 de junho, a Eurojust realizou uma terceira reunião tática sobre FTFs, *No sentido de uma resposta judicial comum aos combatentes estrangeiros*. Presentes nessa reunião estiveram os correspondentes nacionais da Eurojust para questões de terrorismo, os representantes das autoridades judiciárias e policiais nacionais dos Estados-Membros, a Albânia, a Bósnia e Herzegovina, o Montenegro, a Noruega, a Sérvia, a Suíça, a Turquia e os EUA, bem como representantes do Gabinete do Coordenador da luta Antiterrorista da UE, a Europol, a INTERPOL e a Frontex.

A reunião deu aos profissionais uma visão sobre fenómenos específicos, organizações terroristas, *modus operandis* e questões de cooperação processual ou judicial, e providenciou um fórum para troca de experiências e boas práticas entre os profissionais de investigação e ação penal em casos de FTF dentro e fora da Europa.

Os temas abordados foram a resposta da justiça penal da UE a FTFs, o reforço da cooperação judiciária com Estados terceiros e os desafios e lições extraídas de processos penais de FTFs. Foram discutidos temas como a adequação do enquadramento jurídico, a recolha e admissibilidade das e-provas, as investigações financeiras, os instrumentos de cooperação judiciária, as respostas da justiça criminal à radicalização, as abordagens judiciais aos retornados e a troca de informações. Várias apresentações feitas sobre processos penais referentes a FTF em Estados-Membros e Estados terceiros forneceram perspetivas nacionais sobre cada país. Foram dedicadas três workshops ao mesmo caso, e os resultados foram apresentados e discutidos durante a sessão plenária e integrados no terceiro relatório da Eurojust, *Combatentes Terroristas Estrangeiros: As Perspetivas da Eurojust sobre o Fenómeno e a Resposta da Justiça Criminal*, publicado em novembro de 2015.

No âmbito da Rede das Agências na área JAI (Justiça e Assuntos Internos) estas trocaram informações sobre as suas ferramentas/medidas contra os FTF. A Eurojust informa regularmente o Coordenador da Luta Antiterrorista da UE sobre a implementação das ações da Eurojust na luta contra o terrorismo. Em 2015, a Eurojust associou-se pela primeira vez com um Ponto Focal da Europol relacionado com a luta antiterrorista, os FP Travellers.

A Eurojust tem continuado a dar prioridade ao reforço da cooperação com os Estados terceiros no sentido de aumentar o seu apoio às autoridades nacionais nas investigações e nas ações penais. O nível de cooperação operacional com Estados terceiros em casos de terrorismo agilizados pela Eurojust aumentou consideravelmente em 2015. Por exemplo, o número de casos referentes a terrorismo (10) envolvendo Estados terceiros mais do que triplicou em relação ao ano passado.

A Eurojust está a trabalhar ativamente no sentido de reforçar a cooperação com países da região do Médio Oriente e norte de África (MONA). O alargamento da rede de Pontos de Contacto da Eurojust a esta região é importante para facilitar o trabalho na luta contra o terrorismo e o crime organizado. Em 21 de julho de 2015, a Eurojust convidou países da região do MONA a designar Pontos de Contacto da Eurojust, incluindo um ponto de contato específico da Eurojust para questões relacionadas com a luta antiterrorismo. Na sequência dessas cartas-convite, foram nomeados pontos de contacto para a Eurojust no Líbano, na Jordânia, na Arábia Saudita e na Autoridade Palestiniana, para além dos já anteriormente nomeados no Egito, Israel e Tunísia.

### Monitorização de Condenações por Terrorismo

O *TCM* é um relatório interno da Eurojust de acesso restrito, distribuído particularmente por juízes e procuradores que lidam com casos de terrorismo e que é publicado regularmente desde 2008. Fornece uma perspetiva regular de condenações e absolvições relacionadas com o terrorismo em toda a União Europeia, atualizações de natureza legal, bem como análises judiciais de julgamentos relevantes. .

O *TCM* é baseado em informações de acesso livre e informações sobre condenações em casos de delitos de terrorismo fornecidas pelas autoridades nacionais sobre a implementação da decisão 2005/671/JAI do Conselho. Os capítulos de tratamento analítico das questões produzidas em 2015 incluíram a análise de julgamentos conduzidos por tribunais na Alemanha, na Holanda, na Noruega e no Reino Unido sobre FTFs.

Além disso, o *TCM* inclui um resumo dos principais pontos da Agenda Europeia sobre Segurança, bem como o Protocolo Adicional à Convenção do Conselho da Europa sobre a Prevenção do Terrorismo, a Declaração Política e o Plano de Ação.

## Memorando sobre Financiamento de Terroristas

O Memorando da Eurojust sobre o Financiamento do Terrorismo é um documento da Eurojust de acesso restrito que contém uma visão geral dos instrumentos legais e normas adotadas a nível Internacional e a nível da UE para combater o financiamento do terrorismo, fornecendo um resumo das suas disposições. Este Memorando também apresenta casos de envolvimento da Eurojust no tratamento judiciário do financiamento do terrorismo e realça o papel na cooperação judiciária em matéria de luta contra o financiamento do terrorismo. O Memorando foi emitido pela Eurojust pela primeira vez em 2006 e é atualizado de três em três anos. A última versão atualizada foi emitida em junho de 2014.

### 2.1.2 Cibercriminalidade

A Cibercriminalidade por natureza não tem fronteiras. As provas eletrónicas de tais crimes podem ser difíceis de recolher, devido à volatilidade dos dados, e podem exigir conhecimentos específicos especializados. A cooperação judiciária é essencial para garantir a preservação oportuna de provas eletrónicas, o que garante a sua admissibilidade no processo judicial. A cooperação judiciária internacional pode ser dificultada por diferenças significativas nos enquadramentos jurídicos nacionais (por exemplo, em relação à criminalização de conduta ou à ausência de legislação sobre retenção de dados) e os conflitos de competência jurisdicional.

Neste contexto, a Eurojust focou-se mais no combate à cibercriminalidade numa perspetiva de reforço da cooperação judiciária neste campo, especialmente através de: agilizar a manipulação de requerimentos de MLA – um fator crucial para equilibrar a volatilidade dos dados e preencher as lacunas resultantes da aplicação de diferentes regulamentações nacionais de retenção de dados; e permitir um envolvimento precoce do poder judiciário em operações de cibercriminalidade, para garantir que os dados são recolhidos em conformidade com as regras aplicáveis durante a fase de investigação e como resultado podem ser classificados como e-provas admissíveis em processos judiciais subsequentes.

A maior focagem da Eurojust na cibercriminalidade reflete-se no tratamento de casos e nas atividades estratégicas levadas a cabo em 2015.

Todos os principais indicadores estatísticos – número de casos registados (62), reuniões de coordenação (19), centros de coordenação (1) e EICs (11, seis das quais foram recentemente estabelecidas) – mostram o crescimento no envolvimento operacional da Eurojust nesta área de criminalidade, em comparação com os anos anteriores. A Roménia foi o Estado-Membro que mais solicitou MLAs, seguido pela Grécia, Alemanha e Chipre.

## Casos Ilustrativos

Um GCO em grande escala, cujos membros eram principalmente oriundos da Nigéria e Camarões, foi responsável pela realização de fraudes de phishing na internet estimadas em 6 milhões de euros. Esta rede criminosa usou o método de ‘man in the middle’ (homem no meio), desviando fundos de destinos legítimos para destinos ilegítimos pelo acesso a senhas e dados pessoais para adquirir a propriedade de contas de correio eletrónico das vítimas a fim de obter dinheiro destas e/ou dos seus clientes.

Foram identificados perpetradores e vítimas em pelo menos 16 locais em todo o mundo. As autoridades judiciais na Itália, Espanha e Polónia pediram apoio à Eurojust. Realizaram-se três reuniões de coordenação para clarificar detalhes dos inquéritos nacionais existentes e trocar informações. Através de processos paralelos a ocorrerem em Itália e Espanha foi descoberto que os indivíduos sob investigação faziam parte de células hierarquicamente estruturadas com interações fluidas e flexíveis entre as redes. Tendo em conta estas ligações estreitas, foram identificados desafios às autoridades de processo penal nacionais em relação ao potencial para questões de *ne bis in idem*. Foi realçada uma sobreposição possível dos visados, significando que os mesmos suspeitos poderiam vir a ser sujeitos a múltiplos processos penais instituídos em diferentes jurisdições.

À medida que o caso foi progredindo, foi realizada uma terceira e última reunião de coordenação para avaliar o estado de execução dos pedidos de MLA emitidos pela Itália para os países em questão e para troca de novas informações. Veio a observar-se uma atividade criminosa semelhante nos Estados-Membros e mais uma vez se identificou a sobreposição dos visados, o que ajudou as autoridades penais a definir a sua estratégia no caso.

Como resultado, tendo em vista levar a cabo medidas coercivas simultâneas, as partes concordaram em participar num dia de ação, com o apoio de um centro de coordenação da Eurojust. Enquanto as autoridades espanholas poderiam ter tomado medidas rapidamente, tais medidas prematuras em Espanha poderiam possivelmente ter prejudicado a investigação italiana, menos avançada, mas em mais ampla escala. Para entender as restrições dos

processos nos respetivos Estados e determinar o calendário mais favorável para o dia de ação foi necessária uma discussão dos requisitos legais nas diferentes jurisdições. Foram feitos esforços consideráveis no sentido de ajustar as diferentes fases das investigações a esse fim.

O dia de ação ocorreu em junho de 2015, liderado pelas autoridades judiciais e policiais italianas, espanholas e polacas. Facilitado pelo centro de coordenação na Eurojust, o dia de ação teve excelentes resultados operacionais. Foram detidos um total de 49 suspeitos e levadas a cabo 58 buscas. Através da estreita cooperação judicial e coordenação entre os Estados envolvidos, os ciber-crimeiros podem ser levados à justiça, em qualquer jurisdição.

O Reino Unido, a Espanha e a Alemanha foram os Estados-Membros mais solicitados.

A Eurojust trabalhou também no sentido de reforçar a cooperação com a Europol no combate à cibercriminalidade

quer a nível estratégico quer operacional. A Eurojust continuou a apoiar ativamente o Centro Europeu da Cibercriminalidade (EC3) que é acolhido pela Europol. Com essa finalidade, em julho de 2015, a Eurojust nomeou um Perito Nacional Destacado, especialista em Cibercriminalidade, para atuar como representante da Eurojust para assuntos operacionais do EC3. As suas funções incluem apoiar e coordenar a cooperação com o EC3 em nome da Eurojust e, *inter alia*, facilitar o intercâmbio de informações, ajudando a garantir a admissibilidade de provas em processos judiciais, e promover o envolvimento precoce da Eurojust para aumentar a eficácia dos procedimentos penais e, quando aplicável, o confisco de bens em casos de crimes cibernéticos.

A presença do perito da Eurojust em cibercriminalidade no EC3 também contribuiu para uma presença mais intensa dos Pontos Focais Twins, Terminal e Cyborg. Sob o PAO do EMPACT 2015 para Ataques Cibernéticos, a Eurojust e a Europol elaboraram um documento conjunto sobre desafios legislativos comuns no combate à cibercriminalidade, predominantemente de uma perspetiva policial e de ação penal. O documento identifica seis áreas principais: a perda de dados; a perda de localização; os enquadramentos legais; as parcerias público-privadas; a cooperação internacional; e o cenário de ameaças em rápido desenvolvimento. O documento serve como ponto de partida para novas discussões com os parceiros relevantes envolvidos, sobre as possíveis

### **Reuniões sobre Cibercriminalidade**

Em 1 de julho a Eurojust acolheu uma reunião tática sobre territorialidade no ciberespaço e admissibilidade da e-prova em procedimentos judiciais relacionados com a cibercriminalidade. Este encontro tático reuniu especialistas de todos os Estados-Membros, da Noruega e dos Estados Unidos, bem como do setor privado (incluindo a banca e empresas de segurança na Internet), que refletiram sobre várias questões tópicas atuais nesta área de crime e a assistência que pode ser fornecida pela Eurojust. Os participantes discutiram a necessidade de: acelerar a cooperação judiciária internacional, particularmente o intercâmbio atempado de solicitações de MLA dada a volatilidade dos dados eletrónicos; melhorar a cooperação entre as autoridades judiciárias e o sector privado (como os fornecedores de serviços de Internet); e garantir o envolvimento precoce das autoridades judiciais para, *inter alia*, salvaguardar a admissibilidade dos dados reunidos pelo setor privado como prova judicial.

Nesta reunião foi feito um apelo a uma mais rápida e eficaz partilha de experiências, boas práticas e lições aprendidas. A esse propósito, os profissionais avaliaram a proposta para o estabelecimento de uma rede de juízes e procuradores da cibercriminalidade.

Consequentemente, em novembro de 2015, a Eurojust acolheu uma reunião sob o tema, *A Caminho de uma Rede Judiciária de Cibercriminalidade*, reunindo peritos judiciais em matéria de cibercriminalidade de todos os Estados-Membros, bem como da Noruega, da Suíça, dos EUA, do EC3 e do Conselho da Europa. Os participantes concordaram sobre a necessidade de criar uma rede judiciária de cibercriminalidade, apoiada pela Eurojust, como uma plataforma para a discussão de obstáculos judiciais, a identificação e divulgação das boas práticas e a partilha de casos legais.

Além disso, discutiram o processo de MLA entre os EUA e os Estados-Membros e foram informados sobre os projetos iniciados e apoiados pelo Comité do Conselho da Convenção Europeia de Cibercriminalidade. Representantes do Ministério da Segurança e Justiça da Holanda apresentaram uma perspetiva geral das prioridades da sua Presidência da UE em vias de se iniciar, entre as quais a luta contra a cibercriminalidade (com ênfase em questões de jurisdição).

abordagens para enfrentar estes desafios, incluindo um maior alinhamento dos instrumentos jurídicos e práticos referentes a MLA e o intercâmbio de informações e e-provas para fins de investigações e procedimentos penais nos casos de cibercriminalidade.

Durante a sua visita a Haia em setembro, sua excelência a senhora Loretta Lynch, Procuradora Geral dos EUA, anunciou o destacamento para a Eurojust de um Procurador dos EUA especializado em cibercriminalidade.

Além de fornecer o apoio operacional a investigações e procedimentos penais nacionais e ao EC3, a Eurojust continuou a apoiar o Projeto (ITOM) Comércio Ilegal nos Mercados Online, cuja conferência de encerramento teve lugar em novembro de 2015. Também continuou a apoiar a Formação de Formadores e o Programa de Certificação (TOT), que organizou a primeira formação para juízes de investigação e procuradores, elaborada para melhorar a eficácia e a compreensão das fases de investigação e ação penal dos casos de crimes cibernéticos.

### 2.1.3 Imigração clandestina

A Europa defrontou-se com uma crise sem precedentes decorrente do forte aumento de imigração clandestina e da sequência hedionda de incidentes mortais subsequentes, ocorridos na zona do Mediterrâneo, costas europeias e continente.

A própria Eurojust deparou-se com um aumento da demanda por coordenação judiciária nesta área de criminalidade devido ao carácter recorrente e generalizado das infrações cometidas nos Estados-Membros. O número de casos de imigração ilegal (60) e reuniões de coordenação relacionadas (20) quase que duplicou por comparação com 2014. Os Estados-Membros requerentes mais frequentes foram a Grécia, a França e a Áustria. A Alemanha foi o país mais requerido, seguida da França e da Hungria.

Em linha com o Plano de Ação da UE contra a Migração Ilegal, a Eurojust trabalhou em estreita colaboração com a Europol, o Frontex e a GEAA para reunir informações sobre o *modus operandi* dos traficantes no sentido de apoiar as autoridades nacionais no rastreamento do dinheiro e de ajudar nas investigações. Com esse propósito, a Eurojust intensificou a cooperação com o Ponto Focal da Europol e com a JOT (Equipa de Operação Conjunta) Mare. Esta intensificação de cooperação foi conseguida levando a cabo – para além das reuniões *ad hoc* sobre processos operacionais individuais – reuniões trimestrais, para discussão de meios e métodos (por exemplo, um processo melhorado de troca de informações sobre casos em curso) no sentido da melhor cooperação e capacidade de apoio às autoridades nacionais na luta contra a imigração clandestina.

Foi assinada em 1 de outubro uma Carta de Entendimento sobre a Cooperação entre a Eurojust e a operação militar da UE, no sul do Mediterrâneo Central

### Casos Ilustrativos

Foi iniciada uma investigação sobre um GCO suspeito de facilitar a entrada ilegal de cidadãos albaneses na União Europeia utilizando veículos de aluguer registados na República Checa. O GCO, a operar desde finais de 2013, transportava imigrantes ilegais para o Reino Unido por duas rotas: ou da Turquia ou Grécia para a Bélgica e, de seguida, para o Reino Unido, em viaturas conduzidas por motoristas checos e eslovacos, ou da Bulgária ou Sérvia para a República Checa e, de seguida, através da Alemanha para o Reino Unido por barco ou comboio. Mais de 100 imigrantes ilegais foram trazidos para a União Europeia ao longo deste período.

A Eurojust e os Estados-Membros envolvidos neste caso frequentaram diversas reuniões operacionais da Europol em 2014 para a 'Operação Tantaluf'. A necessidade de cooperação judiciária trouxe o caso à Eurojust, em dezembro de 2014. A Eurojust organizou quatro reuniões de coordenação, proporcionando um fórum para as autoridades belgas, checas, alemãs, francesas e britânicas discutirem os aspetos judiciais do caso. Manteve-se a estreita cooperação com a Europol e os seus analistas participaram nas reuniões de coordenação da Eurojust.

A Bélgica foi escolhida como a melhor posicionada para atuar como jurisdição penal competente. Esta decisão foi influenciada pelo fato de uma cidade belga parecer ser o centro de operações da imigração ilegal. A Eurojust foi fundamental na formação de uma EIC entre a Bélgica, a República Checa, o Reino Unido e a Alemanha. O apoio financeiro da Eurojust permitiu que este caso progredisse mais rapidamente e cobriu os custos de recursos cruciais necessários para uma operação em grande escala, nomeadamente para os serviços de interpretação e tradução, despesas de viagem e equipamento técnico. A troca de provas entre todos os países participantes ocorreu sem complicações, e as autoridades belgas foram capazes de obter informações na sequência de um pedido de MLA às autoridades francesas sobre os motoristas que tinham sido detidos em França.

A investigação sobre este caso revelou que só em 13 ocorrências de imigração ilegal, este GCO gerou um lucro de mais de 500 000 euros à custa da vitimização de mais de



100 pessoas fragilizadas. Em novembro de 2015 decorreu um dia de ação comum apoiado por um centro de coordenação da Eurojust. Oito suspeitos foram presos, 24 foram interrogados como testemunhas ou suspeitos e realizaram-se 10 buscas domiciliárias. Durante o dia de ação comum foram executados seis MDEs.

(EUNAVFOR MED). A EUNAVFOR MED (Força Naval Mediterrânica da União Europeia) foi constituída em 22 de junho de 2015 com o objetivo de empreender esforços sistemáticos para identificar, apreender, capturar e destruir navios e bens usados pelos traficantes. Esta Carta de Entendimento estabelece um enquadramento para o diálogo e a cooperação reforçada na luta contra a imigração clandestina. Afirma o compromisso de ambas as partes em trocar informações estratégicas de natureza não-operacional, boas práticas, perícias e experiências no domínio da imigração clandestina.

A nível institucional, o Colégio da Eurojust nomeou em abril de 2015 um Ponto de Contacto para a Imigração Ilegal, destinado a representar a Eurojust dentro do Grupo de Contacto das Agências da UE sobre a Imigração Clandestina, criado pela Comissão Europeia em 2015, em consonância com o Plano de Ação da UE contra o Tráfico de Migrantes.

A abordagem de Hotspot (Ponto Crítico), apresentada pela Comissão Europeia como parte da Agenda Europeia sobre Migração, tem como principal objetivo a coordenação da ajuda da UE aos Estados-Membros da linha de frente que enfrentam uma pressão migratória específica e desproporcional nas fronteiras externas. A Eurojust apoiou Hotspots na Itália e na Grécia – dois dos Estados-Membros mais afetados por fluxos migratórios em 2015. Foram nomeados procuradores nacionais na Itália e na Grécia como pontos de contacto da Eurojust para apoiar os locais Hotspot e canalizar informações relevantes e casos para as Delegações Nacionais da Eurojust no sentido do acompanhamento judiciário e da coordenação a nível da UE.

O Presidente da Eurojust visitou os Hotspots na Itália (Outubro de 2015) e na Grécia (Dezembro de 2015) e reuniu-se com representantes dos poderes judiciário e naval destes países, bem como da EUNAVFOR MED e do Frontex, para discutir a luta contra a imigração clandestina e a necessidade de reforçar a cooperação judiciária.

Em setembro o Colégio da Eurojust formou o Grupo Temático sobre Imigração Clandestina, cujo enquadramento temporal (2015-2020) coincide com o calendário do Plano de Ação da UE contra o Tráfico de Migrantes. Os objetivos deste Grupo Temático são, *inter alia*: (i)

reforçar o apoio às procuradorias afetadas pela imigração ilegal, (ii) identificar e analisar os desafios na investigação e processo penal deste tipo de crime, bem como boas práticas em relação aos mesmos e (iii) melhorar a utilização dos instrumentos jurídicos internacionais e da UE já existentes neste contexto.

Para além disso, a Eurojust continuou a apoiar outros fóruns estratégicos e projetos, destinados a reforçar a cooperação internacional no domínio da imigração ilegal, por exemplo, participando no projeto regional Organização Internacional para as Migrações (OIM), *Reforço da luta contra o tráfico de pessoas e migração clandestina nos Balcãs Ocidentais*, para apresentar as boas práticas na realização de atividades transfronteiriças em dois workshops, na AaRJMRJM e no Montenegro. O objetivo deste projeto, que é financiado pelo Fundo de Desenvolvimento OIM e pelo governo italiano, é reforçar a capacidade e a cooperação transfronteiriça dos intervenientes da região dos Balcãs Ocidentais na luta contra os crimes transfronteiriços como TSH e imigração clandestina.

#### 2.1.4 TSH (Tráfico de Seres Humanos)

O número de casos de tráfico humano que receberam apoio operacional da Eurojust para investigações nacionais e processos penais aumentou para 79. O número de reuniões de coordenação (32) quase que triplicou. Realizou-se um centro de coordenação. O Estado-Membro que mais requereu o apoio da Eurojust foi o Reino Unido, seguido pela Bulgária, Roménia e Eslovénia. O Estado-Membro mais requerido foi a Roménia, seguida pela Holanda e a Hungria.

O número de EICs relacionadas com casos de TSH aumentou para 21, com nove destas EICs recém estabelecidas em 2015. Entre estas novas EICs formou-se uma entre a França e – pela primeira vez – a Bósnia e Herzegovina, apoiada com financiamento da Eurojust.

No contexto do [Projeto Estratégico da Eurojust sobre TSH](#), realizou-se uma segunda reunião estratégica sobre TSH.

##### *Reunião estratégica sobre TSH*

Nos dias 16 e 17 de abril, a Eurojust realizou uma reunião estratégica sobre TSH. O encontro reuniu juízes, procuradores e autoridades policiais dos Estados Membros, da Noruega, da Suíça, do Japão e dos EUA. Na reunião também participaram representantes da Comissão Europeia, da Europol, da ADF (Agência para Direitos Fundamentais), da UNODC, da Universidade de Cambridge, da Western Union e do Facebook.



A Senhora Myria Vassiliadou, Coordenadora Anti Tráfico da UE, salientou a importância de uma abordagem abrangente para combater o TSH dada a natureza evolutiva e transfronteiriça deste crime. Os representantes quer da Western Union quer do Facebook apresentaram os problemas que enfrentam e destacaram possíveis vias de cooperação com as forças policiais e autoridades judiciais na luta contra o TSH. Os participantes debateram os principais desafios enfrentados na investigação e processo penal do TSH e identificaram boas práticas em relação aos mesmos.

Especificamente, foram tratados os seguintes assuntos: (i) dificuldades encontradas pelas autoridades nacionais na cooperação judiciária relacionada com a audiência e a proteção das vítimas/testemunhas em casos de TSH; (ii) desafios no processo penal de casos de TSH para fins de exploração laboral; e (iii) questões de cooperação judiciária relacionadas com o recurso a EICs, recolha e admissibilidade das e-provas, uso de técnicas especiais de investigação e investigações financeiras em casos de TSH. Além disso, foi enaltecido o valor da intervenção da Eurojust em casos de TSH, e foram identificadas outras áreas em que a Eurojust poderia ajudar os Estados-Membros. O relatório do resultado da reunião estratégica está disponível no [website](#) da Eurojust.

### Casos Ilustrativos

Dois casos que destacam o uso de EICs em casos de TSH foram trazidos à Eurojust em 2013. Os casos referem-se ao tráfico de mulheres oriundas de extratos de baixa remuneração na Hungria e República Eslovaca para o Reino Unido, para fins de exploração sexual, ou na prostituição ou através de casamentos de conveniência, e foram conduzidos pelo mesmo departamento de ação penal do Reino Unido.

O primeiro caso refere-se às atividades de um GCO húngaro, sediado principalmente no Reino Unido, que era responsável pelo tráfico de pelo menos 250 mulheres para e dentro do Reino Unido para fins de prostituição. A urgência do caso e o bem-estar das mulheres envolvidas foram reforçados quando uma das vítimas se apresentou às autoridades britânicas, prestando declarações sobre os abusos contra ela cometidos.

No segundo caso, tratou-se de cidadãos eslovacos que estiveram envolvidos no recrutamento de mulheres no seu país de origem para casamentos de conveniência no Reino Unido, propiciando a homens paquistaneses os meios para permanecerem no Reino Unido como maridos de cidadãs da UE. Algumas das mulheres acreditaram que tinham sido



Em dezembro de 2015 a Eurojust publicou um relatório sobre *A condenação do TSH para efeitos de exploração laboral*. As conclusões do [relatório](#) baseiam-se na análise de, *inter alia*, 32 julgamentos em 11 países e casos de tráfico de seres humanos para exploração laboral registados na Eurojust. O relatório tem a intenção de servir como uma fonte de informação para os profissionais envolvidos na investigação e processamento penal de TSH para exploração laboral, identificando possíveis indicadores de exploração laboral e avaliando a interpretação, quanto a essas situações, das jurisprudências nacionais. O relatório também apresenta uma breve panorâmica dos casos de TSH para exploração laboral que foram tratados na Eurojust, com base nos quais se descrevem alguns dos desafios enfrentados pelos países envolvidos. Realçam-se as boas práticas na cooperação judiciária, bem como a assistência possível da Eurojust, nomeadamente através da facilitação do rápido intercâmbio de informações, da organização de reuniões e centros de coordenação, do auxílio à criação de EICs e respetivo financiamento, e do apoio na execução de LoRs (Cartas Rogatórias - [CR]).

A Eurojust centrou a sua atenção sobre a eficácia das EICs em casos de TSH e continuou a apoiar ativamente vários

workshops organizados no âmbito do projeto *Uso das Equipas de Investigação Conjunta para combater o tráfico de seres humanos nos Balcãs Ocidentais, a nível local*. O projeto é realizado em parceria com o Gabinete da Procuradoria Geral do Estado e o Ministério dos Assuntos Internos da República da Eslovénia e a Procuradoria e o Ministério dos Assuntos Internos da República da Bulgária, e é financiado pelo Programa da Prevenção e Combate ao Crime da Comissão Europeia.

A Eurojust continuou a participar ativamente nas reuniões dos Pontos de Contacto para o TSH nas Agências na área JAI (Justiça e Assuntos Internos), que são presididas pela Comissão Europeia. Estes encontros reúnem representantes de agências relevantes da UE para efeitos de implementação de ações e otimização de recursos na luta contra o TSH.

A Eurojust participou no Nono Dia Anti Tráfico organizado pela Coordenadora Anti-Tráfico da UE. A crescente exigência de equipamento, a promoção de investigações financeiras e o reforço da cooperação transfronteiriça, foram destacados como fatores-chave numa estratégia promissora para o combate ao TSH.

trazidas para o país para trabalho legítimo. Pelo menos uma mulher foi violada pelo homem a quem foi vendida.

Em ambos os casos, foi estabelecida uma EIC entre o Reino Unido e o respetivo Estado-Membro, com a participação da Eurojust e da Europol. As investigações tiraram proveito do enquadramento nas EICs, que permite a partilha eficaz de informações relevantes e provas reunidas para efeitos de ação penal sem a necessidade de pedidos formais de MLA. Além disso, nestes casos de TSH, a EIC foi vital na sincronização de esforços entre as duas jurisdições, garantindo o desmantelamento do GCO e permitindo que as autoridades, tanto no Reino Unido como nos Estados requeridos, pudessem abordar as vítimas e fornecer-lhes apoio sem encontrar obstáculos causados por possíveis diferenças processuais e jurisdicionais entre os Estados-Membros. A Eurojust também assegurou financiamento à EIC para o apoio às investigações, que cobriu os custos de recursos de elevado valor necessários para estas operações em grande escala. Por exemplo, em relação à investigação sobre o GCO húngaro, a polícia do Reino Unido pôde viajar até à Hungria para ajudar testemunhas a fornecer provas através de vídeo conferência.

Como resultado dos esforços coordenados contra o GCO húngaro, 11 pessoas foram detidas. Em 2015, os réus foram condenados por conspiração para o tráfico no Reino Unido, conspiração para controlo de prostituição e violação. Todos os perpetradores receberam penas de custódia que variam de 20 meses a 14 anos.

Realizaram-se duas sessões de julgamentos do GCO eslovaco. Em dezembro de 2013, foram proferidas penas de prisão entre 16 meses e 10 anos contra os quatro réus. No entanto, os inquéritos a mais delitos no Reino Unido e na República Eslovaca continuaram, e foi realizado outro julgamento em agosto de 2015 que resultou na condenação de seis pessoas, três das quais já tinham sido condenadas por tráfico em 2013. As penas de prisão variaram entre 12 meses e seis anos e meio. Em janeiro de 2016, quatro dos homens condenados foram sujeitos a 'ordens de restrição anti escravidão' no que diz respeito a conduta futura, incluindo na República Eslovaca; estas foram das primeiras ordens deste tipo feitas sob o Modern Slavery Act do Reino Unido de 2015 e as primeiras a terem âmbito extraterritorial.

### 2.1.5 Fraude

Com 647 casos registados em 2015, o que representou um aumento de mais de 80 casos em comparação com 2014, a fraude continuou a representar o maior contributo nos casos da Eurojust. O âmbito da assistência da Eurojust aos esforços nacionais para combater esta forma de criminalidade é evidente quando se olha para o número de reuniões de coordenação (76), centros de coordenação (9) e EICs (34, 12 das quais recentemente estabelecidas). Cada um destes instrumentos operacionais foi mais frequentemente usado em casos relacionados com burla e fraude.

A Hungria, a Grécia, a Áustria e a Roménia foram os Estados-Membros requerentes mais frequentes neste âmbito. O Reino Unido, a Alemanha e a Polónia foram os Estados-Membros mais requeridos.

A Eurojust participou em várias atividades estratégicas para identificar obstáculos operacionais e as boas práticas em matéria de criminalidade financeira e divulgou informações pertinentes e perícia especializada dentro da Eurojust e entre os profissionais.

A Eurojust desempenhou um papel ativo no avanço da cooperação judiciária em áreas críticas, tais como a fraude fiscal e a fraude alimentar, através da partilha do seu trabalho e experiência. A Eurojust também suportou as atividades da EMPACT no domínio da fraude com impostos especiais de consumo e de MTIC e apresentou

#### *Casos Ilustrativos*

Em fevereiro de 2014, as autoridades francesas solicitaram o apoio da Eurojust num processo relativo a um GCO envolvido no comércio ilegal e tráfico de carne de cavalo, considerada potencialmente imprópria para consumo humano. Devido à falsificação, supressão ou modificação da documentação oficial de saúde pelo GCO, incluindo passaportes individuais contendo registos médicos para cada animal itinerante, a carne de cavalo entrou fraudulentamente na cadeia alimentar europeia. Só em França foram detetados quatrocentos passaportes de cavalos com irregularidades. As autoridades francesas estimam que cerca de 4.700 cavalos impróprios para consumo humano terão sido abatidos e introduzidos na cadeia alimentar legal entre 2010 e 2013. Estas atividades decorreram em violação da legislação da UE, segundo a qual a proveniência de todas as carnes deve ser contabilizada e rastreável.



As atividades do principal suspeito, um cidadão belga a operar a partir da Bélgica, tinham despoletado investigações na Bélgica em novembro de 2012 e na França em julho de 2013. Estes inquéritos revelaram ligações às atividades do GCO noutros Estados-Membros, incluindo a Irlanda, a Holanda e o Reino Unido.

Em maio de 2014 foi subscrita pela Bélgica e França uma EIC financiada pela Eurojust. Na primeira reunião de coordenação, em janeiro de 2015, os participantes viram a necessidade de estabelecer um dia de ação comum. As autoridades concordaram em pedidos de MLA adicionais, feitos sob medida, para assegurar a execução de medidas coercivas específicas durante o dia de ação conjunta.

Dada a pressão de tempo e os aspetos únicos do caso, os pedidos de MLA deveriam ser transmitidos através da Eurojust. A reunião resultou numa estratégia comum para otimizar as possibilidades de fazer detenções antecipadas e de reunir tantas provas quanto possível, e ainda providenciou apoio no eficaz congelamento de contas bancárias e apreensão de bens.

A Coordenação pela Eurojust anterior ao dia de ação comum foi considerada crucial e, portanto, foi realizada uma segunda reunião de coordenação em março de 2015. Como resultado da reunião e das informações trocadas, as autoridades alemãs concordaram em abrir investigações paralelas para facilitar a cooperação e a EIC estendeu-se ao Reino Unido. Foram discutidas algumas alterações aos pedidos de MLA da França e da Bélgica para garantir a sua execução atempada. Como não tinha sido aberta nenhuma investigação na Holanda, os participantes da reunião concordaram que a França iria emitir três MDEs sobre visados possivelmente localizados nos Países Baixos.

Em abril de 2015, um dia de ação comum envolvendo a polícia e as autoridades judiciais da França, Bélgica, Alemanha, Irlanda, Luxemburgo, Holanda e Reino Unido, apoiadas por um centro de coordenação na Eurojust, levou a 26 detenções e à apreensão de 99.000 Euros em dinheiro. Realizaram-se buscas a instalações comerciais e privadas, bem como a veículos, e foram apreendidos mais de 800 passaportes de cavalo, juntamente com medicação, dezenas de microchips e equipamentos de informática.

o seu trabalho numa reunião sobre fraude alimentar organizada pelo Consórcio de Avaliação da Cadeia Alimentar, em Bruxelas.

A Eurojust e o Instituto de Harmonização no Mercado Interno (IHMI) fortaleceram a sua cooperação para apoiar atividades das autoridades nacionais na luta contra as infrações aos direitos de propriedade intelectual. Com esse propósito, concluíram as negociações sobre um Memorando de Entendimento, copresidiram a o *Workshop de Cooperação sobre Estabelecimento de uma Rede Europeia de Procuradores de Propriedade Intelectual* e copresidiram com o IHMI e a Europol a Conferência sobre Conhecimento e Consciencialização, *Cosméticos e Artigos de Luxo*.

### **Casos Ilustrativos**

Uma operação de larga escala levada a cabo pelas autoridades italianas revelou um sofisticado GCO envolvido numa fraude de carrossel em impostos especiais sobre a importação de produtos derivados de óleo para a Itália. Esta fraude resultou em perdas para o erário italiano superiores a 15 milhões de euros. O produto foi adquirido na Alemanha e misturado com aditivos para dissimular a sua verdadeira natureza e supostamente enviado para Malta e Grécia, onde nenhum imposto semelhante foi cobrado devido à criação de falsos documentos de transporte que indicavam um comprador diferente do comprador genuíno. O óleo viajou livre de taxas, após o que foi armazenado e depois vendido no mercado negro, na Itália, através de uma rede de compradores.

Cientes da natureza transfronteiriça e do impacto potencial da fraude fiscal em curso, as autoridades italianas reconheceram que uma investigação e ação penal bem-sucedidas necessitariam de uma abordagem coordenada e multidisciplinar e por conseguinte, solicitaram o apoio da Eurojust. A necessidade de facilitar a execução de pedidos de MLA italianos ao Reino Unido, Malta, Roménia, República Checa, Alemanha e Grécia foi imediata, tal como o apoio na coordenação das atividades judiciais.

Em março de 2014 foi realizada uma reunião de coordenação que permitiu o ajuste de detalhe de diversas atividades de investigação e uma avaliação dos progressos obtidos e de quaisquer obstáculos encontrados na execução das solicitações de MLA. A reunião também serviu para identificar investigações paralelas



no sentido de evitar *ne bis in idem* e permitir a transferência de processos, se necessário.

No início de 2015, novas solicitações de MLA foram emitidas pela Itália, com o objetivo de iniciar um dia de ação conjunta nos Estados participantes. Durante o dia de ação em março de 2015, os representantes das autoridades nacionais de Itália, Reino Unido, Roménia, Alemanha, Malta e República Checa, bem como da Europol, trabalharam em estreita cooperação através do centro de coordenação da Eurojust. Como resultado, oito suspeitos foram detidos, foram realizadas 61 buscas e apreensões e foram executados 43 mandados de congelamento de bens, cobrindo 21 propriedades com o valor de 1.654.000 Euros, ações de empresas com o valor de 757.000 Euros, juntamente com grandes quantidades de joalharia, depósitos bancários e seguros de vida estimados em 458.000 euros.

O centro de coordenação desempenhou um papel vital em produzir estes resultados positivos, dado que a assistência operacional e analítica foi dada em tempo real e todos os desafios colocados pelos sistemas jurídicos dos Estados-Membros foram superados através da partilha imediata de informações. Os resultados do centro de coordenação foram significativos para a Eurojust na luta contra esta fraude de carrossel, não só pelos resultados operacionais positivos do dia de ação coordenada nos Estados-Membros, mas também porque os criminosos foram privados de seus bens, compensando a Itália pelas perdas económicas sofridas devido às atividades ilegais deste GCO.

### 2.1.6 Corrupção

Os casos da Eurojust relativos à corrupção aumentaram também significativamente, com 90 casos registados em 2015, por comparação com 55 em 2014. Os pedidos de apoio operacional mantiveram-se ao mesmo nível de 2014, com 10 reuniões de coordenação.

A Grécia, a Roménia e a Croácia foram os Estados-Membros que mais frequentemente requereram apoio em casos de corrupção. Os Estados-Membros mais solicitados foram a Alemanha, Chipre e a Itália.

A Eurojust continuou a participar nas discussões da Plataforma dos Gabinetes de Recuperação de Ativos (GRA) bem como na Rede Inter-Agências de Recuperação de Ativos de Camden (CARIN), em que participa como observador.

### Casos Ilustrativos

Em 2009, o Gabinete Nacional de Investigação Finlandês (KRP) lançou uma investigação pré-julgamento sobre um caso de alegado suborno agravado cometido na Finlândia, Eslovénia e Croácia, no âmbito da celebração de contratos entre uma empresa finlandesa especializada na produção de veículos blindados e os Ministérios da Defesa da Eslovénia e da Croácia. As autoridades finlandesas suspeitaram que os representantes da empresa finlandesa estavam a pagar subornos a funcionários do governo a alto nível, na Eslovénia e na Croácia, e além disso suspeitavam que o dinheiro era transferido por um cidadão austríaco através da Áustria, para os respetivos funcionários.

Para facilitar a cooperação, foi solicitado o apoio da Eurojust referente às investigações croata e eslovena. A Eurojust contribuiu para a construção de confiança entre as autoridades envolvidas, e o contacto direto entre as autoridades foi-se estabelecendo à medida que os casos iam progredindo. No entanto, o papel facilitador das Delegações Nacionais na comunicação entre as autoridades nacionais foi o fator decisivo nesta frutífera cooperação. Até a Delegação Nacional croata ser criada na Eurojust em 2013, a comunicação com as autoridades croatas foi assegurada pelo Magistrado de Ligação croata.

Em 2010, foram estabelecidos acordos de EICs em ambos os casos, que foram subscritos pela Finlândia, Áustria, Eslovénia e Croácia. Foram realizadas várias reuniões de coordenação na Eurojust, o que permitiu aos participantes trocar informações e chegar a acordo sobre como usar as informações recolhidas como prova. Quando os casos se aproximavam da fase de julgamento, as reuniões de coordenação forneceram aos participantes um fórum para o intercâmbio direto de provas a serem usadas nos processos judiciais. Na reunião de fevereiro de 2013, os participantes chegaram a acordo sobre a localização para a ação penal e decidiram sobre a participação das autoridades finlandesas em interrogatórios a testemunhas na Áustria.

Os julgamentos foram realizados na Eslovénia e na Finlândia a partir de 2013. A Delegação Nacional finlandesa lidou com inúmeros pedidos das autoridades eslovenas para

responder aos argumentos da defesa a respeito de, entre outras coisas, a legalidade das medidas coercivas, tais como buscas domiciliares realizadas na Finlândia. Devido a uma alteração legislativa no direito penal finlandês, foi posta em causa a adesão das disposições aplicáveis aos padrões de julgamento justo do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Como as audiências do julgamento estavam em curso, o apoio rápido da Eurojust em refutar tais argumentos foi crucial.

O julgamento na Eslovénia resultou primeiramente numa condenação. No entanto, em 2015, o acusado foi eventualmente absolvido pelo Tribunal Constitucional esloveno. Na Finlândia, o processo de recursos estava ainda em curso em 2015. Não foram proferidas acusações na Croácia.

### 2.1.7 Tráfico de drogas

O tráfico de drogas continuou a ser o segundo tipo de crime mais frequente nos casos da Eurojust, com 274 casos registados em 2015 e 57 reuniões de coordenação.

A Dinamarca foi o Estado-Membro que mais requereu apoio neste tipo de crime, seguido pela Roménia, França e Alemanha. A Holanda foi o Estado-Membro mais requerido, seguido pela Espanha e Alemanha.

Além disso, foi criado um centro de coordenação e 25 EICs lidaram com crimes relacionados com tráfico de drogas, oito das quais estabelecidas em 2015.

Em janeiro de 2015, a Eurojust publicou o [\*Relatório de Implementação do Plano de Ação sobre o Tráfico de Drogas\*](#) e seus aditamentos. O relatório foi oficialmente apresentado em março de 2015 perante a Comissão de Estupeficientes das Nações Unidas, durante um evento paralelo sobre “cooperação judicial em casos de tráfico de drogas” coorganizado pela Comissão Europeia e pela Eurojust. O relatório descreve os progressos alcançados pela Eurojust nas áreas identificadas para melhoria na cooperação judiciária transfronteiriça no âmbito do projeto estratégico, [\*Reforço do trabalho da Eurojust em casos de tráfico de drogas\*](#), e inclui três questões focais: (i) entregas controladas, (ii) precursores e NPS e (iii) cooperação com Estados terceiros. As adendas beneficiaram das contribuições recebidas dos procuradores que participaram na reunião estratégica de 2014 na Eurojust. Após a conclusão bem-sucedida da fase I do projeto estratégico, o Colégio da Eurojust decidiu estendê-lo à fase II (2015-2016).

O Colégio da Eurojust realizou uma discussão temática sobre entregas controladas em outubro de 2015, tendo trocado experiências sobre os problemas encontrados pelas autoridades judiciárias nas entregas controladas, o papel da Eurojust e a melhoria da capacidade da Eurojust em casos futuros.

Além disso, a Eurojust participou ativamente em duas reuniões sobre entregas controladas, organizadas pelo Grupo Pompidou (Conselho da Europa) em junho e novembro de 2015, durante o qual a Eurojust contribuiu para o início de um projeto com o objetivo de elaborar um manual sobre entregas controladas.

#### *Casos Ilustrativos*

Um **caso italiano** sobre tráfico de NPS da Itália para a Holanda foi levado à Eurojust, principalmente para facilitar a execução de um pedido de MLA italiano para reunir informações sobre as empresas envolvidas nas atividades criminosas e para levar a cabo buscas em várias instalações.

Devido à caracterização das substâncias, as autoridades holandesas não puderam executar a solicitação de MLA. Enquanto de início se pensou tratar-se de mefedrona, criminalizada pela lei holandesa e italiana, a análise técnica das substâncias comprovou posteriormente tratar-se de um subproduto derivado da mefedrona que não é abrangida pela Lei do Ópio holandesa.

Como base jurídica alternativa, as autoridades holandesas remeteram posteriormente para a Lei dos Medicamentos. No entanto, após o acórdão do TJUE de 10 de julho de 2014, a Lei dos Medicamentos só seria aplicável para este efeito se a substância traficada pudesse ser considerada um medicamento. A substância em questão não foi abrangida pela definição de medicamento do TJUE e, como consequência, a solicitação de MLA não pôde ser executada com base na Lei dos Medicamentos. Foram exploradas outras bases jurídicas, mas como não foram encontradas alternativas viáveis, a solicitação de MLA não

pôde ser executada por falta de dupla incriminação. A investigação paralela na Holanda foi posteriormente encerrada.

As **autoridades belgas** enfrentaram um desafio semelhante numa investigação sobre tráfico de GBL (Gama-Butirolactona), um precursor utilizado como droga ou transformado em GHB. Não sendo a GBL criminalizada pela lei belga, o inquérito foi iniciado com base numa suspeita de que a substância teria sido utilizada para fins criminosos. O inquérito revelou ligações à Holanda e à Polónia. Para facilitar a cooperação judicial, as autoridades belgas abordaram a Eurojust para apoio e foi realizada uma reunião de coordenação. As autoridades nacionais holandesas e polacas estavam dispostas a cooperar e trocar informações com os seus homólogos belgas, mas depararam-se com o obstáculo judicial de a GBL não estar incluída na lista de substâncias controladas e, como tal, não ser ilegal. As investigações não poderiam ser iniciadas até ao momento em que informações adicionais mostrassem que o comércio desta substância estava ligado à atividade criminosa, tal como a modificação de GBL em GHB. A execução de quaisquer solicitações de MLA relacionadas com a GBL deparou-se com o mesmo obstáculo jurídico. O caso estava ainda em curso em 2015.

Uma base jurídica alternativa para processos judiciais e de cooperação também foi considerada num **caso finlandês** de tráfico de NPS da China via Espanha para a Finlândia. Os suspeitos eram cidadãos finlandeses que traficavam MDPV e alfa-PVP, duas substâncias que foram classificadas como narcóticos na Finlândia, mas não em Espanha. Um pedido de MLA finlandês despoletou a abertura de um inquérito em Espanha.

A diferença na classificação das substâncias e o facto de que os cidadãos finlandeses agiram a partir de Espanha levantou questões de competência jurisdicional e requereu a cooperação judiciária entre as autoridades finlandesas e espanholas. Realizaram-se duas reuniões de coordenação na Eurojust, e foi criada uma EIC. A EIC resultou em detenções e execução de vários MDEs finlandeses em Espanha, depois dos quais as autoridades finlandesas e espanholas concordaram em transferir o processo para a Finlândia.

Como as substâncias traficadas não foram classificadas como drogas em Espanha, foi encontrada uma base jurídica alternativa para a ação penal no artigo 359 do Código Penal Espanhol sobre infrações contra a saúde pública. Como as substâncias nocivas que se encontram sob esta disposição legal não estão listadas, a aplicabilidade do artigo 359 às substâncias foi ratificada por uma decisão do Tribunal espanhol. Esta solução satisfaz a exigência de dupla incriminação em ambos os sistemas jurídicos.

A Eurojust desempenhou um papel crucial neste caso como intermediário para facilitar a cooperação judicial. A Finlândia assumiu a jurisdição no caso. A condenação foi proferida pelo Tribunal Finlandês de Primeira Instância, no final de 2015 e foi objeto de recurso.

Em junho de 2015, a Eurojust, contribuiu para a segunda edição do *Relatório sobre Mercados de Droga na UE* da EMCDDA (Centro Europeu de Monitorização para Drogas e Adição) fornecendo dados estatísticos, boas práticas e soluções, um caso de estudo e lições aprendidas sobre cooperação judiciária em casos de tráfico de drogas. A Eurojust também forneceu inputs para o progresso na implementação do Plano de Ação da UE sobre Drogas 2013-2016.

No que se refere às NPS, a Eurojust analisou o impacto da regulamentação sobre produtos médicos do TJUE de 10 de julho de 2014 (Casos Conjuntos C-358/13 e C-181/14). A regulamentação exclui a utilização de leis médicas como base jurídica alternativa para apoiar ações penais de NPS em situações em que a substância não pode ser classificada como uma droga psicoativa ao abrigo da legislação aplicável de narcóticos. A Eurojust coligiu boas práticas e soluções sobre os obstáculos jurídicos e práticos decorrentes

do acórdão do TJUE, analisando, *inter alia*, os casos de NPS apoiados e as respostas a um questionário da Eurojust enviado aos Estados-Membros mais suscetíveis de serem afetados pelas NPS, nomeadamente, a Alemanha, a Espanha, a Finlândia, a França e a Holanda.

O relatório da Eurojust, *Regulamentação do Tribunal de Justiça da União Europeia sobre Novas Substâncias Psicoativas – Impacto da Regulamentação sobre a Ação Penal de casos de NPS* foi concluído em dezembro de 2015 e será publicado no início de 2016. Os resultados preliminares do relatório foram apresentados na reunião de Representantes Legais do EMCDDA (Centro Europeu de Monitorização para Drogas e Adição). Os resultados também foram apresentados no 4º encontro de Especialistas Policiais no NPS, que foi organizado conjuntamente pela Europol, o EMCDDA e pelo Ministério do Interior da Polónia no âmbito da prioridade da EMPACT sobre Drogas Sintéticas.

## 2.1.8 Crime organizado contra a propriedade perpetrado por GOCM

O Crime Organizado contra a Propriedade (OPC) cometido por grupos organizados itinerantes de criminosos (GCOIs) cobre uma grande variedade de delitos, tais como o roubo de veículos motorizados, o roubo de metais, carteiristas, roubos e assaltos em série. A Eurojust registou 201 casos de OPC em 2015 e organizou 21 reuniões de coordenação. Treze EICs estavam ainda em funcionamento, incluindo seis formadas em 2015.

A Áustria, a França e a Grécia foram os Estados-Membros que mais frequentemente requereram apoio neste tipo de criminalidade. A Alemanha, a Itália e a Roménia foram os Estados-Membros mais requeridos.

A Eurojust trabalhou em estreita cooperação com a Europol para apoiar a luta contra os GCOIs com vista a estimular as autoridades nacionais a envolverem ambas as organizações logo na fase inicial das investigações. A Eurojust recomendou que as autoridades nacionais envolvessem a Europol numa investigação sobre um GOCM em grande escala envolvido em furtos em série em vários Estados-Membros, resultando daí uma reunião operacional na Europol, com a presença de procuradores de Justiça da Alemanha e Roménia.

A nível estratégico, a Eurojust apoiou uma iniciativa da EMPACT conduzida pela Europol para identificar e apontar grupos criminosos da Bulgária e da Roménia envolvidos em roubos em série, e os representantes das Delegações Nacionais búlgara e romena na Eurojust participaram numa reunião da Europol sobre este tema em setembro de 2015.

A Eurojust e a Espanha continuaram a coliderar um PAO dentro do projeto da EMPACT sobre OPC para identificar e analisar problemas práticos e jurídicos comumente enfrentados, bem como as boas práticas adquiridas em investigações de OPC em toda a União Europeia, e para sensibilizar os agentes policiais e judiciais.

Na sequência de um relatório, *Questões processuais e legais em processos sobre GCOIs especializados em OPC*, emitido em 2014, a Eurojust emitiu um relatório de acompanhamento em 2015, *Questões processuais e legais em investigações, ações penais e julgamentos de Grupos de Criminalidade Organizada Itinerantes especializados em Crime organizado contra a Propriedade*. Este relatório fornece uma análise dos principais desafios decorrentes de investigações de OPC.

O relatório baseia-se nas respostas a um questionário dirigido a juízes e procuradores, bem como em iniciativas específicas e políticas definidas em curso na Bélgica e na Noruega para combater os OPC. Um dos desafios abordados no relatório refere-se à não aplicabilidade a crimes relacionados com a OPC, em algumas jurisdições, das mesmas medidas investigativas de natureza intrusiva (por exemplo, vigilância, escutas telefónicas) que são normalmente e efetivamente usadas nas investigações de outros crimes organizados graves.

### Casos Ilustrativos

Uma investigação alemã sobre roubo em grande escala de veículos automóveis e componentes de grande valor, tais como sistemas de navegação e airbags, revelou um GCO, composto por cidadãos lituanos, letões e alemães, com ligações a várias cidades na Lituânia. Jovens lituanos com idades entre os 16 e os 19 anos eram levados para a Alemanha, principalmente para cometer roubos de veículos a motor e de peças dos mesmos. Além dos furtos, o GCO era também suspeito de cometer assaltos e roubos. Os bens roubados eram enviados através da Polónia para serem vendidos na Lituânia. As investigações revelaram que não se tratava de um grande GCO, mas sim de seis GCOs menores que agiam independentemente uns dos outros, e que estavam envolvidos nos atos criminosos. Os GCOs trabalhavam em conjunto apenas com o propósito de transportar as mercadorias para a Lituânia.

Para dismantelar os GCOs, as autoridades alemãs viram a necessidade de cooperação judiciária transfronteiriça e abordaram a Eurojust para apoio nesse sentido. Foram realizadas reuniões de coordenação em dezembro de 2014 e julho de 2015, que levaram a uma estreita cooperação entre as Procuradorias do Ministério Público e as forças policiais envolvidas e um intercâmbio acelerado e sem complicações de informações e execução dos pedidos de MLA.

Esta estreita colaboração culminou numa bem-sucedida operação conjunta em outubro de 2015. Mais de 1.000 agentes policiais na Lituânia e na Alemanha levaram a cabo buscas em mais de 100 residências e empresas. Houve troca de agentes de ligação da polícia lituana e alemã para melhorar a eficácia da operação. Para facilitar as ações conjuntas, os representantes da Eurojust estiveram em contacto direto com as autoridades nacionais durante todo o dia da ação. Vários MDEs alemães foram executados no dia da ação e foram detidos 47 suspeitos, incluindo alguns cabecilhas do GCO. Foi confiscada uma quantidade considerável de dinheiro e bens roubados.

Apoiados pela Eurojust, os esforços comuns das autoridades alemãs e lituanas conduziram à descoberta de 440 atos criminosos individuais e ao estabelecimento de responsabilidade penal. Os danos causados por estas atividades ascenderam a cerca de 7,5 milhões de euros. O caso estava ainda em curso em 2015.



Reunião estratégica sobre TSH...



... e cibercriminalidade



## 2.2 Assistência da Eurojust noutros campos de atividade criminal

### 2.2.1 Branqueamento de capitais

O branqueamento de capitais representa uma área de crescimento contínuo nos casos da Eurojust como consequência direta da natureza acessória deste tipo de delito, que é tipicamente associado com crimes como a fraude. Em 2015 foram registados 283 casos relacionados com branqueamento de capitais, o que representa um significativo aumento por comparação com 2014 (220). Foram realizadas cinquenta e cinco reuniões de coordenação sobre casos de branqueamento de capitais, a terceira espécie de crime mais frequente a seguir a tráfico de drogas, a ser tratada nestas reuniões.

Os Estados-Membros que mais frequentemente requereram apoio nesta área foram a Grécia, a França e a Roménia. Os Estados-Membros mais solicitados foram a Alemanha, a Itália, Chipre e o Reino Unido.

### 2.2.2 Infrações PIF

Foram registados em 2015 setenta casos referentes a infrações que direta ou indiretamente afetam ou podem afetar os interesses financeiros da UE (crimes PIF). Atualmente, nem todos os Estados-Membros consideram as fraudes em sede de IVA como um tipo de delito afetando os interesses financeiros da UE. Nas estatísticas da Eurojust, as fraudes ao IVA são tratadas como uma categoria separada e não contadas como crimes PIF. O suporte operacional da Eurojust em casos PIF disponibilizado através de reuniões de coordenação aumentou (11 casos, em comparação com 7 em 2014) e a Eurojust prestou apoio a EICs nesta área (cinco EICs ativas em 2015, incluindo quatro de 2014).

Os Estados-Membros que mais frequentemente requereram apoio nesta área foram a Grécia, a Hungria e a Roménia. A Alemanha, a Eslovénia e o Reino Unido foram os Estados-Membros mais requeridos.

Em 2015, o Colégio da Eurojust concordou em não dar prioridade ao trabalho estratégico nesta área até que o processo legislativo sobre uma nova Diretiva para os crimes PIF esteja concluído e seja adotada uma definição comum deste tipo de crimes a nível da UE.

Em outubro de 2015, a Eurojust contribuiu para um estudo da Comissão Europeia sobre os benefícios potenciais de uma EPPO (Gabinete da Procuradoria Europeia) conduzida pelo consórcio *Österreichisches Institut für Wirtschaftsforschung* (ECORYS). Foi fornecida uma perspetiva geral do número de casos referentes a fraudes PIF e de IVA, incluindo informações sobre os Estados-Membros requerentes e requeridos, e solicitada a cooperação com Estados terceiros.

### 2.2.3 Pirataria marítima

Em abril de 2015 foi publicada a segunda *Monitorização Judicial da Pirataria Marítima (MPJM)* como um documento do Eurojust de acesso restrito, na sequência da publicação da primeira MPJM em setembro de 2013, para melhorar a experiência dos procuradores de Justiça europeus que lidam com casos de pirataria marítima e proporcionar-lhes ferramentas adicionais para os casos em curso e futuros. O *MPJM* de 2015 contém uma visão geral do enquadramento jurídico aplicável dos 19 Estados-Membros, bem como da Noruega e dos EUA, e acordos bilaterais com Estados terceiros sobre a transferência de suspeitos de pirataria.

Além disso apresenta uma análise das decisões judiciais que foram lavradas em primeira instância ou que são um acompanhamento de casos apresentados na *MPJM* de 2013. A análise destaca questões práticas e jurídicas avançadas nas decisões, incluindo aspetos da legislação sobre direitos humanos, bem como desafios em matéria de processos de pirataria marítima contra menores ou em Estados terceiros.

O *MPJM* de 2015 também descreve o processo de criação e funcionamento da EIC Nemesis, uma EIC relacionada com pirataria marítima, que foi reconstruída através de entrevistas com os Ministérios Públicos holandês e alemão que a iniciaram e nela participaram, assim como a Europol. Finalmente, discute a diminuição do número de incidentes de pirataria no Golfo de Aden, reconhece a deslocação da atividade de

#### **Reunião sobre pirataria marítima**

A Eurojust realizou uma reunião sobre pirataria marítima em 20 de maio de 2015 com a participação de mais de 40 especialistas em investigação e repressão de crimes relacionados com a pirataria marítima, nomeadamente, representantes das autoridades judiciais e policiais nacionais dos Estados-Membros, da Noruega, da Suíça, dos EUA, das Maurícias e Seychelles, bem como representantes dos FP de Pirataria Marítima da Europol, Subdiretoria de Segurança Marítima da INTERPOL e o Registo do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

O objetivo da reunião foi a troca de informações sobre casos recentes de pirataria marítima e a discussão de estratégias de luta contra a pirataria marítima, bem como a importância da cooperação judiciária internacional em investigações e procedimentos penais. Foram também discutidas as principais conclusões do *MPJM* de 2015. ►

A reunião providenciou duas sessões interativas. A primeira sessão, *Os altos e baixos da repressão a delitos de pirataria marítima: desafios, lições aprendidas e histórias de sucesso*, contou com apresentações dos juizes/procuradores que lidaram com casos recentes de pirataria marítima em Espanha, Itália, Holanda, Polónia, Alemanha, Bélgica e França. A sessão abordou uma ampla gama de desafios práticos e jurídicos que foram levantados a propósito desses casos, incluindo a recolha de provas, a detenção dos suspeitos e a cooperação dentro de uma EIC. Os aspetos relacionados com o processo penal adequado e o julgamento justo em casos de pirataria marítima, com especial atenção para o direito dos suspeitos a serem levados prontamente perante um juiz, foram também discutidos.

A segunda sessão foi intitulada *Cooperação Regional e internacional: a importância da assistência jurídica e operacional na luta contra a pirataria marítima*. Os representantes das Maurícias e Seychelles apresentaram os quadros jurídicos e aspetos práticos da resposta judicial das suas autoridades para com o fenómeno da pirataria marítima, enquanto os representantes da Europol e da INTERPOL apresentaram as atividades das suas organizações no campo da cooperação internacional e o apoio fornecido às forças da lei e autoridades de investigação na luta contra a pirataria marítima.

pirataria para a África Ocidental, destaca as nuances diferentes do fenómeno no Golfo da Guiné e examina a cooperação internacional (por exemplo, através da INTERPOL) ao nível operacional e judicial ao lidar com esta ameaça emergente.

#### 2.2.4 Crime ambiental

O Ponto de Contacto da Eurojust para o Crime ambiental faz o acompanhamento de questões relacionadas com crimes ambientais e partilha as experiências e boas práticas com os profissionais e as partes envolvidas externas. Para reforçar a cooperação judiciária e apoiar as autoridades competentes dos Estados-Membros em casos relevantes, a Eurojust está a trabalhar numa lista de Pontos de Contacto nos serviços de ação penal nacionais dos Estados-Membros, com conhecimentos especializados em matéria de crime ambiental, para aumentar as capacidades operacionais das autoridades competentes em casos transfronteiriços envolvendo delitos ambientais.

A Eurojust registou cinco casos referentes a crimes contra o ambiente, tanto em 2014 como em 2015. Dois destes casos tinham uma componente de fraude. O Estado-Membro que mais frequentemente requereu apoio

em casos de crimes ambientais foi a Suécia, enquanto a Alemanha e a Holanda foram os Estados-Membros mais requeridos.

A Eurojust manteve contatos com um número de redes ativas no campo dos crimes contra o ambiente, tais como a EnviCrimeNet e a Rede Europeia de Procuradores em Matéria de Ambiente (ENPE). A Eurojust tem frequentado as reuniões do Grupo de Aplicação da DG ENVI, que monitoriza a execução de políticas e práticas dos Estados-Membros e faz recomendações para melhorar a aplicação da legislação de comércio de animais selvagens. A Eurojust fornece inputs para as discussões do ponto de vista judicial.

#### 2.2.5 Proteção das crianças

Em 2015 a Eurojust registou 45 casos envolvendo abuso de crianças. Os tipos de crime mais associados com ofensas contra as crianças foram o abuso sexual, TSH, rapto e imagens de abuso infantil. A República Eslovaca, a Suécia e a Roménia foram os Estados-Membros que mais requereram apoio nesta área, enquanto a Alemanha, o Reino Unido e a Itália foram os Estados-Membros mais requeridos.

O compromisso da Eurojust no combate a crimes contra as crianças é adicionalmente apoiado pelo trabalho do Ponto de Contacto para a Proteção das Crianças, que representa a Eurojust em matérias de cooperação judiciária relativas a crimes cometidos contra crianças, proteção da criança e assuntos afins perante as autoridades nacionais, organizações policiais e outros organismos nacionais ou internacionais, incluindo na Segunda Conferência de Sensibilização da Coligação Financeira Europeia contra a Exploração Sexual Comercial das Crianças na Internet (EFC) realizada em 2015 no Parlamento Europeu. O Ponto de Contacto também aconselha as Delegações Nacionais sobre as ferramentas e medidas especificamente concebidas para investigações criminais e processos penais relativos a crianças, incluindo a proteção de testemunhas e vítimas. Além disso, o Ponto de Contacto participou ativamente nas reuniões da EMPACT, com responsabilidade para a identificação das boas práticas com base em casos da Eurojust.

#### *Reunião sobre grandes eventos desportivos*

Em 17 e 18 de junho, a Eurojust organizou uma reunião sobre o *Desenvolvimento de um Guia de Boas Práticas para a cooperação judiciária em relação a grandes eventos desportivos*. O encontro reuniu especialistas de sete Estados-Membros que tinham organizado recentemente grandes eventos desportivos,



nomeadamente Portugal, Holanda, Suécia, Bélgica, Áustria, Reino Unido e França, bem como representantes da RJE e da Comissão Europeia. Os profissionais que lidam com a cooperação judiciária em assuntos criminais relativos a grandes eventos desportivos reuniram-se para discutir a melhoria da partilha e intercâmbio de experiências na prevenção, investigação e repressão de crimes que podem ser cometidos durante tais eventos.

O resultado foi a identificação de recomendações sobre como trocar informações gerais antes de, e informações relacionadas com o caso e provas durante os principais eventos desportivos, sobre a escolha do foro para ação penal, julgamento e execução de sentenças em matéria de crimes relacionados com eventos e sobre a aplicação de procedimentos expeditos, se possível ao abrigo da legislação nacional do Estado anfitrião. O papel da Eurojust no reforço da cooperação entre as autoridades nacionais competentes em relação a grandes eventos desportivos destacou-se, nomeadamente, no auxílio e facilitação do estabelecimento de contactos entre as autoridades judiciais competentes do Estado de acolhimento e os Estados-Membros participantes e na prestação de aconselhamento em casos de conflitos de competência de jurisdição.

O documento da Eurojust, [\*Recomendações sobre a cooperação judiciária em matéria penal, em relação a grandes eventos desportivos\*](#), foi elaborado e está disponível no website da Eurojust.

## 2.3 Os parceiros da Eurojust

### 2.3.1 Cooperação com a Europol

Em 2015, a Eurojust e a Europol renovaram esforços no sentido de reforçar a intercooperação, em conformidade com as disposições do Tratado de Lisboa e o seu [Acordo de Cooperação de 2009](#).

A Eurojust e a Europol trocaram regularmente informações sobre reuniões operacionais agendadas na Europol e reuniões de coordenação na Eurojust para garantir que ambos estejam cientes do trabalho operacional em curso. A Europol participou em 99 reuniões de coordenação e envolveu-se em 34 casos registados na Eurojust em 2015. A Europol participou em cinco centros de coordenação.

A Eurojust continuou a ser um participante plenamente integrado nos Pontos Focais da Europol. Em 2015, a Eurojust estabeleceu associação formal com os Pontos Focais de Recuperação de Ativos, Corrupção Desportiva e Viajantes, elevando o número total para 24. No ano passado, a Eurojust participou numa série de atividades operacionais, realizadas no âmbito do Ponto Focal Furtum (Operação Kasimir e Operação Sprinter, que tiveram como alvo GCOs envolvidos no roubo de carros e peças de carros na Alemanha e na Polónia, respetivamente) e do Ponto Focal Cola (Operação Partagas, que resultou na detenção de um grande traficante internacional britânico de drogas em Espanha). Além disso, a Eurojust monitorizou os desenvolvimentos das operações dos dias de ação conjunta da EMPACT designados Operação Blue Amber, que decorreu durante 2015, ficando em espera por via de CP (Coordenação Permanente) e participando de sessões no Centro Operacional da Europol para garantir um acompanhamento judiciário atempado quando necessário.

A Eurojust contribuiu para o TE-SAT de 2015 (Relatório da Europol sobre a situação e tendências do terrorismo na UE), fornecendo dados sobre condenações e sanções por infrações terroristas nos Estados-Membros – recolhidos em conformidade com a Decisão 2005/671/JAI do Conselho – e alterações relevantes na legislação nacional sobre terrorismo. A Eurojust participou na elaboração da metodologia revista para o próximo relatório da SOCTA (Avaliação da Ameaça de Criminalidade Organizada Grave) 2018-2021.

Em reuniões regulares, a nível de trabalho e gestão, foram discutidos os seguintes tópicos para reforçar e explorar ainda mais meios de cooperação: (i) a relação entre os Pontos Focais de Europol e os Pontos de Contacto da Eurojust, (ii) a possibilidade de cruzar dados da Eurojust com o sistema de informações da Europol e (iii) o Relatório Anual Conjunto do Conselho e da Comissão 2014 (documento da UE 10472/15).

A Eurojust e a Europol continuaram a manter sessões de programas de intercâmbio, que são projetadas para aumentar a consciência mútua das respetivas tarefas, estruturas e capacidades.

### 2.3.2 Cooperação com a OLAF

Com base no [Acordo Prático de 2008](#), manteve-se a cooperação entre a Eurojust e OLAF no combate à fraude, corrupção e outros crimes lesivos dos interesses financeiros da União Europeia. Esta cooperação mostra o quão importantes são a troca de informações e o envolvimento mútuo na salvaguarda dos interesses financeiros da UE. A Eurojust e o OLAF trabalharam conjuntamente em 20 casos (oito casos da Eurojust e 12 casos do OLAF), dos quais sete foram novos casos abertos em 2015. Em cinco reuniões de coordenação na Eurojust estiveram presentes representantes do OLAF, o que conduziu a uma abordagem pluri-agencial



eficaz em casos transfronteiriços. A Eurojust participou também numa reunião de coordenação organizada pelo OLAF nas suas instalações.

Um marco na cooperação operacional em 2015 foi a coparticipação do OLAF, pela primeira vez, numa EIC. O caso em questão foi referente a um GCO envolvido em fraude fiscal, evasão fiscal, contrabando de cigarros e branqueamento de capitais. O GCO visado fabricava enormes quantidades de cigarros em fábricas clandestinas usando componentes adquiridos ilegalmente (tabaco, filtros, folhas, pacotes, selos fiscais). Os cigarros eram posteriormente introduzidos ilegalmente na União Europeia por camiões ou outros meios de transporte terrestre, acompanhados de documentos falsos de exportação, importação e trânsito.

A Eurojust e o OLAF trocaram regularmente resumos de casos referentes a crimes PIF para identificar os que poderiam beneficiar da colaboração mútua. O intercâmbio de informações tornou-se mais detalhado para facilitar a avaliação da colaboração e identificação de boas práticas, com informações específicas, tais como o número e tipo de reuniões de coordenação organizadas ou as atividades relacionadas com a EIC.

Durante as reuniões regulares entre a Eurojust e o OLAF ao nível do trabalho e da gestão, discutiram-se oportunidades para aumentar a cooperação, tais como a avaliação da metodologia de trocas de resumos de casos e formação. Em 2015, a Eurojust organizou uma segunda sessão de treino no OLAF para consciencializar os investigadores do papel e das tarefas da Eurojust e respetivos métodos de trabalho.

### 2.3.3 Cooperação com Estados terceiros

#### *Acordos de cooperação*

Foram concluídas as negociações para acordos de cooperação com a Ucrânia e o Montenegro. Os dois projetos de acordo de cooperação foram submetidos ao Conselho para aprovação. Na sequência do acórdão do TJUE, de 16 de abril de 2015, em todos os casos onde leis do antigo terceiro pilar confirmam poderes de execução ao Conselho, o Conselho deverá consultar o Parlamento Europeu, nos termos do artigo 39(1) do antigo Tratado da União Europeia. Em conformidade com o novo procedimento em vigor, o Conselho iniciou procedimentos de consulta com o Parlamento Europeu em outubro de 2015. Foram encetadas discussões com as autoridades

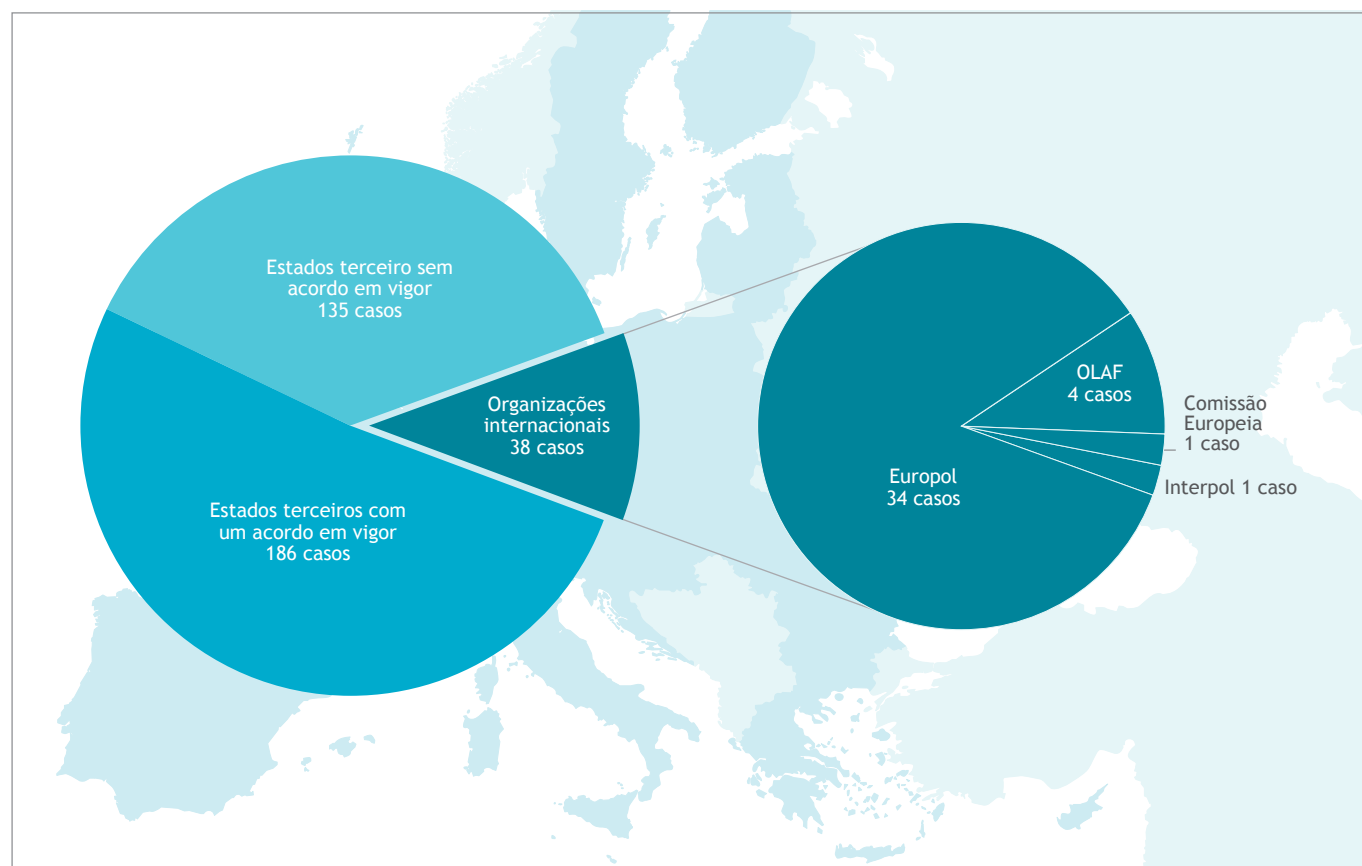
#### *A Eurojust e formação*

Os seminários temáticos da Eurojust são frequentados pelos profissionais e permitem a partilha de experiências e boas práticas. Estes seminários podem ser considerados como formação prática. Mais especificamente, a Eurojust apoia a formação na cooperação judiciária em matéria penal com base no [Memorando de Entendimento assinado com a REFJ \(2008\)](#).

No âmbito do programa de intercâmbio da REFJ, 15 juízes/procuradores de oito Estados-Membros (Alemanha, Áustria, Hungria, Polónia, Suécia, Espanha, Itália e Bulgária) participaram em períodos de formação a longo prazo (3 ou 4 meses) nas Delegações Nacionais da Eurojust, apoiando o trabalho operacional destas delegações. Em 2015, a Eurojust apresentou o conceito da visita de estudo de uma semana, que ocorreu em março e foi frequentada por 25 juízes/procuradores de 17 Estados-Membros. Para além disso, houve uma participação ativa de membros das Delegações Nacionais em seis seminários da REFJ no âmbito do Projeto Justiça Criminal I, *A Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal, na Prática: Simulações de MDE e MLA*. O papel da Eurojust nestes seminários é supervisionar o trabalho dos profissionais. Seguindo a lógica subjacente à metodologia de “aprender fazendo”, está programada para o último dia, no encerramento do seminário, uma apresentação, *O Papel da Eurojust na Cooperação Judiciária em Matéria Penal*. Em 7 de dezembro de 2015, o Secretário-Geral da REFJ reuniu-se com o Presidente da Eurojust, para discutir formas de reforço à cooperação.

Em conformidade com o Memorando de Entendimento com a CEPOL (2010), a Eurojust também continuou a apoiar cursos de formação em diferentes áreas, tais como investigações financeiras e análise de fraudes sobre impostos especiais de consumo, contrabando de cocaína e heroína, luta contra o terrorismo e FTFs, contrafação de mercadorias e direitos de propriedade intelectual, EICs, MDEs e EIOs (Pedidos de Investigação pela União Europeia), TSH e imigração clandestina. Além disso, em conjunto com a REFJ, a Eurojust teve uma participação ativa no curso de [Equipas de Investigação Conjunta e Liderança](#).

A Eurojust apoia os webinars da CEPOL ao divulgá-los internamente e ao participar ativamente por vezes com oradores, por exemplo, no webinar *A Polícia e Cooperação Judicial em Matéria de Exploração Sexual Infantil*. A Eurojust é também participante no Programa Europeu de Mestrado Conjunto da CEPOL.



moldavas tendo em vista a entrada em vigor do Acordo de Cooperação entre a Eurojust e a Moldávia, assinado em julho de 2014.

Prosseguiram-se os contactos no sentido de avaliar a aplicação da legislação de proteção de dados e explorar a possibilidade de iniciar negociações sobre acordos de cooperação com a Albânia, a Bósnia e Herzegovina, Israel, Sérvia e Turquia. A Geórgia foi adicionada à lista de prioridades da Eurojust para se iniciarem conversações preliminares sobre a possível entrada em negociações para um acordo de cooperação. Estabeleceram-se contactos para explorar as possibilidades de acordos de cooperação futura com o Brasil. Foi também reconfirmado como uma prioridade o estabelecimento de contactos com outros países latino-americanos e caribenhos, particularmente, a Colômbia e o México.

### Casos da Eurojust envolvendo Estados terceiros

A Eurojust prestou assistência em 298 casos em que estiveram envolvidos Estados terceiros, o que representa um significativo aumento por comparação com os 208 casos em 2014. Dos 63 Estados terceiros, a Suíça (103) foi o mais frequentemente envolvido, seguido dos EUA (36), Noruega (34) e Sérvia (31).

### *Seminário sobre a aplicação do Auxílio Judiciário Mútuo e dos Acordos de Extradição entre a União Europeia e os EUA*

Em 8 e 9 de outubro, decorreu na Eurojust o *Seminário sobre a aplicação do Auxílio Judiciário Mútuo e dos Acordos de Extradição entre a União Europeia e os EUA*.

O seminário foi organizado conjuntamente pelos EUA, a Comissão Europeia e a Eurojust a título de acompanhamento do workshop de 2012 *Workshop sobre a aplicação do Auxílio Judiciário Mútuo e dos Acordos de Extradição entre a União Europeia e os EUA*.

O seminário reuniu profissionais dos Estados-Membros e dos EUA, os Magistrados de Ligação para a Noruega e Suíça destacados na Eurojust, bem como representantes da Comissão Europeia, do Secretariado-Geral do Conselho, o Coordenador da luta



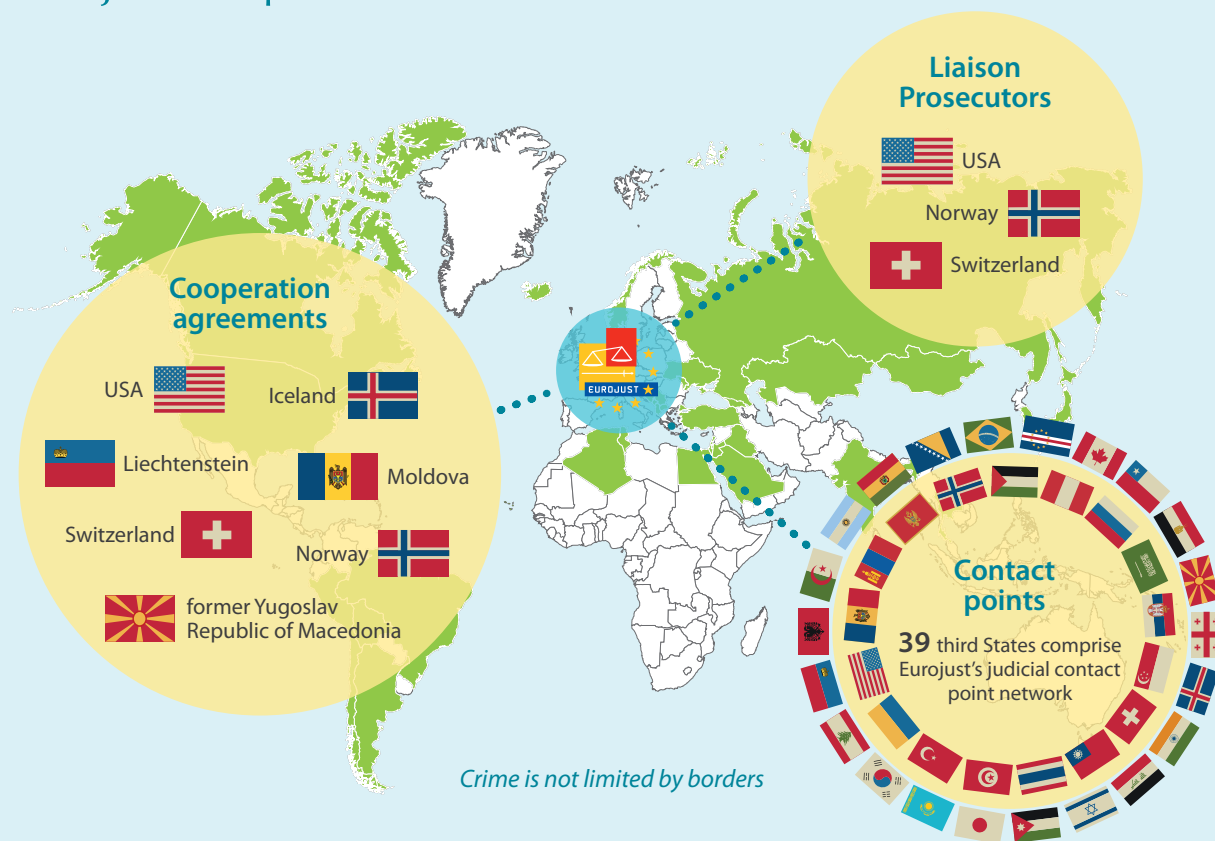
Antiterrorista da UE, o Conselho da Europa e a EUROPOL. Durante as sessões abertas do seminário, também estiveram presentes representantes do setor privado.

O seminário foi conduzido num espírito da boa cooperação e mostrou a vontade de todos os participantes em trabalhar em conjunto para melhorar a cooperação judiciária entre os Estados-Membros e os EUA. Como tal, nas apresentações e nas discussões foi colocada grande ênfase relativa ao reforço da confiança e da compreensão mútua dos sistemas jurídicos respetivos e ao potencial de cooperação, permanecendo, no entanto, a consciência dos limites colocados pelo enquadramento jurídico aplicável e pelos recursos disponíveis.

Um dos focos principais do seminário foi proporcionar aos participantes uma visão ampla das possibilidades, requisitos e limitações na preservação e recolha de provas eletrónicas e garantindo a sua admissibilidade nos processos penais. Outros tópicos discutidos em mais detalhe foram o confisco, a recuperação e partilha de ativos, a cooperação em processos de extradição e o estado de aplicação do acordo UE-EUA sobre Auxílio Judiciário Mútuo, particularmente no que se refere à obtenção de informações bancárias de acordo com o artigo 4.º e o estabelecimento de EICs de acordo com o artigo 5.º do acordo acima referido. Os participantes dos EUA forneceram informações e materiais importantes sobre os aspetos práticos e os requisitos legais para diferentes formas de solicitações de MLA e extradição para os EUA, e igualmente o fizeram os seus homólogos da UE.

O seminário terminou com uma perspetiva sobre as recomendações a serem consideradas pelos Estados-Membros e os EUA para melhorar a cooperação judiciária e abordar as questões identificadas, tais como a organização de workshops que poderiam ser suportadas pela Eurojust sujeitas à disponibilidade de recursos e orçamento.

## Eurojust cooperation with third States



Os tipos principais de crime nestes casos foram a burla e fraude, o branqueamento de capitais, a corrupção, o envolvimento em grupos de crime organizado, o tráfico de drogas e os atentados à vida, integridade ou liberdade pessoal. Em 2015, o número de casos de cibercriminalidade envolvendo Estados terceiros aumentou, quando comparado com 2014 (de 10 para 15). O terrorismo e a imigração ilegal contam-se agora também entre os principais tipos de crime envolvendo Estados terceiros quando feita a comparação com 2014.

Houve 67 reuniões de coordenação organizadas pela Eurojust em que estiveram representados Estados terceiros, comparadas com a representação no ano passado em 41 destas reuniões. Os Estados terceiros mais frequentemente envolvidos nas reuniões de coordenação da Eurojust foram a Suíça (19), seguida pelos EUA e a Noruega (cada um com 14), e a Ucrânia (6). A Suíça (2), a Noruega (1) e a Ucrânia (1) estiveram envolvidos em centros de coordenação na EUROJUST. Os Estados terceiros envolvidos em EICs foram a Noruega (3), a Moldávia e a Sérvia (2 cada), assim como a Austrália, a Bósnia e Herzegovina, a Suíça, a Ucrânia e os EUA.

### Case illustration

O apoio da Eurojust foi solicitado num caso espanhol de branqueamento de capitais afetando pelo menos 11 Estados-Membros e Estados terceiros diversos. As autoridades espanholas suspeitavam que um GCO seria responsável pelo branqueamento de elevadas quantias de dinheiro através de investimentos no setor imobiliário na Costa do Sol (Málaga, Espanha). Os pagamentos eram canalizados através da Bélgica, França, Alemanha, Irlanda, Polónia e Reino Unido, bem como através da Suíça, EUA e Gibraltar. O GCO também era suspeito de subornar autoridades espanholas locais, fazendo pagamentos ilegais para obter licenças de construção (crimes de abuso de poderes e suborno). Por altura da abertura de um caso na Eurojust em abril de 2013, o suspeito ex-líder e financiador do GCO já tinha sido julgado e condenado nos EUA por branqueamento de capitais, e a investigação espanhola centrou-se sobre os seus sucessores e outras partes envolvidas.

Foi realizada uma reunião de coordenação em julho de 2013, que confirmou que o caso estava ligado a atividades semelhantes em muitos outros países e destacou uma investigação em curso na Bélgica, relacionada com esse ex-líder e os seus cúmplices. A recuperação de ativos ganhou então prioridade como um dos principais objetivos da investigação espanhola. Os participantes visaram o enquadramento legislativo nacional aplicável a este delito.

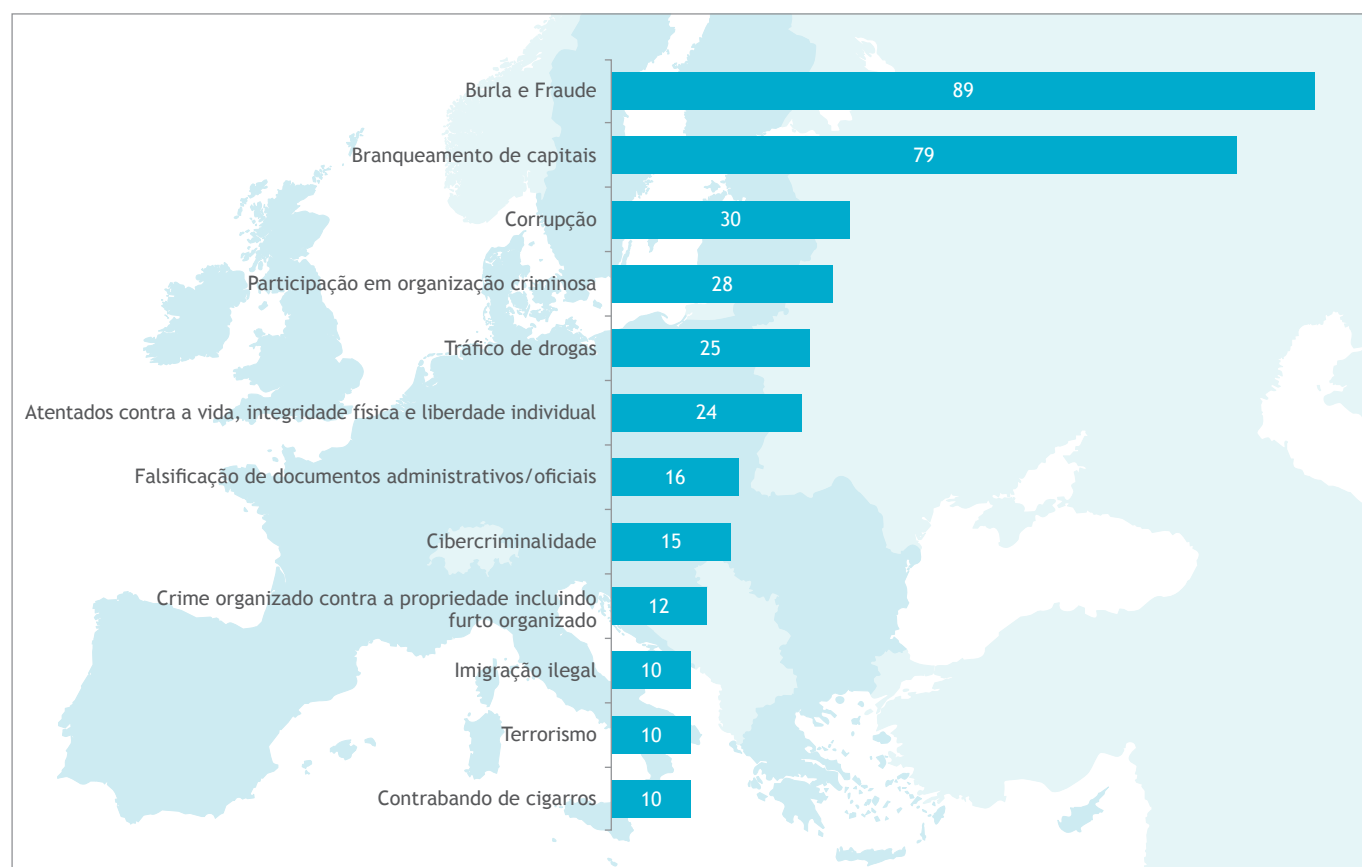
Tal como em vários outros Estados-Membros, o caso espanhol dependia da determinação de uma infração por branqueamento de capitais, o que exigia a necessidade de provas adicionais de outros Estados participantes. A Eurojust facilitou a transmissão de pedidos espanhóis de MLA para vários Estados-Membros e para a Suíça. Considerando que a investigação espanhola se relacionava com o delito de branqueamento de capitais cometido em Espanha, foi discutida a situação de um eventual caso de *ne bis in idem*, mas não foi considerado que houvesse um sério risco.

O caso estava também ligado com um outro, registado no Reino Unido em 2013 e, portanto, realizou-se uma reunião de coordenação conjunta relacionada com o mesmo GCO em março de 2014. Considerou-se a possibilidade de constituir uma EIC entre a Espanha e o Reino Unido, mas concluiu-se que não seria adequada à altura, dado que a ênfase tinha sido colocada na ligação direta e no MLA “visado”. A título de apoio aos casos espanhóis as autoridades belgas concordaram em partilhar com os seus homólogos espanhóis quaisquer decisões disponíveis do Tribunal belga que tivessem sido proferidas contra o ex-líder do GCO.

Por altura de 2015, as investigações às práticas ilegais do GCO tinham sido abertas numa série de Estados-Membros, e foram emitidos diversos pedidos de MLA pelas autoridades espanholas. Como preparação para a reunião de coordenação em fevereiro de 2015, a Eurojust fez uma análise de todas as solicitações de MLA pendentes, simplificando assim a discussão sobre o ponto de situação da sua execução nos Estados participantes e levando a um valioso intercâmbio de informações. Nesta fase do processo, foi de novo levantada a questão do *ne bis in idem*. Os participantes concordaram que seria enviada às autoridades espanholas uma cópia da acusação que tinha sido preparada como resultado da investigação belga, para evitar uma possível situação posterior de *ne bis in idem*. Foi solicitada a assistência da Eurojust, ao abrigo do artigo 40.º da Decisão do Conselho da Eurojust, para progredir na rápida execução de uma solicitação espanhola de MLA a Gibraltar, que é uma jurisdição autónoma. A Europol esteve envolvida ao longo de todo o caso e apoiou os processos judiciais em curso, fornecendo a todos os Estados-Membros envolvidos um relatório detalhado que estabelecia as ligações entre os casos em diversos Estados-Membros.

Este caso ainda estava em curso em 2015.





### Casos Ilustrativos

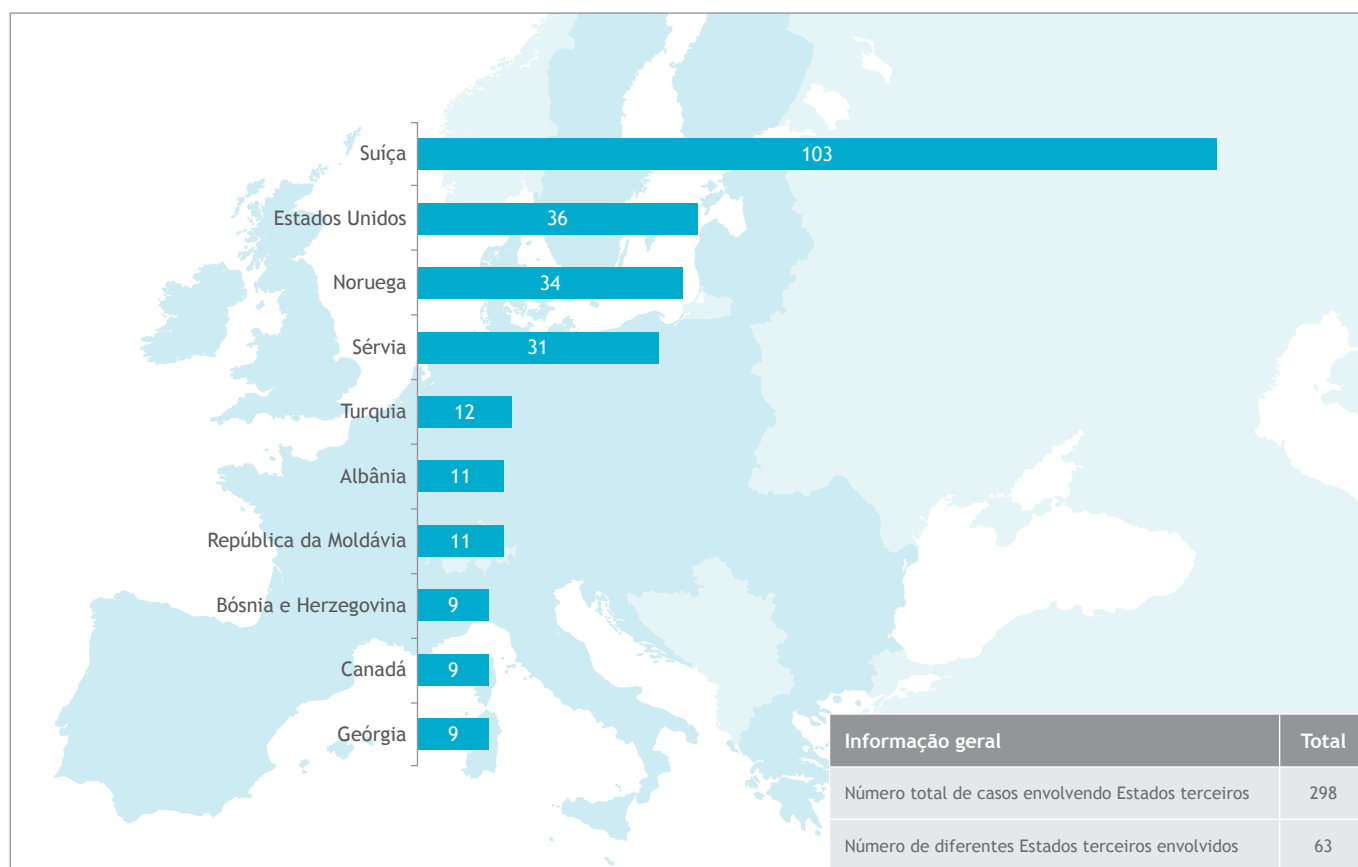
Em dezembro de 2014, as autoridades francesas procuraram assistência da Eurojust para dismantelar um GCO sediado na Bósnia e Herzegovina (BeH), com ligações à Áustria e a França. O GCO, dirigido por um líder do clã e os seus três filhos, estava envolvido em TSH envolvendo menores, e explorava as vítimas forçando-as a cometer roubos, principalmente na rede de transportes públicos parisiense. Este GCO, ativo pelo menos desde 2012, ainda era adicionalmente suspeito de comércio de drogas, tráfico de veículos roubados e branqueamento de capitais, com lucros estimados superiores a 2 milhões de euros.

Os lucros da atividade eram enviados de volta para a Bósnia e Herzegovina onde eram usados para comprar veículos de luxo e propriedades.

Foram preparadas duas reuniões de coordenação em Haia e Sarajevo, respetivamente, facilitando a partilha de informação entre a França e a Bósnia-Herzegovina e evitando assim o início de investigações paralelas na Áustria. Para prosseguir com as investigações na França e na Bósnia-Herzegovina, foi estabelecida pela primeira vez uma EIC entre um Estado-membro e a Bósnia-Herzegovina.

A EIC serviu para simplificar a participação de investigadores de um Estado nos inquéritos levados a cabo pelo outro Estado. Através da EIC, os Estados participantes puderam sincronizar as operações, particularmente durante a fase de detenção e evitar a perda de informações, assim como a possível fuga de suspeitos. A cooperação da EIC promoveu também a recolha de provas para serem usadas nos processos judiciais e a apreensão e confisco dos produtos do crime, tanto em França como na Bósnia-Herzegovina.

A estreita cooperação entre as autoridades judiciais, a polícia, as ONGs (Organizações não Governamentais), a UNODC, as instituições responsáveis pela proteção legal das crianças e a Eurojust no decorrer do caso, demonstra que a cooperação judiciária internacional com Estados terceiros traz resultados positivos, mesmo quando se lida com evoluídas e complexas formas de GCOs. Recentemente, um dia de ação conjunta preparado em França e na BeH em julho de 2015, levou ao dismantelamento do GCO.



### Magistrados de Ligação na Eurojust

A presença de Magistrados de Ligação na Eurojust e o seu envolvimento nos diversos casos tem sido considerada benéfica na identificação dos pontos de contato relevantes nos seus Estados de origem e na facilitação da cooperação judiciária entre as autoridades competentes dos Estados-Membros envolvidos e de Estados terceiros.

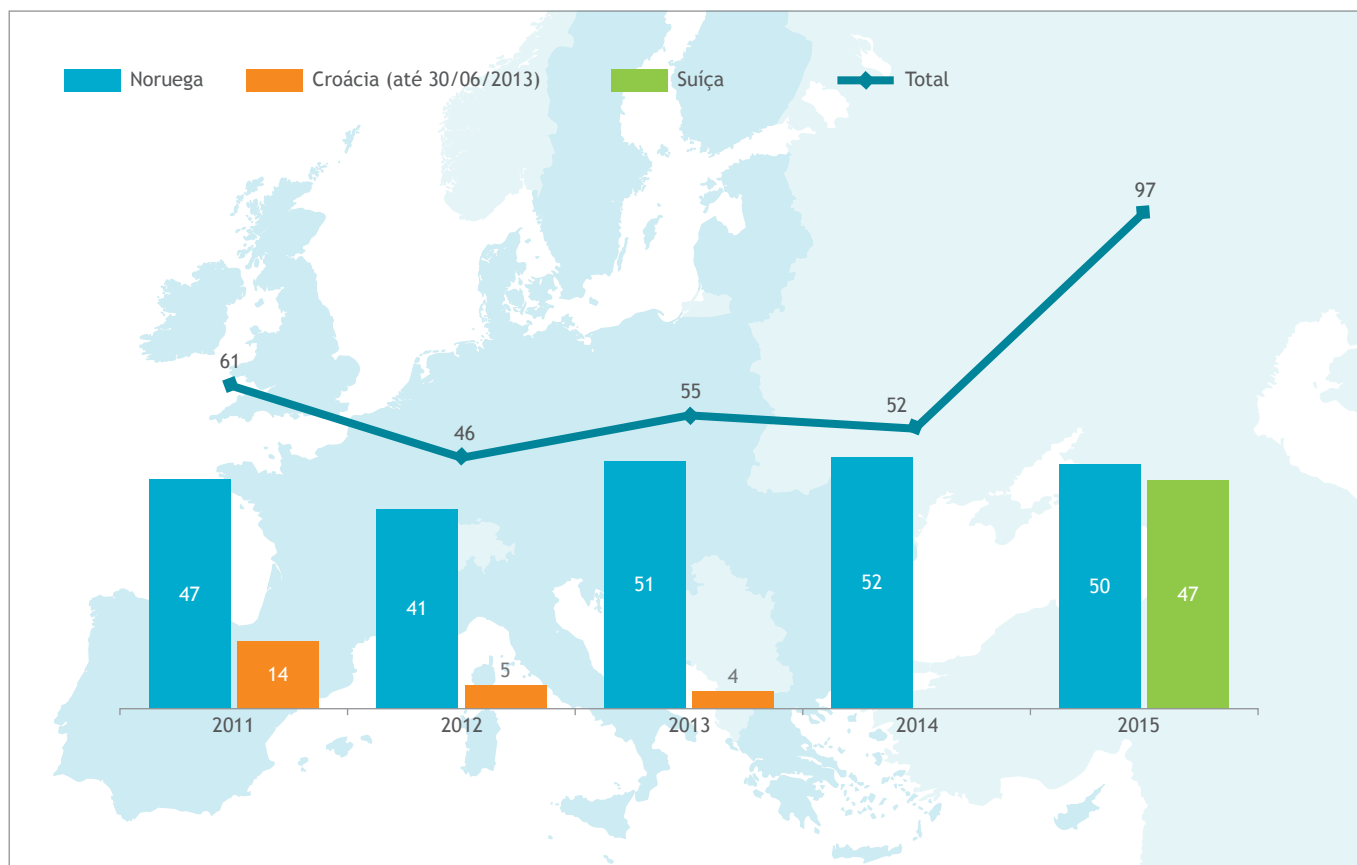
A Eurojust tem três Magistrados de Ligação, destacados na Noruega, nos Estados Unidos e, desde março, na Suíça.

Após a visita da Ex.<sup>a</sup> Senhora Loretta Lynch, Procuradora Geral dos EUA, e o anúncio por si feito do destacamento de um Procurador Americano especializado em Cibercriminalidade da Divisão para a Eurojust do Departamento de Justiça Criminal dos EUA, foi nomeado em novembro um Procurador de Cibercriminalidade americano para assumir funções em janeiro de 2016.

O Magistrado de Ligação para a Noruega registrou 50 casos, relativos essencialmente ao tráfico de drogas e envolvimento em GCOs. Os Estados-Membros que mais frequentemente estiveram envolvidos nestes casos foram a Polónia, a Lituânia, a Espanha e a França. O Magistrado de Ligação para a Suíça registou 47 casos, ligados essencialmente a burla e fraude, branqueamento de capitais,



corrupção, atentados à vida, integridade ou liberdade pessoal e tráfico de drogas. Os Estados-Membros mais frequentemente envolvidos nestes casos foram a Espanha, a Alemanha, a Holanda e o Reino Unido. O Magistrado de Ligação para a Suíça organizou duas reuniões de coordenação e coorganizou uma, e o Magistrado de Ligação para a Noruega organizou duas reuniões de coordenação.



### Pontos de Contacto da Eurojust em Estados terceiros

A nomeação de pontos de contacto da Eurojust em Estados terceiros é outra ferramenta comumente usada para melhorar a cooperação entre os Estados-Membros e Estados terceiros, facilitando contatos através da Eurojust.

Em 2015, a Eurojust continuou a alargar a sua rede mundial de pontos de contacto com a adição de pontos de contacto da Argélia, Chile, Iraque, Jordânia, Líbano, Autoridade Palestiniana e Arábia Saudita.

Presentemente, há um total de 39 Estados terceiros que têm pontos de contacto da Eurojust.

### Suporte a projetos externos

A Eurojust continuou a apoiar iniciativas nos Balcãs Ocidentais, como os projetos acima mencionados (consulte o capítulo 2) relativamente à imigração clandestina e TSH, incluindo o projeto de 2014 do Instrumento Financiado pela UE para Assistência de Pré-Adesão (IPA) *Cooperação Internacional em Justiça Criminal: a Rede de Procuradores dos Balcãs Ocidentais*.

# Operação Vertigo: um olhar mais detalhado

Um caso típico de fraude transfronteiriça tenderia, em princípio, a seguir as linhas geográficas lógicas concentrado-se, por exemplo, num grupo específico de idiomas. A Operação 'Vertigo' não seguiu todavia um padrão habitual. A sua escala e complexidade tornaram-na excecional.

Neste caso de fraude carrossel, o GCO por trás da atividade criminosa usou uma infraestrutura sofisticada (empresas tampão, comerciantes fantasma, empresas funcionando como «plataformas alternativas de pagamento» para facilitar o branqueamento de capitais e transferências de dinheiro relacionadas com o crime) espalhada por vários Estados-Membros e diversos Estados terceiros, defraudando os cidadãos da UE, em cerca de 320 milhões de euros em receitas de impostos.

Várias reuniões de coordenação, iniciadas pela Delegação Alemã, ocorreram na Eurojust entre novembro de 2013 e de outubro de 2015. A República Checa, a Alemanha, a Polónia e a Holanda constituíram uma EIC, parcialmente financiada pela Eurojust. A Eurojust e a Europol demonstraram uma forte colaboração desde as primeiras fases da investigação. A Europol forneceu amplo suporte analítico e partilha de informações classificadas.

Um centro de coordenação instituído na Eurojust organizou a resposta judicial e prestou apoio ao **primeiro dia de ação comum** em 2015, cujo objetivo foi corromper o funcionamento de um ramo do GCO. Como resultado, nove suspeitos foram detidos e 26 instalações nos Estados-Membros participantes foram sujeitas a buscas.

O **segundo dia de ação comum** levou à detenção de 14 suspeitos, incluindo alguns alegados cabecilhas, e a mais de 40 buscas. Em paralelo, as autoridades alemãs, checas e polacas procederam à realização de prisões e mandados de busca com base em mandados de detenção nacionais no âmbito das suas próprias investigações internas.

O **terceiro dia de ação comum** centrou-se na realização de buscas e interrogatórios a suspeitos e testemunhas que tinham sido identificados principalmente com base em elementos recolhidos no enquadramento dos dois dias anteriores de ação comum. Mais de 49 buscas e 27 audiências de testemunhas e suspeitos foram levadas a cabo na Bélgica, República Checa, Dinamarca, França, Alemanha, Itália, Irlanda, Luxemburgo, Holanda, Polónia, Roménia, República Eslovaca, Espanha, Suécia e Reino Unido.

A Europol implantou um escritório móvel em todos os três centros de coordenação da Eurojust, que permitiu o acesso direto às bases de dados da Europol para cruzar e analisar dados e facilitou a troca de informações em tempo real. A Eurojust facilitou a manipulação de solicitações de MLA, MDEs, buscas, apreensões e audiências no local.



## Questões práticas e jurídicas:

- ▶ O desafio residiu no *modus operandi* deste GCO, particularmente a forma como este geria os pagamentos, fazendo uso das chamadas plataformas de pagamento alternativo, para facilitar as transferências de dinheiro relacionados com o crime e o branqueamento de capitais associado. Este método permitiu ao GCO espalhar as suas atividades por todo o globo, por exemplo, colocando a aplicação para gerir os pagamentos num país, enquanto a conta bancária da plataforma de pagamento alternativo estava localizada noutro país. Além disso, os cabecilhas por trás da fraude podiam residir em qualquer lugar, sem estarem limitados pelas atividades ilícitas em curso, o que significa que qualquer ação por parte das autoridades de investigação exigiria que tivessem de atravessar a fronteira da sua própria jurisdição, necessitando assim de cooperação internacional.
- ▶ A dimensão das investigações também exigiu cooperação transfronteiriça. Só na Alemanha, foram emitidos mais de 500 pedidos de MLA.
- ▶ Devido à grande abrangência das atividades criminosas, iniciaram-se uma série de investigações nos Estados afetados. Facilitar e coordenar a cooperação judiciária efetiva neste cenário requereu que fossem identificadas todas as investigações paralelas.

## Lições aprendidas:

- ▶ Apesar das ligações descobertas com a maioria dos relativamente a um conjunto mais alargado de Estados-Membros, foi tomada uma decisão no sentido de focar este caso da Eurojust sobre os principais Estados envolvidos. A eficácia de uma EIC dinâmica composta de apenas quatro Estados-Membros foi considerada mais importante do que estabelecer uma EIC mais inclusiva, mas eventualmente menos flexível.



- ▶ A canalização de MLA e as solicitações feitas entre parceiros da EIC através da Eurojust ocorreram apenas para as solicitações executadas durante os dias de ação. Casos futuros poderão lucrar com a canalização de todos esses pedidos, incluindo solicitações de acompanhamento, por meio da Eurojust.
- ▶ Para preparar um dia de ação, realizou-se uma reunião de coordenação na Eurojust seis semanas antes da data visada. Pelo menos um mês antes dessa reunião de coordenação, a identificação dos alvos ou, quando possível, os rascunhos das solicitações de MLA e EIC foram distribuídos através das Delegações Nacionais dos países envolvidos, com a finalidade de recolher e verificar dados sobre os visados, antes de emitir uma ordem interna do tribunal. Desta forma, pôde ser alcançada uma execução mais expedita das solicitações de MLA e pôde ser alocado tempo suficiente para preparar os pedidos finais de MLA e as traduções necessárias, bem como a execução dos pedidos durante o dia de ação.
- ▶ Devido à abrangência do caso e às ações exigidas foram necessários três centros de coordenação, o que também permitiu que as autoridades nacionais se concentrassem num determinado nível de perpetradores ou de medidas de coação de cada vez.
- ▶ Durante os centros de coordenação na Eurojust, a comunicação direta, sem ter necessariamente que passar primeiro pelas respectivas Delegações Nacionais (por exemplo, autoridades holandesas a comunicarem diretamente com o representante da Eurojust das Delegações Nacionais alemã ou espanhola e vice-versa) funcionou muito bem, permitindo a manipulação de um imenso número de medidas de acompanhamento a muito curto prazo.
- ▶ A comunicação e acompanhamento das solicitações de MLA através das Delegações Nacionais da Eurojust exigiu um grande ónus por parte das autoridades nacionais.
- ▶ estabelecer as ligações entre as investigações alemã, polaca, checa e holandesa. Esta colaboração, juntamente com a ajuda e a coordenação da Eurojust e da Europol, foram fatores decisivos na formação da EIC.
- ▶ Enquanto todos os Estados participantes desta EIC já tinham experiência anterior com esta ferramenta de coordenação judiciária em casos de menor escala, o presente caso convenceu todos os intervenientes de que os casos em grande escala podem igualmente ser tratados com mais eficiência pelas EICs.
- ▶ Foi criado um formulário, que é usado entre os membros da EIC, para acompanhar as solicitações feitas e as provas trocadas.
- ▶ Enquanto os centros de coordenação da Eurojust até à data têm oferecido um serviço complementar aos esforços de coordenação nacional durante os dias de ação, os centros de coordenação instituídos neste caso agiram como o único ponto de coordenação das ações nos principais Estados participantes. Este caso demonstra que a Eurojust pode executar toda a gama de tarefas envolvidas num dia de ação multilateral em grande escala. A participação ativa das autoridades nacionais assegurou o fluxo simples de informações entre o centro de coordenação da Eurojust e as autoridades responsáveis pela execução das ações.
- ▶ A presença na Eurojust das autoridades nacionais dos países participantes durante os dias de ação comum, trabalhando em conjunto com o pessoal da Eurojust numa mesma sala, garante uma partilha imediata de informações, que permite respostas judiciais rápidas relativamente a provas /informações novas que entretanto são descobertas (por exemplo, novas ordens de congelamento de bens, mandados de buscas), soluções breves para problemas práticos e conclusões de todos os lados.
- ▶ O processo de recolha de lições aprendidas durante todo o ciclo de vida de um caso ajuda significativamente na melhoria da cooperação e na facilitação da resposta judicial entre as partes intervenientes identificadas. O ter recolhido todas estas informações será também de grande utilidade para a avaliação no final do caso Eurojust, cujos resultados podem ser usados para casos futuros de dimensão e âmbito semelhantes.

## Boas práticas:

- ▶ O envolvimento precoce da Eurojust garante que as autoridades competentes para executar as solicitações de MLA são identificadas logo na fase inicial e que se estabelece contato direto com essas autoridades. Por exemplo, a estreita cooperação com a polícia em Chipre no primeiro dia de ação constituiu um valor acrescentado, dado que foi possível a determinação do local de residência de um dos principais suspeitos e a sua detenção com base num MDE.
- ▶ Para preparar um dia de ação, deve ser realizada uma reunião de coordenação na Eurojust pelo menos seis semanas antes da data visada.
- ▶ Deve ser assegurada uma forte colaboração entre todas as partes envolvidas logo na fase inicial, o que constitui um fator importante para o sucesso das investigações. Por exemplo, a Europol conseguiu

Os procuradores, polaco, holandês e alemão encarregados do caso comentaram a propósito do terceiro dia de ação conjunta comum em novembro de 2015:

*‘Mesmo que e ainda ocupados a reunir e a avaliar o resultado das inúmeras medidas processuais realizadas durante o dia de ação, já podemos dizer que a operação teve um sucesso enorme, que só foi tornado possível pelas contribuições proeminentes de todos os participantes. Isso prova que trabalhar em conjunto numa EIC com apoio da Eurojust, da Europol e das autoridades nacionais nos dá uma enorme vantagem na batalha internacional permanente contra as fraudes MTIC.’*



Desafios e boas práticas





A Eurojust tem continuado a contribuir através do seu trabalho operacional, nos casos e iniciativas estratégicas, para a identificação de desafios e boas práticas transversais a um amplo espectro de aspetos relativos à cooperação judiciária em matéria penal. Em 2015 a Eurojust focou-se em três áreas: conflitos de competência jurisdicional, retenção de dados e entregas controladas.

Os conflitos de competência jurisdicional foram uma prioridade para a Presidência da UE no âmbito da 9.<sup>a</sup> reunião do Fórum Consultivo de Procuradores Gerais e Dirigentes do Ministério Público dos Estados-Membros (Fórum Consultivo). A Eurojust deu o seu contributo para as reflexões baseada nas suas experiências operacionais e nas lições aprendidas.

## 3.1 Conflitos de jurisdição

A Eurojust continuou a apoiar os profissionais nacionais nos casos sobre a prevenção e resolução de conflitos de jurisdição. Tal como em anos anteriores, a maioria dos casos foram resolvidos informalmente, ao invés de o serem através do uso formal de poderes ao abrigo dos artigos 6 e 7 da Decisão do Conselho da Eurojust. Em 2015, não foram feitas recomendações formais pelo Colégio ao abrigo do artigo 7.<sup>o</sup> da Decisão do Conselho da Eurojust, mas o uso pelas Delegações Nacionais do artigo 6(a)(ii) da Decisão do Conselho da Eurojust aumentou consideravelmente, com 34 pedidos emitidos em 2015, em comparação com os 12 em 2014. A Delegação húngara fez o maior número de pedidos, seguida pela Delegação espanhola. A Delegação alemã também recebeu o maior número de pedidos, seguida pelas Delegações austríaca, francesa e britânica.

Os encontros de nível II da Eurojust, as reuniões de coordenação e as EICs são considerados ferramentas cruciais no contexto de conflitos de jurisdição. Facilitam o intercâmbio eficaz e precoce de informações e ajudam a identificar e/ou coordenar processos paralelos possíveis, para detetar ligações a outros casos noutros Estados-Membros, para evitar conflitos de competência jurisdicional, para chegar a acordo sobre transferência de processos e/ou evitar situações de *ne bis in idem*.

Um dos principais desafios relacionados com conflitos de jurisdição é a deteção precoce de processos paralelos. A este respeito, o artigo 13(7)(a) da Decisão do Conselho da Eurojust, que impõe o dever às autoridades nacionais de informar a Eurojust sobre os casos em que surgiram conflitos de jurisdição ou em que são suscetíveis de surgir, desempenha um papel fulcral. Infelizmente, o número de notificações nos termos do artigo 13(7)(a) sugere que esta disposição está ainda subutilizada. Mesmo que o número de notificações, com base no artigo 13(7)(a) da Decisão do Conselho da Eurojust tenha aumentado desde 2011, o número efetivo de notificações em 2015, ou seja 35, permanece baixo. Além disso, essas 35 notifica-

A anulação da Diretiva de Retenção de Dados de 2006, pelo TJUE em abril de 2014 necessitou de uma análise do impacto desta decisão na legislação nacional dos Estados-Membros, bem como da identificação das dificuldades daí decorrentes na prevenção, deteção, investigação e ação penal de crimes graves e na cooperação judiciária em relação aos mesmos. A Eurojust apoiou tal avaliação de impacto no que se refere a retenção de dados.

O Colégio da Eurojust optou por manter uma discussão temática sobre entregas controladas, tendo em conta os desafios observados em casos da Eurojust nesta área.

ções tiveram origem em apenas cinco Estados-Membros: A Hungria (21 notificações), a Espanha (11 notificações), a Bélgica, a Holanda e a Finlândia (uma notificação cada).

Os conflitos de competência jurisdicional foram o tema de discussão do seminário estratégico da Eurojust em junho de 2015, *Conflitos de Jurisdição, Transferência de Processos e ne bis in idem: Sucessos, Insucessos e Soluções*. O relatório foi publicado como Doc. do Conselho 14172/15 e publicado no website da Eurojust. O relatório também foi debatido na 9.<sup>a</sup> reunião do Fórum Consultivo (ver secção 5.4). Nessas reuniões, os profissionais nacionais, os Membros do Fórum e os representantes da Eurojust discutiram as deficiências de e as soluções para quatro questões: processos paralelos, critérios para determinar qual a jurisdição que deve proceder à ação penal, transferência de processos e questões de *ne bis in idem*.

**Processos Paralelos:** Os participantes concluíram que podem ocorrer problemas tais como a duplicação de trabalho, o desperdício de recursos e questões de *ne bis in idem* se os processos paralelos não forem identificados na fase inicial e/ou se não forem devidamente coordenados. As soluções para melhorar a identificação precoce incluem uma maior comunicação entre as autoridades competentes, uma maior consciencialização do dever das autoridades nacionais em informar a Eurojust de casos de conflitos de jurisdição (artigo 13(7)(a) da Decisão do Conselho da Eurojust), e possivelmente também, a longo prazo, a criação de bases de dados nacionais centralizadas de investigações em curso e um sistema de ligação a esses bancos de dados a nível da UE. As reuniões de coordenação e as EICs foram consideradas excelentes ferramentas para coordenar processos paralelos.

**CrITÉRIOS para decidir sobre a melhor localização para promover a ação penal:** Os participantes sublinharam o facto de que a maioria dos Estados-Membros têm critérios gerais sobre a competência jurisdicional interna, mas poucos definiram critérios para decidir sobre a melhor jurisdição para promover a ação penal em

casos de conflitos de competência num contexto transfronteiriço. As *Diretrizes para decidir qual a jurisdição em que deve decorrer a ação penal* da Eurojust foram consideradas uma ferramenta muito útil, mas poderiam ser mais elaborados se incluíssem exemplos ou estipulassem critérios adicionais para refletir os desenvolvimentos recentes na justiça penal da UE. Os participantes argumentaram que, para garantir flexibilidade e adaptabilidade a diferentes cenários possíveis, os critérios não deveriam ser organizados por ordem de prioridades.

**Transferência de processos:** A visão comum dos participantes quanto a este assunto é a de que ainda existem muitos desafios, tais como a falta de uma base jurídica, a falta de informação sobre o acompanhamento do caso, a falta de prazos, questões de tradução e problemas probatórios. Como exemplos de boas práticas foram considerados o contacto precoce, a cooperação ativa, a avaliação preliminar da validade dos elementos de prova a serem transferidos e a tradução de resumos do caso na fase inicial. No sentido de poder superar os obstáculos atuais, a solução poderia ser um novo instrumento legislativo da UE sobre a transferência de processos,

com, por exemplo, critérios para assumir o comando do processo, fundamentos de recusa, questões técnicas tais como tradução, conteúdo mínimo do pedido e prazos.

**Ne bis in idem:** Os participantes declararam que tanto o conceito de ‘pelos mesmos factos’ como a questão de quando um caso é ‘finalmente arquivado’ ainda levantam problemas e diferentes interpretações. Vários participantes destacaram a importância da formação contínua e da crescente sensibilização sugerindo o acesso a uma compilação de casos existentes de jurisprudência (TJUE e tribunais nacionais), incluindo resumos, bem como uma visão geral da legislação nacional e outras informações relevantes.

A título de preparação para o seminário e reunião do Fórum Consultivo, o Colégio da Eurojust realizou uma discussão temática e publicou o Relatório [sobre Casos da Eurojust no Domínio da Prevenção e Resolução de Conflitos de Jurisdição](#) abrangendo o período 2009-2014, e abordando cada uma das quatro questões anteriores, à luz dos casos da Eurojust, publicado como doc. do Conselho. 9474/15 e disponível no website da Eurojust.

### Casos Ilustrativos

O apoio dado pela Eurojust em 2015 a um caso de roubo de veículos motorizados ilustra a complexidade dos casos OPC. Apesar de estar em causa apenas um suspeito, que, ao alugar carros num Estado-Membro e vendê-los a cúmplices noutro Estado-Membro, cometeu crimes relativamente menores em cada ocasião, este caso exemplifica não só que o número total de crimes cometidos pode ser significativo, como a mobilidade dos delinquentes pode causar obstáculos jurídicos e desafios à cooperação judiciária.

Um tribunal búlgaro abordou a Eurojust para assistência relativa a um complicado conflito de competência jurisdicional e potencial *ne bis in idem*. O tribunal foi confrontado com dois MDEs concorrentes incidindo sobre o mesmo cidadão italiano alegadamente envolvido no roubo de automóveis. Os mandados foram emitidos pela Polónia e pela Roménia, respetivamente. Ao mesmo tempo, o suspeito foi objeto de uma investigação criminal por crimes semelhantes na Bulgária, onde estava em detenção, tendo sido entregue pelas autoridades checas na execução de um MDE búlgaro. As autoridades búlgaras foram informadas pelo suspeito que este tinha sido condenado por infrações idênticas ou similares na Hungria e na República Checa e tinha cumprido penas de prisão em ambos os países.

A Delegação Nacional búlgara do Eurojust convidou as Delegações Nacionais checa, húngara, polaca e romena para uma reunião de nível II no sentido de partilhar informações sobre esta situação juridicamente complexa e encontrar o caminho a seguir. As autoridades búlgaras estavam cientes de que o delito que originou o MDE polaco correspondia a um do total dos sete delitos referenciados no MDE Romeno. Como resultado dessa reunião, as autoridades checas e húngaras puderam informar a Delegação Nacional búlgara que as infrações pelas quais o suspeito tinha sido condenado na República Checa e Hungria correspondiam a algumas das alegadas infrações no MDE Romeno.

Estabelecer a sobreposição exata dos delitos foi algo complicado, porque, em muitos sistemas jurídicos, vários incidentes de roubo podem ser considerados como um crime contínuo e, como tal, considerados como um único delito. A troca de informações iniciada na reunião levou a um particular interesse das autoridades romenas em dar seguimento ao caso, dado que o suspeito trabalhava com cúmplices localizados na Roménia, que foram objeto de uma investigação pelas autoridades romenas.

Uma solução possível foi inicialmente encontrada na alteração do MDE romeno de modo a incluir apenas os delitos que não tinham sido referenciados nos casos checo e húngaro e teriam causado uma situação



de *ne bis in idem* na eventualidade de o suspeito ser objeto de processos penais romenos para as mesmas infrações. Adicionalmente, as autoridades romenas foram convidadas a solicitar a entrega temporária do suspeito, devido à investigação búlgara em curso e a um interesse em condenar o suspeito por alegadas infrações na Bulgária.

Foi feita ainda uma solicitação adicional às autoridades polacas para retirar o seu MDE, com base no argumento de que a infração pela qual o suspeito era procurado tinha sido incluída no MDE Romeno. Foi dada preferência à execução do MDE romeno, devido aos inúmeros delitos cometidos na Roménia e porque o MDE romeno antecedeu o MDE polaco.

No entanto, como o MDE romeno não pôde ser alterado, o Tribunal búlgaro procedeu prontamente ao julgamento do suspeito. O suspeito foi condenado, e a execução da sentença foi adiada por cinco anos, permitindo assim que o Tribunal búlgaro pudesse subsequentemente dar cumprimento ao MDE romeno. A base para a entrega à Roménia foi limitada às infrações para as quais o suspeito não tinha sido condenado anteriormente. Os esforços de apoio e ligação da Eurojust, bem como a utilização eficaz da reunião de nível II como um instrumento de cooperação, contribuíram para o resultado positivo do caso, que foi concluído cerca de um mês após o início do caso na Eurojust.

## 3.2 Retenção de dados

A Diretiva 2002/58/CE (Diretiva relativa à privacidade e comunicações eletrónicas) foi projetada para proteger o direito fundamental e a liberdade das pessoas singulares à privacidade, estabelecendo regras de processamento de dados de tráfego e de localização pelos fornecedores de serviços e rede, gerados pela utilização de serviços de comunicações eletrónicas. A própria Diretiva de Dados Eletrónicos reconheceu o direito dos Estados-Membros para restringir o âmbito de tais direitos, sempre que necessário, dentro de uma sociedade democrática, para salvaguardar a segurança nacional, ou para a prevenção, investigação, deteção e repressão de infrações penais.

No interesse de uma coordenação eficaz das investigações criminais e procedimentos penais, a Diretiva 2006/24/CE sobre Retenção de Dados (a DRD) procurou harmonizar as disposições dos Estados-Membros em relação a tais restrições, particularmente na área de retenção e uso de dados eletrónicos. Em abril de 2014, o TJUE, apesar de reconhecer que o DRD genuinamente satisfazia um objetivo de interesse geral, declarou-o inválido *ab initio* in *Digital Rights Ireland Ltd* (C 293/12) com base no facto de que excedeu os limites da proporcionalidade e da necessidade para alcançar esse objetivo.

As reações dos Estados-Membros a esta anulação variaram, com alguns renegando a legislação, outros a alterá-la para cumprir com os termos da decisão e outros a concluir que o nível necessário de proteção e proporcionalidade era inerente dentro dos seus próprios regimes. Esta variedade de reações minou o objetivo do DRD de alcançar uma harmonização e criou cisões nos regimes legais de retenção de dados da União Europeia, levando por sua vez a significativos desafios na investigação e ação penal de crimes graves, bem como na cooperação judiciária em relação aos mesmos.

Como os esquemas de retenção de dados são reconhecidos como ferramentas indispensáveis na deteção, prevenção, investigação e repressão da criminalidade grave, incluindo a criminalidade transfronteiriça, a Eurojust decidiu analisar o enquadramento jurídico dos diferentes Estados-Membros, com a intenção de identificar: (i) os obstáculos criados pela anulação do DRD e os diferentes regimes legais sobre retenção de dados que surgiram em consequência, (ii) possíveis soluções, lições aprendidas e boas práticas para enfrentar tais desafios, tanto no mercado interno como em casos transfronteiriços e (iii) áreas de maior cooperação e/ou ação legislativa, conforme o caso. Neste esforço, a Eurojust fez circular um questionário pelas Delegações Nacionais, a que se seguiu uma discussão temática pelo Colégio. O resultado do trabalho foi apresentado ao Conselho na reunião do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Gerais, incluindo a Avaliação (GENVAL) de 29 de outubro de 2015. A retenção de dados foi também o tema do [Workshop e reunião do Fórum Consultivo de 10 e 11 de dezembro](#).

Os principais desafios identificados referem-se à dificuldade ou mesmo impossibilidade de as agências policiais acederem informações cruciais para as investigações, tanto a nível nacional como em relação a casos transfronteiriços. A divergência em regimes de retenção de dados (mais notoriamente nos períodos de retenção) nos Estados-Membros e Estados terceiros gera dificuldades nas investigações transfronteiriças/paralelas, na resolução dos conflitos de competência jurisdicional (dado que a escolha do foro mais adequado para a ação penal pode ser prejudicada), na eficiência das EICs e na obtenção e admissibilidade de provas.

O Workshop e a reunião do Fórum Consultivo evidenciaram uma clara tendência para apoiar o estabelecimento

de uma obrigação por parte da UE de retenção de dados com garantias processuais adequadas, condições efetivas de segurança e precisão dos dados e um período de retenção de dados significativo. Foi ainda evidenciado

o apoio a uma solução da UE com o objetivo de harmonizar os enquadramentos da retenção de dados nos Estados-Membros, possivelmente através de uma nova iniciativa legislativa.

### 3.3 Entregas controladas

Em 6 de outubro de 2015, o Colégio realizou uma discussão temática sobre entregas controladas transfronteiriças, centrando-se sobre o papel e a experiência da Eurojust e sobre as formas de melhorar a capacidade operacional da Eurojust para apoiar as autoridades nacionais neste contexto.

As seguintes dificuldades jurídicas e práticas foram identificadas com base em casos da Eurojust: (i) as diferenças nas legislações nacionais na forma de lidar com entregas controladas pode ter consequências operacionais; (ii) a necessidade de tradução dos pedidos de MLA para a língua do Estado-Membro de execução pode causar atrasos na execução das entregas controladas; (iii) a autorização de uma entrega controlada, seguindo um pedido do MLA pode ser muito demorada no Estado-Membro requerido devido às limitações processuais; (iv) surgem dificuldades em identificar as autoridades nacionais competentes para autorizar uma entrega controlada, especialmente em Estados-Membros que não nomearam uma autoridade central para ser contactada em tais situações; (v) ao receber uma solicitação de MLA para autorizar uma entrega controlada, alguns Estados-Membros poderão estar na situação de dar início (princípio da legalidade v. princípio da oportunidade) às suas próprias investigações com base nas informações recebidas através do pedido de MLA, o que pode levar a processos paralelos dos Estados requerente e requerido; e (vi) o uso combinado de dispositivos GPS e/ou medidas de vigilância realizadas por agentes policiais durante a execução de uma entrega controlada pode levantar questões relacionadas com a disponibilidade de recursos a nível prático e/ou a admissibilidade de prova de uma perspetiva jurídica.

Foram identificadas boas práticas em relação ao envolvimento da Eurojust em entregas controladas, de que se destacam as seguintes: (i) a Eurojust deverá estar envolvida numa fase mais precoce possível da preparação das entregas controladas transfronteiriças, especialmente em casos complexos e multilaterais; (ii) a Eurojust pode ajudar a identificar as autoridades competentes dos Estados-Membros para autorizarem a execução de uma entrega controlada; (iii) a organização de reuniões de coordenação pela Eurojust pode ser um valor acrescentado na preparação de entregas controladas, com o objetivo de clarificar os requisitos legais dos Estados-Membros envolvidos e antecipar todos os cenários possíveis que podem ocorrer durante a fase de execução; e (iv) as Delegações Nacionais na Eurojust podem canalizar as comunicações e facilitar

o fluxo de informações entre as autoridades nacionais em todas as fases de uma entrega controlada, especialmente quando estão envolvidos Estados terceiros.

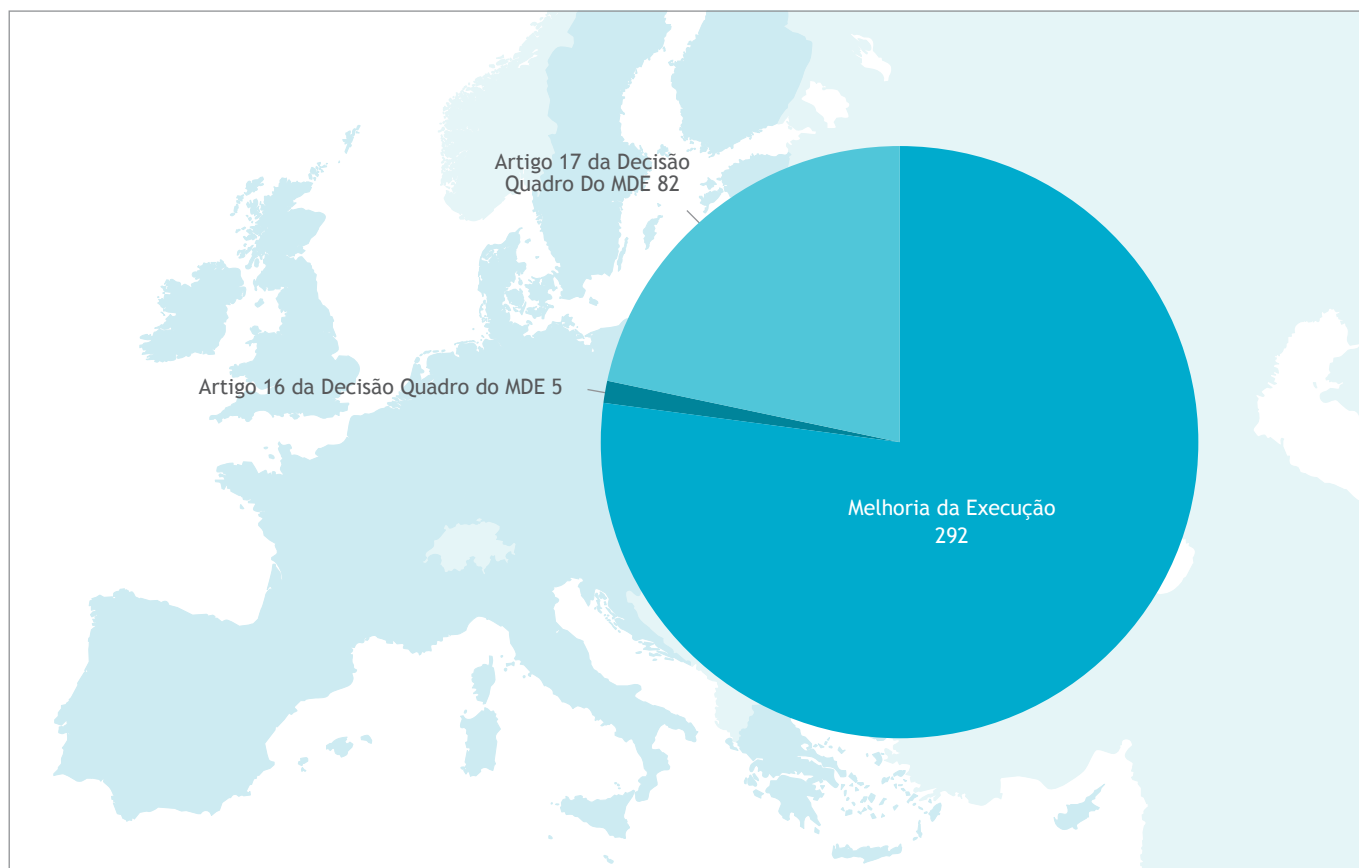
#### ***MDE - Mandado de Detenção Europeu***

A Eurojust continuou a desempenhar um papel fundamental na melhoria da aplicação do MDE. Em 2015, foram registrados na Eurojust 292 casos relacionados com a melhoria de execução dos MDEs, totalizando 13 % de todos os casos. A Grécia fez o maior número de solicitações (55), seguida pela Polónia (33) e pela França (21). O Reino Unido (36), a Alemanha (32) e a Itália (30) foram os Estados-Membros mais solicitados.

No que se refere a MDEs conflitantes, o artigo 16.º da Decisão-Quadro sobre o MDE (FD EAW) estabelece que a Eurojust poderá ser solicitada pelas autoridades judiciais do Estado executante para fornecer aconselhamento sobre o lugar da entrega de uma pessoa que é objeto de MDEs emitidos por dois ou mais Estados-Membros. Foram abertos cinco casos nestas circunstâncias na Eurojust.

No que diz respeito a violações de prazos limite na execução de MDEs, o Artigo 17º. (7) da DQ sobre o MDE prevê que, em circunstâncias excecionais, se um Estado-Membro não pode cumprir os prazos previstos no Artigo 17º., então informará a Eurojust e fornecerá as razões para o atraso.

Em 2015, foram registadas 82 violações de prazos na Eurojust, sete das quais foram alvo de ações adicionais. Pelo sexto ano consecutivo, a Irlanda foi quem reportou o maior número de incumprimento de prazos. Outros casos foram referidos pela Bulgária, República Checa, Espanha, Hungria e Reino Unido.



### Moedas virtuais

O Colégio realizou uma discussão temática sobre moedas virtuais em janeiro de 2015. Foram apresentados desafios e dificuldades encontrados nas investigações ao lidar com moedas virtuais, a que se seguiu uma troca de impressões entre os participantes. As principais questões discutidas incluíram a qualificação jurídica das moedas virtuais e a adequação para apreensão em diferentes jurisdições nacionais, fatores para estabelecer a competência jurisdicional em casos envolvendo moedas virtuais e a possível necessidade de apagar dados eletrônicos contendo moedas virtuais como um último recurso, se as jurisdições nacionais não fornecerem regras para lidar com a apreensão deste tipo de moeda.





# Assunto do Ano na Eurojust

## Congelamento, confisco e recuperação de ativos



**O**s grupos de crime organizado obtêm lucros substanciais das suas atividades criminosas e os proveitos dessa atividade são branqueados e re-injetados na economia legal. Privar os criminosos dos lucros da sua atividade criminosa é uma componente essencial para abalar essas estruturas de criminalidade. Contra este pano de fundo, o confisco e recuperação de ativos criminais é uma maneira muito eficaz de combate à criminalidade organizada. Para além disso, o confisco tem um efeito dissuasor, reforçando a noção de que “o crime não compensa”.

Apesar do número de instrumentos jurídicos promulgado nesta área, a cooperação judiciária continua a ser dificultada pelas grandes diferenças entre os sistemas jurídicos nacionais e a falta de regras harmonizadas. Os Estados-Membros enfrentam inúmeros obstáculos na execução das solicitações de MLA, na identificação e congelamento dos produtos do crime e no reconhecimento de ordens de confisco pelos Estados-Membros, especialmente nas situações de NCBC (Confisco sem Condenação Penal). Por conseguinte, os montantes recuperados ao crime organizado são modestos.

Em 2015, a Eurojust apoiou, quer a nível operacional quer a nível estratégico, uma aplicação mais rápida dos instrumentos jurídicos da UE em matéria de congelamento e confisco de bens que põs em prática o princípio do reconhecimento mútuo, incluindo a Decisão-Quadro 2003/577/JAI sobre a execução de ordens de congelamento de propriedade ou provas, a Decisão-Quadro 2006/783/JAI relativa à aplicação do reconhecimento mútuo às ordens de confisco e a Diretiva 2014/42/UE sobre o congelamento e o confisco dos instrumentos e produtos do crime na União Europeia. Ao fazê-lo, a Eurojust incentivou o entendimento comum e a cooperação entre as autoridades em causa e, finalmente, reforçou a utilização de instrumentos de reconhecimento mútuo no campo da recuperação de ativos. A necessidade de melhoria de ações transfronteiriças de congelamento e confisco de ativos criminais foi o tema de reflexão ao nível da UE, e a Agenda Europeia para a Segurança realçou o papel e a experiência especializada da Eurojust em prestar assistência às autoridades nacionais ao conduzirem investigações financeiras.

A Eurojust continuou a desempenhar um papel importante na melhoria da cooperação em matéria penal entre os Estados-Membros (artigo 3(1)(b) da Decisão do Conselho da Eurojust), particularmente por: (i) facilitar o reconhecimento e a execução das ordens de congelamento e o confisco e a execução de pedidos de cooperação judiciária; (ii) auxiliar na elaboração de ordens de congelamento e confisco e Cartas Rogatórias - [CR], na identificação das autoridades competentes nos Estados-Membros requeridos, na troca de informações e tradução da informação relevante; (iii) permitir a coordenação das investigações e ajudando as autoridades de investigação e penais a agir simultaneamente na execução de ordens de congelamento; (iv) esclarecer os requisitos legais das autoridades quer emissoras quer executantes e resolver problemas práticos decorrentes dos diversos requisitos legais e processuais em diferentes sistemas jurídicos; (v) auxiliar os Estados-Membros na celebração de acordos para a eliminação de bens

confiscados e partilha de ativos; e (vi) identificar as melhores práticas para gerir os ativos desde o início de uma investigação (por exemplo, solicitando a venda de bens perecíveis ou de rápida depreciação ou mercadorias com custos elevados de gestão, ao mesmo tempo que a emissão da decisão de congelamento).

A Eurojust continuou a identificar formas expeditas de maximizar a cooperação judicial nesta área e a superar os obstáculos decorrentes de regimes diferentes de congelamento de bens e confisco. Algumas das questões jurídicas e práticas encontradas pela Eurojust em 2015 nos seus casos no domínio da recuperação de ativos, incluindo o congelamento e confisco de bens, tiveram a ver com:

- (i) As dificuldades associadas ao princípio da dupla incriminação, quando a conduta referida na ordem de congelamento (ou Cartas Rogatórias - [CR] procurando o congelamento de ativos) não constitui uma infração penal no Estado-Membro requerido;
- (ii) Dificuldades adicionais ligadas ao princípio da dupla incriminação em relação a fraudes com impostos/crimes fiscais em que, apesar do facto de a infração ser considerada crime no Estado-Membro requerido, o dano ou perda para o erário público é suportado pelo Estado-Membro requerente;
- (iii) As dificuldades ligadas ao reconhecimento transfronteiriço da penhora civil e confisco: enquanto na maioria dos Estados-Membros só pode ser fornecida assistência jurídica no âmbito do processo penal e os ativos podem ser recuperados após uma condenação penal, alguns Estados-Membros emitem disposições de penhora civis ou usam outros meios pelos quais é possível obter uma decisão relativa a confisco sem uma condenação penal;
- (iv) Outras questões que surgem no contexto das Cartas Rogatórias emitidas por uma autoridade não-judicial no âmbito de um processo de confisco civil em que o Estado-Membro requerido exige outras medidas a adotar pelo Estado-Membro requerente para poder lidar com as CSs (por exemplo, a assinatura de um juiz);
- (v) O facto de se considerar que a ordem de congelamento tem um âmbito limitado, e os profissionais muitas vezes confiarem preferencialmente nas Cartas Rogatórias em conformidade com as Convenções sobre Auxílio Judiciário Mútuo de 1999 e 2000, bem como com a Convenção do Conselho da Europa sobre branqueamento de capitais, busca, apreensão e confisco dos produtos do crime, que pode incluir solicitações para buscas, escutas telefónicas, congelamento e confisco de bens;
- (vi) Os problemas decorrentes da ausência de um registo central nacional/banco de dados de processos em curso, nos casos de ordens de congelamento distintas e sem ligação com respeito aos mesmos bens; e
- (vii) as dificuldades ligadas a atrasos na execução de ordens de congelamento (ou CSs) ou na recuperação

dos ativos congelados quando o Estado-Membro para onde o dinheiro foi transferido pelos criminosos inicia a sua própria investigação sobre branqueamento de capitais e congela o dinheiro no âmbito da sua própria investigação, e não em conformidade com a decisão de congelamento (ou CS).

A Eurojust produziu um [Relatório sobre a Experiência da Eurojust no domínio da Recuperação de Ativos, incluindo o Congelamento e Confisco de Bens](#), cobrindo o período de 2010 a 2013, que foi publicado em junho como doc.10179/15 e que está disponível no website da Eurojust. O Relatório aborda o papel da Eurojust no domínio da recuperação de ativos e baseia-se em casos da Eurojust, projetos dedicados ao estudo de casos da Eurojust em tipos de crime específico, opiniões da Eurojust sobre projetos de lei da UE, e seminários, reuniões ou eventos similares, organizados ou coorganizados pela Eurojust.

O [Relatório do Seminário Estratégico No Sentido de uma Maior Cooperação na Apreensão e Confisco de Produtos do Crime: uma Abordagem por Profissionais](#), organizado conjuntamente pela Eurojust e pela Presidência Italiana da UE em 11 de dezembro de 2014 foi publicado em maio como doc.8570/15 do Conselho e está disponível no website da Eurojust. O objetivo do seminário foi reunir os profissionais destas áreas para identificar dificuldades no reconhecimento mútuo na recuperação de ativos associada com o atual quadro jurídico. Nessa base, foram identificadas formas jurídicas e práticas para melhorar a cooperação judiciária nesta área, nomeadamente no que se refere a i) rastreamento de ativos, apreensão e confisco: desafios no reconhecimento mútuo e na execução; ii) alternativas para a condenação baseada no confisco: fazendo garantir que o crime não compensa; e iii) desafios legais e judiciais na gestão de ativos e eliminação, partilha e repatriamento de bens confiscados do ponto de vista de um profissional.

As conclusões foram apresentadas durante a 8ª reunião do Fórum Consultivo em 12 de dezembro de 2014 e serviram de base a uma discussão mais aprofundada por membros do Fórum. As [conclusões do Fórum Consultivo](#) foram publicados em maio como doc.8552/15 do Conselho e estão disponíveis no website da Eurojust. Os membros do fórum apelaram às instituições da UE no sentido de consolidarem e codificarem a legislação da UE neste domínio, de modo a poderem responder à necessidade de uma maior harmonização das disposições substantivas e processuais penais, com vista a reforçar a confiança mútua, uma condição essencial para um reconhecimento mútuo eficaz.

Houve uma concordância geral sobre a importância da adoção de uma abordagem multidisciplinar e a promoção de uma interação entre o poder judiciário, a polícia e as autoridades financeiras envolvidas na investigação e ação penal dos casos de recuperação de ativos. Foi trazida à discussão por membros do Fórum a possibilidade de usar bens confiscados no interesse público ou para fins sociais, no sentido de aumentar a confiança do público no sistema de justiça. No que diz respeito ao reconhecimento e execução das ordens de NCBC (Confisco sem ação penal), os membros

## Casos Ilustrativos

No início de 2013, as autoridades de saúde do Reino Unido informaram seus homólogos espanhóis sobre seis carregamentos ilegais contendo 25.600 comprimidos de medicamentos contrafeitos, originários da Índia que estavam prestes a ser transportados para uma pessoa em Espanha. Foi preparada uma entrega controlada, e o destinatário foi preso pelas autoridades espanholas.

A investigação do Reino Unido revelou que cerca de 50 sites alojados em servidores localizados na República Checa e Holanda publicavam medicamentos para venda sem prescrição médica, principalmente produtos usados para combater a disfunção erétil. As drogas que eram produzidas na Índia eram depois enviadas para o Reino Unido para serem encaminhadas para outros retalhistas no seio da União Europeia para distribuição posterior. As encomendas eram colocadas através da Internet ou por telefone. Os pagamentos eram feitos com cartão de crédito para contas bancárias em vários Estados-Membros, que canalizavam os fundos através de uma camada de contas ponte para contas bancárias em Chipre.

A Europol identificou ligações a outra investigação na Áustria tendo como alvo um grupo criminoso de origem ucraniana, com ligações a Israel e à Federação Russa. Duas reuniões operacionais na Europol, em abril de 2013 e fevereiro de 2014, permitiram aos vários serviços de polícia trocar informações, que permitiram detetar eventuais ligações com uma investigação francesa relativa a um grupo de websites, geridos a partir de Israel, que também ofereciam medicamentos sem prescrição médica.

As autoridades espanholas apresentaram pedidos de MLA à Áustria, Bélgica, Chipre, Alemanha, Índia e EUA para identificar os beneficiários da atividade ilegal e para tentar localizar e apreender o produto criminal, cujo valor foi estimado em cerca de EUR 1.800.000. Como resultado das reuniões da Europol sobre potenciais conexões com investigações noutros países, as autoridades espanholas abordaram a Eurojust para coordenar os aspetos judiciais dos casos. Foi realizada em março de 2014 uma reunião de coordenação,

com a presença da Espanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Alemanha, França, Reino Unido, EUA e a Europol.

A reunião resultou na identificação de ligações estreitas entre os casos em vários Estados, e foi constituída uma EIC, em que participaram a Eurojust e a Europol, entre a Áustria, a Espanha e a França. A EIC foi financiada através da Eurojust e mais tarde foi alargada ao Reino Unido. A reunião de coordenação também permitiu a discussão dos crimes sob investigação em cada Estado para evitar um conflito de jurisdição ou *ne bis in idem*. Finalmente, apoiados pela análise da Eurojust às solicitações de MLA, os participantes puderam identificar solicitações de pedidos redundantes, coordenar a sua execução, chegar a acordo quanto aos termos e condições para compartilhar as provas obtidas e identificar uma conta bancária que apareceu nos processos na Áustria, na Espanha e na França.

Em junho de 2014, as autoridades espanholas realizaram uma nova prisão e apreensão de 25.000 comprimidos, e foram recolhidas novas provas na Áustria, França e Reino Unido que evidenciaram a necessidade de discutir ações possíveis a curto prazo. Para este fim, foi realizada uma reunião de coordenação em Viena com a Áustria, a Espanha, a França, a Eurojust e a Europol. Discutiram-se os processos em curso e acordou-se numa estratégia comum. A Áustria, a Espanha e a França focaram-se na fraude e crimes relacionados com a saúde pública, enquanto o Reino Unido aplicou uma abordagem inovadora investigando apenas as atividades de branqueamento de capitais, com destaque para o rastreamento de ativos para posterior apreensão.

A investigação do Reino Unido beneficiou das investigações nos outros Estados para provar que as infrações tinham sido cometidas noutro lugar na União Europeia. Durante a reunião, foi decidido realizar ações coordenadas durante um dia de ação comum para recolher provas adicionais. Como a maioria das ações planeadas tinha uma componente judicial, por exemplo, a execução de pedidos de MLA, foi realizado um centro de coordenação na Eurojust em setembro de 2014 com a participação de todos os membros da EIC.

Durante o dia de ação, foram detidos 12 suspeitos e 16 pessoas foram submetidas a interrogatório como suspeitos ou testemunhas. A Áustria, a Hungria e o Reino Unido efetuaram 23 buscas e 91 contas bancárias foram congeladas ou apreendidas nos Estados participantes, juntamente com 1 milhão de comprimidos. Foram apreendidos ativos com valor estimado em cerca de 7,8 milhões de euros.

Foi realizada uma reunião de coordenação final na Eurojust em março de 2015 para troca de informações sobre o processo nos Estados participantes e avaliar a cooperação da EIC.

do Fórum indicaram que, a preocupação levantada de que o NCBC não deveria ser objeto de reconhecimento mútuo, dado que tais disposições podem estar em violação de direitos fundamentais protegidos ao abrigo da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, poderá precisar de uma análise mais elaborada. A este respeito, poderia ser considerada a nível da UE a possibilidade de uma ação legislativa para sustentar a recuperação de ativos não baseada em condenação. Foi sugerida a definição de uma NCBC limitada provisória, com as garantias mínimas de que poderia desfrutar de reconhecimento mútuo, a nível da UE.

No que se refere ao papel da Eurojust, os membros do Fórum destacaram o valor acrescentado das ferramentas operacionais da Eurojust, tais como as reuniões de coordenação, como constituindo um fórum confiável onde os profissionais podem compartilhar informações e onde os mandados de buscas, apreensões e detenções podem ser coordenados. Da mesma forma, a Eurojust apoia ativamente os Estados-Membros na criação e execução de EICs e no facilitar da cooperação judiciária com Estados terceiros.

Finalmente, os membros do Fórum consideraram que as boas práticas nos Estados-Membros devem ser coligadas e compartilhadas entre os profissionais e incentivaram a Eurojust a continuar a investigação para a conceção de um modelo comum aceitável com garantias mínimas que consiga granjear o reconhecimento mútuo a nível da UE.

Em linha com essas conclusões, a Eurojust procede a uma de recolha de jurisprudência relevante, tanto a nível europeu como nacional, abordando questões com que a sua ação se deparou em relação ao NCBC, bem como questões de constitucionalidade em relação à legislação interna relacionada com a caducidade ou a preservação da propriedade que podem permitir a definição de um modelo limitado de NCBC que assegure as garantias mínimas.

Em dezembro de 2015, a Eurojust participou e fez uma apresentação na reunião da EMPACT de peritos de TSH sobre investigações financeiras e recuperação de ativos. A apresentação focou-se sobre os desafios encontrados no processo de cooperação transfronteiriça de apreensão e recuperação de produtos do crime.





# A Administração da Eurojust





A Administração da Eurojust apoia o Colégio no seu trabalho operacional e quando atua como Direção da Eurojust. Em 2015, foram realizadas 27 reuniões operacionais e 10 reuniões do Conselho de Administração. A Administração ainda presta assistência às Delegações Nacionais

em lidar com os seus casos. Realizaram-se um total de 128 reuniões da equipa do Colégio e das taskforces. Estas taskforce são organismos preparatórios, compostos por membros do Colégio e da Administração, que preparam e implementam as decisões do Colégio nas suas respetivas áreas de especialização.

## 4.1 Apoio ao trabalho operacional e estratégico

A Administração apoia as Delegações Nacionais nos seus casos, auxiliando no uso de ferramentas eletrónicas relacionados com a sua gestão sistemática (o CMS [Sistema de Gestão de Casos] em particular) e ficheiros manuais, em consonância com as diretrizes aprovadas pelo Colégio. Para além disso, a preparação e acompanhamento das reuniões de coordenação e centros de coordenação é apoiada pela Administração mediante solicitação, incluindo o fornecimento de notas preliminares dos casos, relatórios de análise, bem como informações legais, pareceres e conselhos sobre a aplicação dos instrumentos de cooperação judiciária.

Os trabalhos progrediram no que se refere ao desenvolvimento do *Manual de Operações*, particularmente as orientações sobre o início de um caso Eurojust e três capítulos dedicados a reuniões operacionais (reuniões de nível II), reuniões de coordenação e centros de coordenação. Estas importantes partes do *Manual de Operações* foram adotadas pelo Colégio com vista a

reforçar e harmonizar o exercício interno da Eurojust na área de trabalho operacional. Todos os capítulos restantes foram apresentados ao Colégio em 2015 para reflexão e discussão.

A Administração contribuiu em 2015 para o desenvolvimento de novas ferramentas de gestão do Sistema de Informação na Eurojust. Neste contexto, para além do desenvolvimento contínuo do CMS, foi elaborado e divulgado a todas as Delegações Nacionais o novo Formulário de Informações de Casos (CIF). O CIF permite registar as informações relevantes relacionadas com os casos, tais como de que forma os obstáculos foram superados, as boas práticas e lições aprendidas, e fornece uma maneira flexível de pesquisar os dados recolhidos pelas semelhanças entre os casos e de elaboração de estatísticas.

Com o apoio da Administração, o Colégio lançou sete tópicos operacionais e quatro discussões temáticas em 2015.





Klaus Rackwitz, Administrative Director



Alfredo García Miravete, Operational Support



Mike Moulder, Budget, Finance & Procurement



Alinde Verhaag, Case Analysis



Jacques Vos, Corporate Services



Nikolaos Panagiotopoulos, Human Resources



Jon Broughton, Information Management



Catherine Deboyser, Legal Service



Diana Alonso Blas, Data Protection



Ulf Bergström, Press & PR



Carla García Bello, College Secretariat



Ola Löfgren, EJN Secretariat



Vincent Jamin, JITs Network Secretariat



Matevž Pezdirc, Genocide Network Secretariat

## Tópicos operacionais

As autoridades nacionais podem pedir à Eurojust que reúna informações ou forneça aconselhamento jurídico sobre os Estados-Membros referentes a temas que podem ser relevantes ou ter implicações operacionais. O Colégio registou sete de tais tópicos operacionais:

- (i) a utilização de MLA e as condições em que são concedidas CSs em casos de fraude postal e telegráfica;
- (ii) a extradição para a Turquia;
- (iii) o princípio de *ne bis in idem* relacionado com fraudes sobre impostos;
- (iv) os FTF na Ucrânia;
- (v) a nova legislação dinamarquesa sobre armas;
- (vi) como a gravação audiovisual de contactos entre a polícia e os suspeitos se processa nos Estados-Membros (quer para as declarações dos detidos quer para as testemunhas); e
- (vii) como proceder na extradição de uma pessoa localizada na Crimeia.

## Discussões temáticas

Como resultado de uma Decisão do Colégio de 2014, durante as reuniões plenárias é dedicado algum tempo para troca de conhecimentos e boas práticas nas áreas de especial interesse operacional para a Eurojust. Foram realizadas quatro discussões temáticas:

- (i) as moedas virtuais criptografadas;
- (ii) os conflitos de competência jurisdicional;
- (iii) a retenção de dados; e
- (iv) entregas controladas.

As discussões temáticas são preparadas por um orador do Colégio, apoiado pela Administração.

Com vista a facilitar o intercâmbio estruturado de informações entre a Eurojust e os Estados-Membros, a Administração preparou uma forma melhorada, e de mais fácil utilização, do formulário do artigo 13, que foi adotada pelo Colégio para testes adicionais e posterior desenvolvimento. Para apoiar o trabalho do SNCE, a Administração manteve uma atualização regular da área da Extranet criada para os correspondentes nacionais da Eurojust. Neste contexto, as diretrizes nacionais sobre a implementação do artigo 13.<sup>o</sup> e a distribuição de casos entre a Eurojust e a RJE continuou a ser recolhida e atualizada, juntamente com as *Fiches Suédoises*, fornecendo uma visão geral sobre a instauração e o funcionamento do SNCE nos Estados-Membros.

Ao longo de 2015 a Administração continuou a prestar assistência ao Colégio através da monitorização e análise das negociações em curso sobre o projeto de Regulamentação da Eurojust, Europol e EPPO (Procuradoria Europeia) e com a elaboração de pareceres relacionados da Eurojust e contribuições para as partes interessadas da EU. Para além disso, a Administração auxiliou na preparação e acompanhamento dos planos de ação para a implementação das recomendações da sexta ronda de avaliações mútuas e da avaliação externa.

## 4.2 Pessoal e orçamento

No final de 2015, a Eurojust tinha 349 titulares/colaboradores, incluindo 69 Membros Nacionais, Adjuntos e Assistentes, 199 Agentes Temporários, 7 Funcionários eventuais 23 Agentes a Contrato, 23 Peritos Nacionais Destacados e 28 Estagiários.

O orçamento da Eurojust para 2015 foi de 33.818 milhões de euros, incluindo o orçamento retificativo para cobrir o deficit do orçamento previsto relativo a custos com pessoal.

Mais uma vez a Eurojust enfrentou um deficit orçamental em 2015 devido a aumentos imprevistos de custos, combinados com deficiências estruturais na Comunicação da Comissão Europeia sobre a Programação de Recursos Humanos e Financeiros (doravante referida como o Quadro Financeiro Plurianual (QFP)). Pelo segundo ano consecutivo, a Eurojust foi forçada a recorrer a medidas de contenção sujeitas a um orçamento retificativo, incluindo o adiamento de atividades e o diferimento de atualizações tecnológicas destinadas a produzir ganhos de eficiência a longo prazo.

Com a aprovação incerta do orçamento retificativo, só oficialmente confirmado no último trimestre do ano, a planeada entrega pela Eurojust do seu Programa de Trabalho Anual (PTA) teve necessariamente de ser interrompida para garantir que as obrigações legais da organização e o trabalho operacional se mantivessem como prioridades. Apesar de a Eurojust ter vindo a ser bem-sucedida em termos de execução do seu orçamento e em assegurar a concessão dos créditos adicionais necessários através do orçamento retificativo, o inevitável transporte de saldos e transferências de orçamento resultaram em observações por parte dos auditores sobre as fraquezas no planeamento e execução orçamental.

Com os orçamentos votados e os orçamentos retificativos a excederem consecutivamente os tetos máximos do QFP nos últimos três anos (2016 inclusiva), a Eurojust está otimista quanto à revisão do QFP prevista pela Comissão Europeia em 2016 (em paralelo com o ciclo orçamental de 2017) possa remediar a situação no que se refere ao orçamento e ao número de postos. A este respeito, a Eurojust aguarda uma revisão do QFP para serem reconhecidos os deficits estruturais e outros custos imprevistos e inevitáveis. Tal revisão representará não só um ganho de eficiência, mas, mais importante ainda, irá assegurar à Eurojust os meios para utilizar totalmente os seus recursos (humanos) no sentido de responder na totalidade à procura crescente dos Estados-Membros por cooperação judiciária e progredir nos objetivos do PTA conforme planeado. Sem este necessário ajustamento dos tetos máximos do QFP para a Eurojust no período 2017-2020, as inevitáveis e cumulativas obrigações legais/financeiras irão ter um impacto prejudicial no trabalho operacional.

O desempenho financeiro melhorou em comparação com 2014, com uma taxa de execução de 99,86 %. Em conformidade com o Acordo Interinstitucional e a obrigação de

reduzir postos de trabalho em cinco por cento, a Eurojust identificou quatro postos vagos que foram designados para esse efeito em 2015, em consonância com a estratégia da organização de não rescindir os contratos de trabalho atuais para conseguir essas reduções.

A implementação do projeto de Melhoria pelo ABAC (Contabilidade de exercício) permite uma utilização mais eficiente dos recursos humanos da Administração da Eurojust, enquanto que a nova ferramenta de registo de tempo (eRecording), que foi implementada pelo Diretor Administrativo para todos os funcionários da Administração em 2015, e constitui um passo importante no sentido da monitorização e emissão de relatórios baseados nas atividades.

A Eurojust continuou a prática habitual de intercâmbio do seu programa de trabalho com as outras Agências JAI e também forneceu feedback sobre os documentos de planeamento das outras Agências na área JAI (Justiça e Assuntos Internos).

### Relatório Consolidado de Atividade Anual

O Relatório Consolidado da Atividade Anual (CAAR) de 2015 da Direção Administrativa, em fase de preparação ao momento da publicação deste Relatório Anual de 2015 da Eurojust, contém informações detalhadas adicionais sobre as realizações da Administração durante o ano. A elaboração de relatórios através do CAAR segue a estrutura aprovada pelos Chefes das Agências Europeias e baseia-se principalmente na implementação dos Objetivos, Atividades planeadas e Indicadores chave do PAT da Eurojust para 2015, aí estabelecidos para cada objetivo estratégico, bem como nos recursos humanos e financeiros alocados aos mesmos.

## 4.3 Comunicação externa

Na área das comunicações externas a Eurojust centrou-se em seis áreas: (i) comunicações corporativas e identidade, p.e., imagem de marca, marketing e posicionamento; (ii) relações da União Europeia e externas; (iii) alargamento do impacto dos média e cobertura em toda a Europa; (iv) fortalecimento da comunicação digital da Eurojust; (v) publicações, p.e., estudos, relatórios e brochuras; e (vi) comunicações internas.

A Eurojust publica regularmente comunicados de imprensa e novos itens noticiosos (95 em 2015) quer sobre a sua ação operacional quer sobre as suas atividades em curso não-operacionais.

Enquadrada na Rede de Agências na área JAI (Justiça e Assuntos Internos) acolhida pela eu-LISA (Agência Europeia para a Gestão Operacional de Sistemas Informáticos de Grande Escala no Espaço de Liberdade) em 2015, a Eurojust contribuiu para o [vídeo clipe](#) das Agências na área JAI. A Eurojust contribuiu também, conjuntamente com a Frontex, a EASO, a Europol, a UE-Lisa e a ADF para a elaboração de um folheto sobre Hotspots (Pontos Críticos).

As publicações e infografias da Eurojust estão disponíveis no nosso [website](#).

#### Un exemplo de publicações do Eurojust em 2015:



A Eurojust promoveu **seminários de marketing** em março, maio e novembro respetivamente na Irlanda, na Espanha e na Roménia, e 42 **roadshows** em diversos Estados-Membros, como parte da iniciativa em curso para destacar o seu trabalho e sensibilizar os profissionais dos Estados-Membros para o valor e a eficiência que a Eurojust traz a casos transfronteiriços. Os seminários de marketing lidam em maior profundidade com os casos da Eurojust e como a Eurojust pode ajudar os profissionais. Por sua vez os Roadshows fornecem uma visão mais geral dos trabalhos da Eurojust.

## 4.4 Novas instalações

Em 2015, a construção de novas instalações prosseguiu como planeado e o programa permaneceu em agenda.

O quarto trimestre de 2015 viu o edifício a ganhar forma. O projeto de construção foi concluído e iniciaram-se os processos de consulta, que terminarão em 2016.

## Acesso público a documentos

### Acesso público a documentos

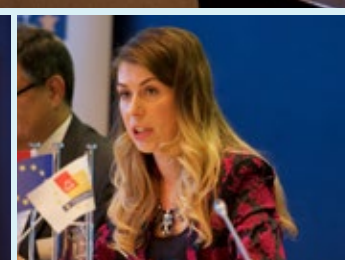
Em 2015, receberam-se 18 pedidos de acesso [público aos documentos da Eurojust](#), uma diminuição em comparação com os 25 pedidos recebidos em 2014. Não foram recebidos pedidos confirmativos em 2015. Mais informações estão disponíveis no website da Eurojust.

### Registo Público

O [Registo Público](#) foi concebido para proporcionar aos cidadãos um acesso mais fácil aos documentos detidos pela Eurojust, sem a necessidade de fazer um pedido formal de acesso. O Registo Público está acessível no website da Eurojust.



Seminário estratégico sobre *conflitos de jurisdição* sob a Presidência da UE pela Letónia



Workshop sobre *retenção de dados* sob a Presidência Luxemburguesa da UE





## A Eurojust e as redes de profissionais



**A** Eurojust acolhe os Secretariados da RJE, a Rede de Peritos em EICs e a Rede Genocídio que aproveitam os seus recursos. Os membros destes organismos fazem parte do pessoal da Eurojust e asseguram o envio regular ao Colégio de relatórios sobre as suas iniciativas e atividades. Os Secretariados oferecem serviços às Redes de Peritos e facilitam a cooperação com as Delegações Nacionais nas suas áreas comuns de ação. A Eurojust também apoia as atividades do Fórum Consultivo.

Eurojust also supports the activities of the Consultative Forum of Prosecutors General and Directors of Public Prosecutions of the Member States of the European Union (Consultative Forum).

## 5.1 Rede Judiciária Europeia

A RJE é uma rede de Pontos de Contacto para a facilitação da cooperação judiciária em matéria penal. Foi criada em 1998. O Secretariado foi criado em 2003 na Eurojust.

**Reuniões** As reuniões plenárias de 2015 decorreram em Riga e no Luxemburgo. A reunião em Riga foi sobre a Decisão-Quadro da UE referente à Transferência de Prisioneiros e a Diretiva sobre a Ordem Europeia de Proteção. Na reunião do Luxemburgo, foram discutidas três diretivas relativas aos direitos processuais de suspeitos e arguidos. Foram realizadas três reuniões na Eurojust, em Haia: a reunião ordinária, a reunião de Correspondentes Nacionais e a reunião de Correspondentes Instrumentais. Além disso, foram realizadas reuniões regionais na Croácia, Estónia e Lituânia, e realizaram-se reuniões nacionais na Bulgária, França e Portugal, para discutir e melhorar a cooperação judiciária internacional em diferentes áreas, incluindo as relações entre a RJE e a Eurojust. Os representantes das Delegações Nacionais envolvidas participaram nestes encontros.

**Newsletter da RJE** A Newsletter da RJE foi introduzida em 2015 como um meio de fornecer informações sobre as atividades em curso da RJE e do seu Secretariado aos Pontos de Contacto da RJE.

**Trio Presidencial da RJE** A RJE alterou o atual método de trabalho do Trio de Presidências a favor de um método mais dinâmico, envolvendo as suas futuras Presidências no planeamento de atividades numa fase mais prematura do que anteriormente. No novo modelo, o Conselho de Presidência da RJE é constituído pelas Presidências cessante, corrente e as duas próximas da RJE.

**A RJE e a Eurojust** A RJE e Eurojust trabalharam em conjunto numa abordagem comum às recomendações da sexta ronda de avaliações mútuas relativas à RJE. Foi estabelecido um plano de ação para garantir que as recomendações serão implementadas. O documento conjunto, *Assistência na Cooperação Internacional em Matéria Penal para Profissionais: RJE e Eurojust*, “O que podemos

fazer por si?”, foi traduzido em todas as línguas oficiais da UE e publicado nos [websites](#) da EJP e Eurojust. Este documento conjunto informa os profissionais judiciais dos Estados-Membros dos serviços e tipos de assistência que podem ser providenciados quer pela RJE quer pela Eurojust, nomeadamente para auxiliar esses profissionais na decisão de se um dado caso deve ser tratado por uma ou outra destas organizações. O documento garante também que a RJE e a Eurojust irão lidar com casos que são abrangidos pelos seus mandatos, usando o tempo e os recursos com eficiência e eficácia e evitando a duplicação de trabalho.

**O Website da RJE** Foi reformulada e apresentada a nova [página de entrada](#) do site da RJE. O novo desenho fornece melhor acessibilidade às informações e ferramentas disponíveis no site. A Biblioteca Judicial do site contém agora todas as formas de instrumentos de reconhecimento mútuo na cooperação judiciária em matéria penal em formato editável do Word, em todas as línguas oficiais da UE. Foi lançada a nova versão do Atlas Judiciário. Com esta nova versão é agora possível ajudar os profissionais a identificar as autoridades competentes para todos os instrumentos de reconhecimento mútuo assim como para os pedidos de MLA tradicionais.

**O Portal e-Justiça** Continuaram as conversações sobre a cooperação entre a RJE e o e-Justiça com o objetivo de alojar o site da RJE no Portal e-Justiça, a futura interface eletrónica na Área da Liberdade, Segurança e Justiça.

**Formação** O Secretariado da RJE organizou a sexta sessão de formação em língua inglesa para os Pontos de Contacto da RJE em colaboração com a Academia de Direito Europeu (ERA), em Trier. Durante uma semana, os participantes aprenderam e praticaram o uso de expressões e vocabulário na área da cooperação judiciária em matéria penal e trocaram informações sobre os respetivos sistemas nacionais.

## 5.2 Rede de Peritos Nacionais em Equipas de Investigação Conjunta

A Rede de Peritos das EICs, estabelecida em 2004, é constituída por pontos de contacto judiciais e policiais nacionais responsáveis por promover o intercâmbio de informações e boas práticas sobre EICs entre os Estados-Membros. Desde 2011 que a Eurojust acolhe o seu Secretariado, contribuindo assim para uma interação mais eficaz.

**Reunião anual** O 11º encontro anual dos Especialistas Nacionais das EICs teve lugar em 11 e 12 de junho de 2015. O tema principal do encontro deste ano foi *A melhoria do acesso às EICs: que ferramentas para apoiar práticas inovadoras?*, com vista a avaliar a eventual

# Funding joint investigation teams

Providing technical and financial support to JITs is part of Eurojust's mission to stimulate and improve the coordination of investigations and prosecutions in cross-border criminal cases. This funding programme ensures that financial and other organisational constraints linked to the cross-border nature of a case do not hinder the establishment and operational needs of a JIT.

## Who can apply?

- Judicial and/or law enforcement authorities
- JITs between EU States and  
JITs between EU/non-EU States
- Eurojust's National Members invited  
to participate in the JIT

## What is not covered?



- ✗ Costs prior to the JIT
- ✗ Domestic costs
- ✗ Purchase of equipment
- ✗ Pre-financing of costs

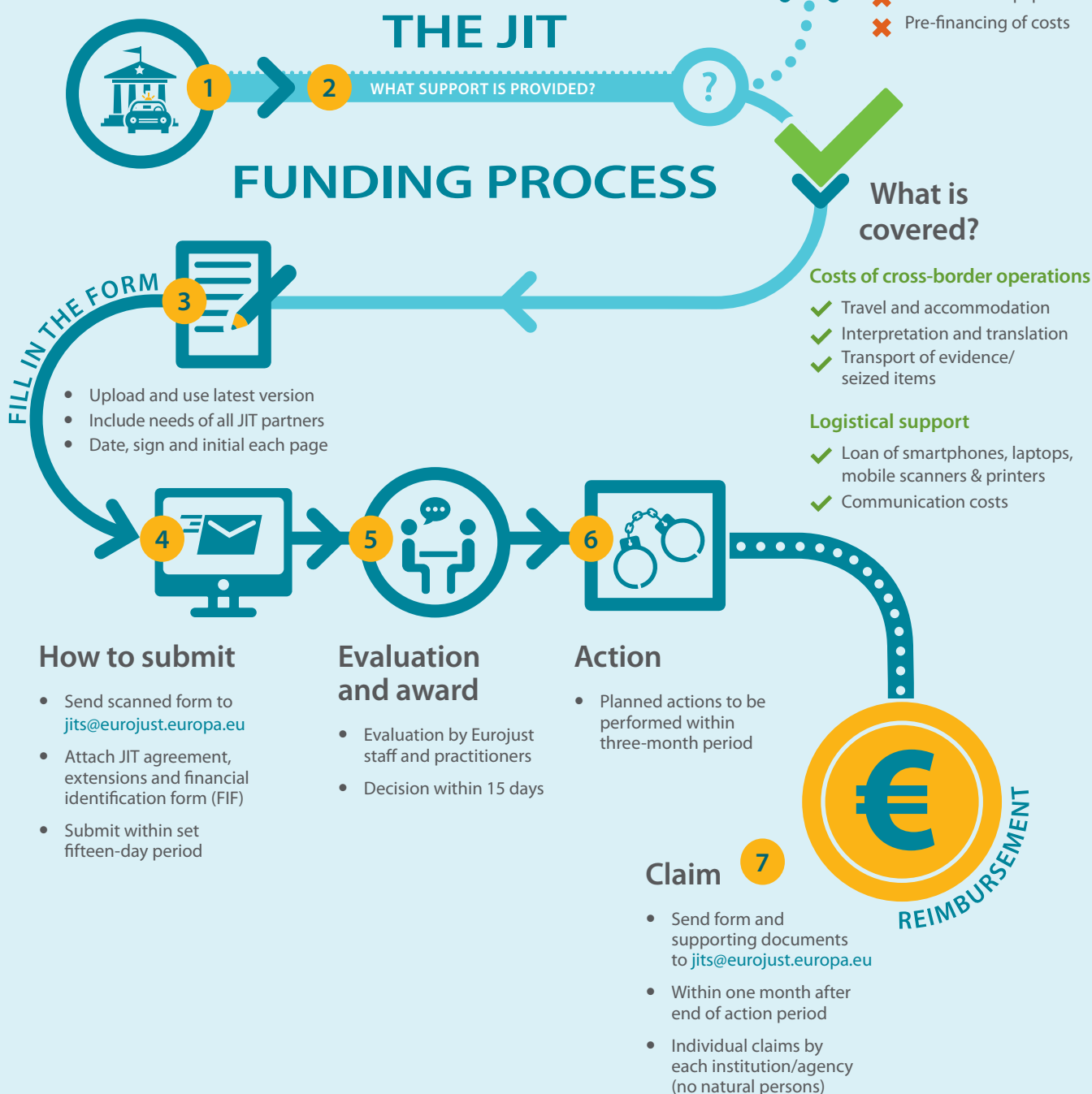
## What is covered?

### Costs of cross-border operations

- ✓ Travel and accommodation
- ✓ Interpretation and translation
- ✓ Transport of evidence/  
seized items

### Logistical support

- ✓ Loan of smartphones, laptops,  
mobile scanners & printers
- ✓ Communication costs





necessidade de rever as ferramentas existentes de apoio às EICs (O Manual das EICs, o acordo modelo, o Plano de Ação Operacional das EIC) à luz da experiência adquirida. As [Conclusões da Reunião](#) foram publicadas no [website](#) da Eurojust.

**Projetos** Alcançaram-se progressos significativos em relação aos projetos da Rede de Peritos em EICs. Foram publicadas através da área restrita da Rede das EICs um total de 12 *Fiches Espagnoles* – Resumos da legislação nacional dos Estados-Membros que são relevantes para a criação e operação das EICs. Em dezembro foi publicado um primeiro relatório de avaliação das EICs que foi disponibilizado aos profissionais e intervenientes interessados. Este documento consolida conclusões quantitativas e qualitativas resultantes da autoavaliação de 42 EICs recebida pelo Secretariado entre abril de 2014 e outubro de 2015. O documento descreve os principais benefícios, boas práticas e desafios experimentados pelos profissionais no uso das EICs.

**A área restrita da Rede de Peritos das EICs** A área restrita da Rede de Peritos das EICs é uma plataforma web, atuando como repositório único para informações relacionadas à EIC, particularmente na legislação e na sua avaliação prática. Em 2015 foi tomada a decisão, como parte das conclusões da reunião anual das EICs, de estender o acesso a esta plataforma a todos os profissionais interessados da EU, por exemplo, Pontos de Contacto das EICs e coordenadores envolvidos em EICs que receberam apoio financeiro.

**Financiamento das EICs** A bem-sucedida interação entre a Eurojust e a rede de peritos das EICs é também patente na responsabilidade atribuída ao Secretariado, desde 2013, de gerir o apoio financeiro da Eurojust para atividades das EICs (*ver* seção 1.4).

**Formação** A Rede de Peritos das EICs e o seu Secretariado continuaram a bem-sucedida cooperação estabelecida com a CEPOL e a REFJ para projetar e implementar formações práticas em EICs – dentro e fora da União Europeia – que desempenham um importante papel na melhoria da utilização deste instrumento.

## 5.3 A Rede Genocídio

A Rede Genocídio foi criada em 2002 para assegurar uma estreita cooperação entre as autoridades nacionais de investigação e a repressão desses crimes contra a humanidade e crimes de guerra, através do intercâmbio de informações operacionais, boas práticas e experiências. O Secretariado da Rede Genocídio foi criado em julho de 2011 na Eurojust.

**Reuniões** Em 2015 tiveram lugar duas reuniões plenárias na Eurojust, uma em abril, sobre o uso de informação open source e de geo-observação para fins de investigação e repressão de crimes de núcleo internacional, e outra em

outubro, sobre a distinção entre combatentes e civis e as possibilidades de processar diversos participantes em conflitos armados contemporâneos sob diferentes conjuntos de legislação (luta contra o terrorismo, crimes internacionais, crimes comuns). As conclusões de ambas as reuniões plenárias estão disponíveis no [website](#) da Eurojust. Além disso, foram realizadas duas reuniões *ad hoc* para discutir e fazer avançar investigações nacionais sobre o conflito armado em curso na Síria e para facilitar a cooperação em questões relacionadas com o antigo conflito na Libéria.

**Documento estratégico** A publicação do documento *Strategy* (Estratégia), contendo um conjunto abrangente de medidas para reforçar o apoio às autoridades nacionais na luta contra a impunidade, constituiu um progresso importante. O *Strategy* foi aprovado pelos Ministros da justiça e dos Assuntos Internos e tornou-se uma ferramenta de referência na EU com orientações práticas para a investigação e repressão a nível nacional de crimes de núcleo internacional. Foi traduzido em todas as línguas oficiais da UE e está disponível no [website](#) da Eurojust.

**A Expansão da Área Restrita** A Área Restrita, uma plataforma web, contendo informações pertinentes para as autoridades nacionais na sua luta contra a impunidade, foi ainda mais alargada e atualizada para melhorar a facilidade de utilização pelos pontos de contacto nacionais.

**Formação** Pela primeira vez em 2015 decorreu uma formação de juizes nacionais e procuradores sobre crimes de núcleo internacional e as especificidades dos processos e julgamentos com eles relacionados. A formação foi desenvolvida e implementada pelo Secretariado da Rede Genocídio em cooperação com a REFJ. A formação centrou-se em detalhes judiciais de casos de direito penal internacional e a sua aplicação em jurisdições nacionais. Incluiu módulos sobre a determinação dos crimes, modos de responsabilidade, desafios probatórios e componentes práticos na elaboração de um caso para julgamento, bem como a cooperação judicial com Estados terceiros, as Nações Unidas e as ONGs.

## 5.4 Fórum Consultivo de Procuradores Gerais e Diretores do Ministério Público dos Estados-Membros da União Europeia

Em 2010, o [Fórum Consultivo](#) de Procuradores Gerais e dirigentes do Ministério Público dos Estados-Membros foi criado para reforçar a cooperação judiciária internacional e confiança mútua, e para fornecer informações especializadas às instituições da UE para o desenvolvimento

da Área de Liberdade, Segurança e Justiça. A Eurojust continuou a prestar apoio jurídico, administrativo e financeiro às atividades do Fórum Consultivo.

Em junho de 2015, a Eurojust acolheu a [9ª reunião do Fórum Consultivo](#) sob a Presidência Lituana. A reunião foi convocada pelo Procuradoria Geral da Letónia e facultou aos membros do fórum uma oportunidade para discutir a criação do EPPO (Gabinete da Procuradoria Europeia) e a sua relação com a Eurojust e com a Senhora Věra Jourová, Comissária para Justiça, Consumidores e Igualdade de Género. Foram trocados pontos de vista entre os membros do Fórum sobre os papéis a desempenhar pelo EPPO, a Eurojust, a RJE, a Europol e o OLAF à luz do enquadramento legal presente e futuro. Outro tema de grande interesse foi a apresentação pela Eurojust da sua perspetiva sobre o fenómeno da FTF e a resposta da justiça criminal. A reunião do Fórum Consultivo coincidiu com o seminário estratégico da Eurojust, *Conflitos de Jurisdição, Transferência de Processos e ne bis in idem: Sucessos, Insucessos e Soluções*. O Fórum Consultivo chegou a conclusões comuns sobre esse tema com base nos resultados do seminário e as contribuições facultadas pelos membros do Fórum (ver secção 3.1).

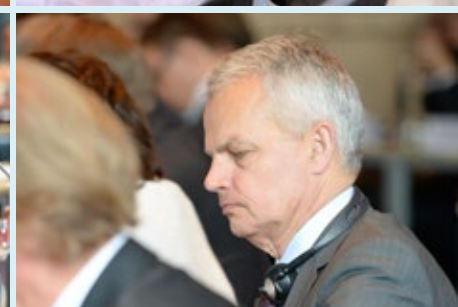
O Procuradoria Geral do Luxemburgo convocou a [10ª reunião do Fórum Consultivo](#) na Eurojust em dezembro de 2015. Membros do fórum trocaram pontos de vista sobre as implicações práticas da anulação do TJUE do DRD para investigações e procedimentos penais. A Eurojust compartilhou com os participantes o seu trabalho recente no domínio da luta antiterrorista e FTF, bem como informações sobre recentes iniciativas da UE para resolver a crise de migração e as atividades para combater a imigração clandestina. Os membros do fórum trocaram experiências sobre os desafios que se colocam a nível nacional e as conclusões comuns a serem apresentadas aos decisores políticos da EU nestas áreas. A reunião do Fórum Consultivo foi precedida por uma workshop da Eurojust, *Retenção de Dados na luta contra o crime grave: o caminho a seguir* (ver secção 3.2).

Ambas reuniram uma vasta gama de especialistas e representantes de alto nível das autoridades judiciais nacionais e representantes das instituições e agências da UE. Por ocasião do quinto aniversário do Fórum Consultivo, foi iniciada uma reflexão sobre o futuro formato e conteúdo do Fórum Consultivo. As [conclusões das reuniões](#) do Fórum Consultivo estão disponíveis no website da Eurojust.





Reuniões do Fórum Consultivo sob a Presidência Lituana da UE...



... e a Presidência Luxemburguesa da UE







Avaliação e perspectivas futuras

# Tema

## Sexta Ronda de Avaliações Mútuas nos Estados-Membros

Em conformidade com a Ação Conjunta 97/827/JAI, adotada pelo Conselho em 5 de dezembro de 1997, o GENVAL decidiu em junho de 2011 que a Sexta Ronda de avaliações mútuas seria dedicada à aplicação prática e operacionalização da decisão do Conselho de 2002/187/JAI de 28 de fevereiro de 2002 nos Estados-Membros, dotando a Eurojust de uma perspectiva de reforço da luta contra as formas graves de criminalidade, conforme a redação alterada pelas Decisões 2003/659/JAI e 2009/426/JAI e a Ação Conjunta 98/428/JAI de 29 de Junho de 1998, sobre a criação da Rede Judiciária Europeia, revogada e substituída pela Decisão 2008/976/JAI do Conselho também sobre a RJE em matéria penal nos Estados-Membros.

As avaliações realizadas pelos especialistas, foram conduzidas nos Estados-Membros, entre maio de 2012 e maio de 2014; Cada uma dessas avaliações teve a participação de observadores da Eurojust. Após as visitas in loco aos Estados-Membros, foram elaborados relatórios pelos especialistas com o apoio do Secretariado do Conselho e observadores. O relatório final, que reflete o resultado global da sexta ronda de avaliações mútuas, foi adotado em 17 de dezembro de 2014. Contém 24 recomendações aos Estados-Membros, a Instituições Europeias, à Eurojust e à RJE.

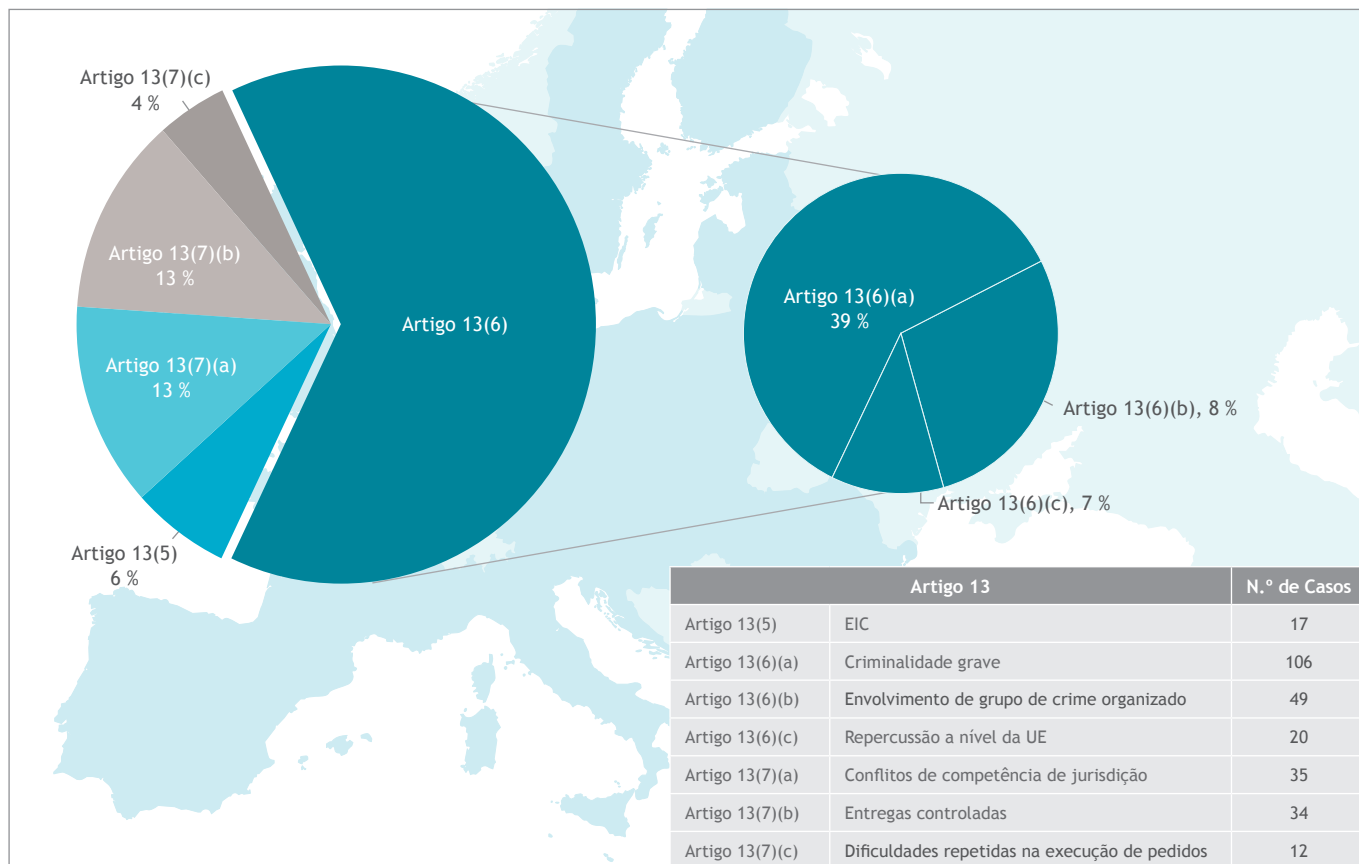
Em outubro de 2014, o Colégio da Eurojust adotou um plano de ação interno no sentido de facilitar a

implementação das recomendações que lhe foram dirigidas decorrentes da Sexta Ronda de avaliações mútuas. Em 2015, progrediu-se ainda mais na implementação em todas as áreas, ou seja, reforço das capacidades operacionais da Eurojust, aumento de meios e ferramentas para troca de informações com as autoridades nacionais competentes e maior simplificação na cooperação com a RJE.

### As «Fiches Suédoises»

As «Fiches Suédoises» fornecem uma visão geral da estrutura e funcionamento do SNCE por Estado-Membro. Esta ferramenta é atualizada regularmente pela Eurojust para apoiar a implementação do SNCE e a troca de experiências e boas práticas. Desde novembro de 2014, as «Fiches» incluem uma secção que fornece um conjunto de diretrizes nacionais disponíveis relativas à implementação do Artigo 13<sup>o</sup> da Decisão do Conselho da Eurojust e da distribuição de casos entre a Eurojust e a RJE.

## Casos ao abrigo do Artigo 13



### A Extranet da Eurojust

A Extranet da Eurojust é uma área restrita no site da Eurojust para os Correspondentes Nacionais. Inclui vários documentos de relevância para o trabalho dos profissionais, tais como as diretrizes nacionais sobre a distribuição de casos entre a Eurojust e a RJE, as diretrizes nacionais relativas à implementação do Artigo 13º. da Decisão Eurojust e as *Fiches Suédoises* sobre a constituição do SNCE nos Estados-Membros.

### Avaliação externa da Eurojust e as suas atividades

O Artigo 41º da Decisão Eurojust prevê que o Colégio encomendará uma avaliação externa independente à implementação da Decisão Eurojust, bem como às atividades realizadas pela Eurojust antes de 4 de junho de 2014 e daí em diante a cada cinco anos.

O Colégio da Eurojust iniciou o processo de contratação de uma avaliação da Eurojust em 2013 adotando os termos de referência para a avaliação em consulta com a Comissão Europeia. Foi realizado um concurso público no primeiro semestre de 2014 e a EY (anteriormente Ernst & Young) foi contratada para realizar a avaliação.

A avaliação da Eurojust foi conduzida desde setembro de 2014 até junho de 2015. O [Relatório Final da EY \(Ernst & Young\)](#) sobre a avaliação da Decisão do Conselho da Eurojust e as atividades levadas a cabo por aquela instituição foi emitido e tornado público em 30 de junho de 2015. O relatório foi submetido à Comissão Europeia, ao Parlamento Europeu e ao Conselho da União Europeia.

O colégio considerou e discutiu as recomendações pela EY para o desenvolvimento e melhorias, particularmente na área da instituição de autoridade e da necessidade de racionalização das estruturas internas de trabalho, práticas e procedimentos operacionais do Colégio. No final de 2015, o Colégio adotou um plano de ação interno para a implementação das recomendações que complementa o plano de ação interno relacionado com a sexta

ronda de avaliações mútuas. O Presidente informou o Parlamento Europeu sobre as conclusões da avaliação e planeou uma ação de acompanhamento pela Eurojust em dezembro de 2015.

### Desenvolvimentos Legislativos no Regulamento da Eurojust

Tendo em vista o artigo 85.º do TFUE, e no sentido de reforçar a Eurojust e aumentar a sua eficácia, a Comissão Europeia apresentou uma Proposta de Regulamento da Eurojust, em julho de 2013. Em março de 2015, o Conselho adotou uma abordagem geral parcial cobrindo as disposições do projeto de Regulamento, com exceção das disposições relacionadas com o EPPO (Gabinete da Procuradoria Europeia). A Eurojust continuou a contribuir para as negociações das instituições da UE com base na sua experiência, *inter alia* na proteção de dados.

A Comissão Europeia lançou a proposta legislativa para a criação de um EPPO em paralelo com a proposta de Regulamento da Eurojust, tendo em conta o artigo 86.º do TFUE, que estipula que um futuro EPPO pode ser estabelecido a partir da Eurojust. A relação funcional entre um futuro EPPO e a Eurojust e seu impacto sobre as atividades da Eurojust e recursos continuam a ser estudados pelas instituições da UE. A Eurojust tem vindo a partilhar os seus inputs e preocupações com as instituições da UE, com base nos seus conhecimentos especializados.

### Citações do Relatório Final da EY:

*‘A Eurojust é uma organização fundamentalmente eficaz que continua, repetida e continuamente, a atingir níveis de excelência no seu trabalho operacional nuclear. O trabalho global da Eurojust ao nível dos casos aumentou de forma contínua (aumento de 1.085 em 2007 para 1.804 casos em 2014), atestando a boa reputação e a confiança que a organização construiu no seio das autoridades nacionais e o valor acrescentado que tem sido capaz de oferecer.’*



# Acompanhamento das Conclusões do Conselho

Em julho, o Conselho JAI adotou o [Projeto de Conclusões relativo ao Relatório Anual da Eurojust de 2014](#). Poderão ser encontradas mais informações abaixo nas áreas em que o Conselho pediu à Eurojust o reforço do seu trabalho e/ou fez recomendações.

## Reforço das capacidades operacionais

- ▶ Desenvolvimento de um Manual de Operações para melhorar a eficiência e eficácia da Eurojust, incluindo orientações sobre reuniões de coordenação;
- ▶ A Eurojust, monitoriza regularmente o uso de e CP (Coordenação Permanente) pelas autoridades nacionais. A CP (Coordenação Permanente) é concebida para ser usada pelas autoridades nacionais competentes quando querem entrar em contato com o representante nacional respetivo na Eurojust em caso de urgência fora do horário normal de trabalho. A CP responde no idioma do chamador e encaminha a chamada para o representante nacional da CP de serviço. A avaliação externa da Eurojust chegou à conclusão de que o uso da CP até à data tem sido relativamente limitado. Os Membros Nacionais já podiam ser contactados 24/7 mesmo antes da implementação da CP. A Eurojust deu contributos para as negociações sobre o texto do Regulamento da Eurojust, sugerindo a supressão da frase *'através de um ponto de contacto único da CP na Eurojust'*, dado que limita soluções alternativas;
- ▶ Iniciaram-se os trabalhos para uma mais fácil utilização do artigo, tomando em conta as pertinentes recomendações da Sexta Ronda de Avaliações Mútuas nos Estados-Membros;
- ▶ Uma nova funcionalidade do CMS foi desenvolvida para reforçar a capacidade da Eurojust de disponibilizar feedback às autoridades nacionais como resultado de notificações ao abrigo do artigo 13. Esta nova solução permite a deteção de ligação durante a noite através do CMS e possibilita a maximização do número de acessos úteis;
- ▶ Em 2015, ficaram operacionais mais duas ligações de rede segura entre a Eurojust e os Estados-Membros (Espanha e o Luxemburgo) elevando o número total para 13;
- ▶ Foram produzidas duas versões atualizadas do CMS para apoiar a aplicação do artigo 12.º da Decisão do Conselho da Eurojust, em consonância com as Regras de Proteção de Dados da Eurojust. A Eurojust continuou a explorar formas mais económicas de os membros da SNCE, principalmente os correspondentes nacionais da Eurojust, acederem o CMS;
- ▶ Os correspondentes nacionais da Eurojust são informados regularmente sobre as diretrizes nacionais referentes à aplicação do artigo 13.º e a distribuição de casos entre a Eurojust e a RJE. Informações adicionais sobre o funcionamento das SNCEs nos Estados-Membros podem ser encontradas nas *Fiches Suédoises*. Toda a informação está disponível na área restrita da Extranet da Eurojust;
- ▶ Foram desenvolvidos planos de ação internos para implementar as recomendações da sexta ronda de avaliações mútuas e a avaliação externa da Eurojust de uma maneira oportuna e simples.

## Áreas de crime: terrorismo – FTF e cibercriminalidade

- ▶ Aumentou a partilha de informação em conformidade com a Decisão 2005/671/JAI do Conselho;
- ▶ Eurojust TCM 2015;
- ▶ Terceiro relatório da Eurojust sobre FTF;
- ▶ Associação com o Ponto Focal da Europol Travellers;
- ▶ Contribuição da Eurojust para o TE-SAT (Relatório sobre a situação do terrorismo);

- ▶ Reunião tática, *No sentido de uma resposta judicial comum aos combatentes estrangeiros*;
- ▶ Reunião estratégica anual dos correspondentes nacionais da Eurojust para assuntos relacionados com terrorismo;
- ▶ Nomeação de pontos de contacto na Argélia, Chile, Iraque, Jordânia, Líbano, Autoridades Palestiniana e Arábia Saudita;
- ▶ Atribuição de um representante da Eurojust no EC3;
- ▶ Documento conjunto Eurojust-Europol, *Desafios comuns em casos de crimes cibernéticos*;
- ▶ Avaliação do impacto na anulação da Diretiva de Retenção de Dados de 2006;
- ▶ Reunião tática sobre *Territorialidade no ciberespaço e admissibilidade da e-prova em procedimentos judiciais relacionados com a cibercriminalidade*;
- ▶ Reunião da Eurojust, *No sentido de uma Rede Judiciária de Cibercriminalidade*;
- ▶ Participação na Sétima Ronda de Avaliações Mútuas devotada á cibercriminalidade.

### Cooperação com os parceiros RJE, Europol e o OLAF

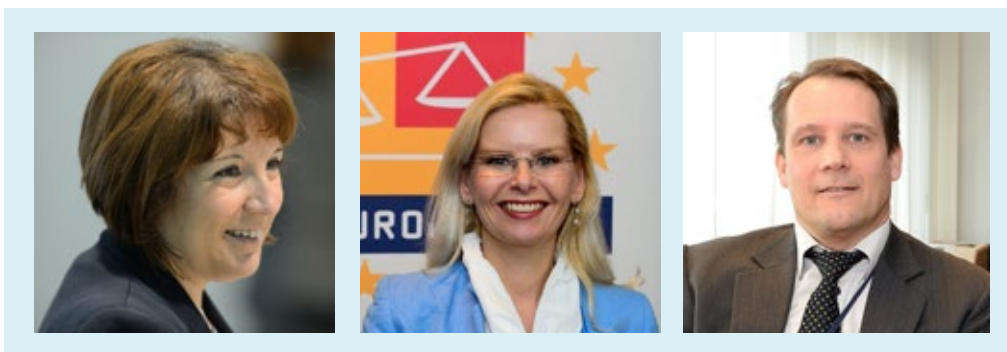
- ▶ Documento conjunto da Eurojust/RJE, *Assistência na Cooperação Internacional em Matéria Penal para Profissionais: RJE e a Eurojust*, “O que podemos fazer por si?”, foi traduzido em todas as línguas oficiais da UE e publicado nos websites de ambas as instituições;
- ▶ A Eurojust e a RJE coordenaram os seus planos de ação internos para dar seguimento às recomendações da sexta ronda de avaliações mútuas;
- ▶ A Europol participou em 99 reuniões de coordenação e cinco centros de coordenação e esteve envolvida em 34 casos registados na Eurojust;
- ▶ Associações formais com 24 dos 29 Pontos Focais da Europol e participação ativa no desenvolvimento do PAO de 2016;
- ▶ O OLAF participou de cinco reuniões de coordenação e trabalhou em conjunto com a Eurojust em 20 casos; a primeira EIC com a participação do OLAF.

### Cooperação com Estados terceiros

- ▶ Maior envolvimento de Estados terceiros em casos da Eurojust, reuniões de coordenação, centros de coordenação e EICs;
- ▶ O destacamento de um Magistrado de Ligação para a Suíça na Eurojust;
- ▶ Concluídas as negociações sobre os Acordos de Cooperação com a Ucrânia e o Montenegro;
- ▶ A rede de Pontos de Contacto da Eurojust foi ampliada para 39 Estados terceiros;
- ▶ Seminário, *A aplicação do Auxílio Judiciário Mútuo e dos Acordos de Extradicação entre a UE e os EUA*;
- ▶ A Eurojust discutiu o papel e o estatuto jurídico dos magistrados de ligação da Eurojust em Estados terceiros, incluindo os critérios para a seleção de Estados terceiros para a sua colocação; a Eurojust continuou o trabalho do ponto de vista técnico para a adoção, em consulta com a Comissão Europeia, das regras de implementação em conformidade com o artigo 27a (4) da Decisão do Conselho da Eurojust;
- ▶ A Eurojust apoia vários projetos nos Balcãs Ocidentais.

## Obrigado a todos e saudações

Agradecemos a **Donatella Frendo Dimech**, anterior Membro Nacional para *Malta*, **Ingrid Maschl-Clausen**, anterior Membro Nacional da *Áustria* e **Harri Tiesmaa**, anterior Membro Nacional para a *Finlândia*, pelo seu trabalho e valioso contributo.



Agradecemos, também, a **Teresa-Angela Camelio**, primeira assistente do Membro Nacional de *Itália* na Eurojust, e a **Pietro Suchan**, segundo assistente do Membro Nacional de *Itália* na Eurojust, o trabalho desenvolvido no Gabinete Italiano na Eurojust bem como o valioso contributo que deram a esta organização.





© Eurojust, 2016

*Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou utilizada, independentemente da forma ou dos meios, sejam eles gráficos, eletrônicos ou mecânicos, incluindo a cópia, o registo, a gravação ou sistemas de armazenamento de informações ou de recuperação, sem o consentimento da Eurojust.*

Obrigado a todas as unidades pelo seu contributo.

Fotos: Barry Irvine, Jakov Minić (Eurojust); Shutterstock





**EUROJUST**

Maanweg 174, 2516 AB The Hague, Netherlands

Phone: +31 70 412 5000 - E-mail: [info@eurojust.europa.eu](mailto:info@eurojust.europa.eu) - Website: [www.eurojust.europa.eu](http://www.eurojust.europa.eu)